



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE DO ENTORNO DO LAGO DE FURNAS (MG):
(RE)FUNCIONALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E NOVAS DINÂMICAS**

Marcos Jorge Godoy
Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Maio / 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE DO ENTORNO DO LAGO DE FURNAS (MG):
(RE)FUNCIONALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E NOVAS DINÂMICAS**

Marcos Jorge Godoy

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessário à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e territorial

Orientador: Prof^o. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Dissertação de Mestrado
Brasília-DF: Maio / 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE DO ENTORNO DO LAGO DE FURNAS (MG):
(RE)FUNCIONALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E NOVAS DINÂMICAS**

Marcos Jorge Godoy

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Profº. Drº. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Universidade de Brasília)
(Orientador)

Profº. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (Universidade de Brasília)
(Examinador Interno)

Dr. João Mendes da Rocha Neto (Presidência da República)
(Examinador Externo)

Profº. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra (Universidade de Brasília)
(Examinador Suplemente)

Brasília-DF: Maio / 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GODOY, MARCOS JORGE

A reestruturação produtiva e territorial nos municípios de pequeno porte do entorno do lago de Furnas (MG): (re)funcionalização, transformações e novas dinâmicas, 140p., 297 mm, (UnB-PÓSGEA, Mestre Gestão Ambiental e territorial, 2017).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

- | | |
|---|--------------------------------|
| 1. Reestruturação Produtiva e Territorial | 2. Municípios de Pequeno Porte |
| 3. Lago de Furnas | 4. Turismo |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Marcos Jorge Godoy

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família. Aos meus queridos e amados pais por proporcionarem a melhor vida que uma pessoa pode ter, por todo apoio e esforço que possibilitou chegarmos hoje aqui, por sempre acreditarem em mim, por estarem presentes nos momentos mais difíceis vivenciados durante os últimos meses. A eles todo amor do mundo.

Agradeço a minha irmã Jaqueline, pelo acolhimento em seu lar e principalmente pelos momentos compartilhados nestes dois últimos anos. Aos meus irmãos Simone e Juliano que mesmo a quilômetros de distância se fizeram sempre presentes. Meus queridos irmãos.

Agradeço a minha namorada Bruna Auad por todo amor, pela sua força e por acreditar em mim, mas principalmente sou grato eternamente pela paciência e apoio durante estes dois anos em que estive longe. Minha amiga e companheira.

Aos grandes amigos que fiz em Brasília e levarei para toda vida. Aos Professores, colegas e companheiros da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília.

Agradeço imensamente aos moradores de Fama e Capitólio que contribuíram compartilhando suas vivências e relatos tornando possível a realização desta pesquisa. Ao Secretário Executivo da Alago, a Diretora do Departamento de Turismo de Capitólio e a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, pelas informações e contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Em especial agradeço ao Professor Fernando Luiz Araújo Sobrinho pela orientação, sobretudo pela amizade construída ao longo destes dois anos, por compartilhar seus conhecimentos, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e pela imensurável contribuição para minha formação profissional.

Meus mais sinceros agradecimentos,

Marcos Jorge Godoy

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio”

Martin Luther King

RESUMO

Os processos que incidem sobre os municípios de pequeno porte vêm ganhando espaço nas pesquisas em Geografia. Esta escala, por muito tempo foi negligenciada nos debates acadêmicos em decorrência da priorização dos estudos sobre os grandes centros. A expressividade desta escala no território nacional e os diferentes contextos que envolvem a realidade destes municípios evidenciam a necessidade de se compreender os fenômenos e processos que atuam na produção do espaço geográfico, contribuindo para enriquecer o próprio conhecimento sobre o território brasileiro. De modo, que buscamos analisar nesta pesquisa um conjunto de 34 municípios da região sul de Minas Gerais que tiveram parte do seu território alagado devido à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas no ano de 1963. Assim, está pesquisa objetivou compreender a espacialidade tanto atual como o desenrolar das forças que atuaram sobre a região, condicionando os caminhos para uma reestruturação produtiva e territorial destes municípios calcada no desenvolvimento através da atividade do turismo. Para aprofundamento da análise foram selecionados os municípios de Capitólio e Fama. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aprofundamento analítico por meio de trabalho de campo nestes dois municípios, a fim de verificar as transformações decorrentes da formação do lago de Furnas e compreender como se deu o desenvolvimento da atividade turística na região, assim como a atual dinâmica da atividade do turismo no lago. De início, o contexto que envolveu o projeto de implantação da usina e a formação do lago foi marcado pelas desapropriações e o descontentamento das populações dos municípios afetados. Em segundo momento é possível verificar a apropriação do lago pelas populações, efetivando novos usos para o lago. O turismo então surge como possibilidade para o desenvolvimento dos municípios e da região, fortalecido por meio dos discursos governamentais. Contudo, o desenvolvimento do turismo esbarra na instabilidade do lago, a geração de energia elétrica impõe uma dinâmica prejudicial ao seu desenvolvimento. O rebaixamento dos níveis de água em decorrência das operações da usina na geração de energia elétrica, atrelada às crises hídricas, evidenciam um conflito regional que envolve agentes e atores com interesses opostos. Pode-se verificar que mesmo com uma Política Nacional de Recursos Hídricos que estabeleceu o uso múltiplo das águas e a criação de uma agência reguladora para operacionalizar seus instrumentos, verificou-se a existência de uma valoração dissimétrica entre os usos das águas no lago de Furnas. As cotas estabelecidas visam atender a prioridade de geração de energia elétrica frente aos demais usos, sendo a atividade do turismo uma das maiores afetadas.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva e Territorial, Municípios de Pequeno Porte, Lago de Furnas, Turismo.

ABSTRACT

The processes that affect on the small municipalities have been gaining ground in the researches in Geography. The studies referring to small municipalities, for a long time, was neglected in the academic debates due to the prioritization of the studies on the major centers. The expressiveness of this scale in the national territory and the different contexts that involve the reality of these municipalities evidences the need to understand the phenomena and processes that act in the production of the geographic space, contributing to enrich the own knowledge about the brazilian territory. Therefore, we seek to analyze in this research a set of 34 municipalities in the Southern region of Minas Gerais that had part of their flooded territory due the formation of the reservoir of the Furnas Hydroelectric Plant in the year of 1963. Thus, this research aimed to understand the spatiality both current and the evolution of the forces that acted on the region, conditioning the ways for a productive and territorial restructuring of these municipalities based on development through tourism. To deepen the analysis were selected the municipalities of Capitólio and Fama. Semistructured interviews and analytical deepening were carried out through fieldwork in these two municipalities, in order to verify the transformations resulting from the formation of Furnas lake and to understand how the development of tourism activity in the region occurred, as well as the current dynamics of acticity of tourism on the lake. At first, the context that involved the project to implement the plant and the formation of the lake was marked by the expropriations and discontent of the populations of the affected municipalities. Secondly, it is possible to verify the appropriation of the lake by the populations, effecting new uses for the lake. The Tourism then emerges as a possibility for the development of municipalities and the region, strengthened through governamental discourses. However, as tourism develops in the instability of the lake, the generation of electric energy imposes a dynamics detrimental to its development. The lowering of water levels as a result of the plant's operations in the generation of electricity, coupled with water crises, reveals a regional conflict involving agents and actors with opposing interests. It can be verified that even with a National Policy of Water Resources that established the multiple use of waters and the creation of a regulatory agency to operationalize its instruments, it was verified the existence of a dissymmetrical valuation between the uses of the waters in the lake of Furnas. The established levels aim to meet the priority of electric power generation compared to others uses, and tourism activity is one of the largest affected.

Keywords: Productive and Territorial Restructuring, Small Municipalities; Furnas Lake, Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios da Região do Lago de Furnas	16
Figura 2 – Província de Minas Gerais com divisão dos Territórios das Comarcas de 1868	59
Figura 3 – Imagem aproximada da Província de Minas Gerais destacando a Região Sul de Minas.....	59
Figura 4 – Município de Capitólio – 1948, ano de sua emancipação.....	63
Figura 5 – Cartograma do censo de 1950 localizando o município de Capitólio.....	64
Figura 6 – Localização no quadro urbano e rural do município de Capitólio	65
Figura 7 – Municípios vizinhos a Capitólio, distância e o modal de acesso	66
Figura 8 – Imagem da Estação Ferroviária de Fama, 1900.....	67
Figura 9 – Conexões de Fama, destacando a distância e o modal de acesso	68
Figura 10 – Área da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas.....	71
Figura 11 – Capa do Jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de Janeiro de 1963	77
Figura 12 – Municípios da região do lago de Furnas no mapa de regionalização do turismo do Estado de Minas Gerais.....	92
Figura 13 – Cânions do lago de Furnas em Capitólio: região norte do lago é pouco afetada com a oscilação das águas	104
Figura 14 – Rebaixamento do lago de Furnas na sua porção sul afeta o desenvolvimento do turismo nos municípios	104
Figura 15 – Cânions do Município de Capitólio, MG.....	106
Figura 16 – Bairro Escarpas do Lago.....	107
Figura 17 – Bairro Escarpas do Lago.....	107
Figura 18 – Antiga linha férrea alagada: transformações e ressurgimento em meio à crise hídrica ...	109
Figura 19 – Lago de Furnas em Fama (Maio de 2016).....	112
Figura 20 – Lago de Furnas em Fama (Setembro de 2016)	112
Figura 21 – Igreja de São Sebastião em Capitólio	114
Figura 22 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Fama.....	114
Figura 23 – Antigo casarão no centro de Capitólio.....	115
Figura 24 – Lago de Furnas em Fama.....	115
Figura 25 – Lago de Furnas em Fama.....	115
Figura 26 – Lago de Furnas em Capitólio.....	115
Figura 27 – Lago de Furnas em Capitólio.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010	22
Tabela 2 - CFURH proveniente de Furnas aos municípios analisados, referente ao período de 2011 a 2016.....	101
Tabela 3 – Características dos principais reservatórios nacionais para aproveitamento turístico.....	103
Tabela 4 – Histórico do nível do lago de Furnas no período entre 2009-2016.	110
Tabela 5 – Volume útil do reservatório de Furnas nos anos de 2014 e 2015.....	111
APÊNDICE A: Tabela 6 – População Total, Estimativa, Área Municipal e Densidade Demográfica dos Municípios Analisados.	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos centrais verificados no contexto do “evento geográfico” a partir dos relatos das entrevistas.....	81
Quadro 2 – Síntese dos apontamentos e características verificadas no Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas em relação ao desenvolvimento do turismo e economia (1975)	89
Quadro 3 – Os Circuitos Turísticos criados na região do lago de Furnas que trabalham com o lago como atrativo.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Níveis do lago de Furnas no período entre 2009-2016	110
Gráfico 2 – Volume útil do reservatório de Furnas nos anos de 2014 e 2015	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAGO (Associação dos Municípios do Lago de Furnas)
ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)
BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)
BNH (Banco Nacional de Habitação)
CEPAL (Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina)
EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo)
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
MG (Minas Gerais)
OMT (Organização Mundial de Turismo)
ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)
PLANTUR (Plano Nacional de Turismo)
PL (Projeto de Lei)
PLC (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados)
PLS (Projeto de Lei do Senado Federal)
PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)
PND II (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento)
PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo)
PNRH (Política Nacional de Recursos Hídricos)
SELT (Secretaria de Estado de Esporte Lazer e Turismo de Minas Gerais)
SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo)
SETUR (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais)
SICT (Secretaria de Indústria Comércio e Turismo de Minas Gerais)
SIN (Sistema Integrado Nacional)
UHE Furnas (Usina Hidrelétrica de Furnas)
UnB (Universidade de Brasília)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO 1 - APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: CAMINHOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE	27
1.1 Relação Campo-Cidade: uma proposta do território como articulador da dinâmica espacial para compreensão da realidade dos municípios de pequeno porte	28
1.2 Municípios de Pequeno Porte: uma temática em discussão	32
1.3 Do Global ao Local: o processo de reestruturação produtiva e territorial.....	39
1.4 Apontamentos sobre a definição de turismo.....	44
1.5 Turismo e o desenvolvimento local e regional	47
CAPÍTULO 2 - OS USOS E AS INTENCIONALIDADES DO TERRITÓRIO NO SUL DE MINAS GERAIS	53
2.1 Formação territorial e econômica	53
2.1.1 Histórico da ocupação no sul de Minas Gerais: do abastecimento à especialização produtiva no café e a constituição de pequenos municípios	55
2.2 Caracterização geográfica dos municípios de Capitólio e Fama no contexto pré- evento geográfico.....	62
2.2.1 Capitólio	62
2.2.2 Fama.....	66
2.3 Formação do lago de Furnas: a política de modernização da economia nacional....	68
2.4 Discursos, tensões e transformações: a região no foco do desenvolvimento nacional	73
CAPÍTULO 3 - DA NOVA CONJUNTURA TERRITORIAL AO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO PELO TURISMO: ANÁLISE SOBRE OS MUNICÍPIOS DE CAPITÓLIO E FAMA	84
3.1 O hiato entre a formação do lago e o início das ações do desenvolvimento do turismo	84
3.2 Os Planos, as ações e as políticas de desenvolvimento do turismo na região do lago de Furnas	86

3.3 Os usos múltiplos das águas do lago de Furnas nos municípios de Capitólio e Fama	96
.....
3.3.1 Os atores e agentes envolvidos nos conflitos sobre o desenvolvimento do turismo no lago	96
.....
3.3.2 Possibilidades, conflitos e os impactos do desenvolvimento do turismo no lago de Furnas	100
.....
CONCLUSÕES.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS	124
APÊNDICES.....	133

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a pesquisa tanto na ciência geográfica quanto nas demais ciências humanas e sociais exprimem uma proximidade inegável e instigadora com a realidade da vida pessoal do pesquisador (ENDLICH, 2011, p. 13), buscou-se então aproximar nesta pesquisa o recorte vivido pelo pesquisador, na qual as problemáticas se manifestam na forma de inquietudes a serem desbravadas e percorridas no caminho da busca por respostas aos fenômenos da realidade espacial.

A construção da temática, dessa forma, pauta-se na vivência do pesquisador, que antes de tudo é um “sujeito” no sentido profundo de-ser-estar-no-mundo, que expressa sua geograficidade no cotidiano da sua vivência e apreensão do mundo real. Nas palavras de Moreira (2004, p 34) “cada ente desse espaço é uma singularidade, no sentido triádico da dialética marxista. E a geograficidade é em si a síntese da relação entre essência e a existência e assim a própria realidade concreta do ser”.

Desse modo, se fez inevitável a construção da temática dos municípios de pequeno porte, seus novos papéis, como no caso específico, a análise da reestruturação produtiva e territorial como fenômeno impulsionador desse processo.

É imprescindível destacar a importância que a análise dos usos do território pode revelar sobre a compreensão de uma dada realidade. As diferentes técnicas empregadas no território contribuem para clarificar a dinâmica espacial de determinado momento e contexto. O território, portanto é revestido de intencionalidades, atuando direta ou mesmo indiretamente sobre ele, ou seja, um conjunto de ações e objetivos que revelam as relações de poder indissociáveis do território. Segundo Raffestin (1993, p. 59): “O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo”.

Assim, buscou-se nesta pesquisa analisar as transformações decorrentes da formação do lago de Furnas no sentido de um pretenso desenvolvimento territorial, no qual o turismo com base nos atributos do lago surge como possibilidade de desenvolvimento para a região. Contudo, para clarificar o contexto que envolvia a região antes do avento geográfico, analisamos as ações, intencionalidades e os usos do território, anteriores a formação do lago, no sentido de melhor evidenciar as características do território dos municípios e a própria dinâmica regional.

Atentamos nesta pesquisa para o processo de reestruturação produtiva e territorial dos municípios decorrentes da criação da Usina Hidrelétrica de Furnas e conseqüentemente do reservatório formado.

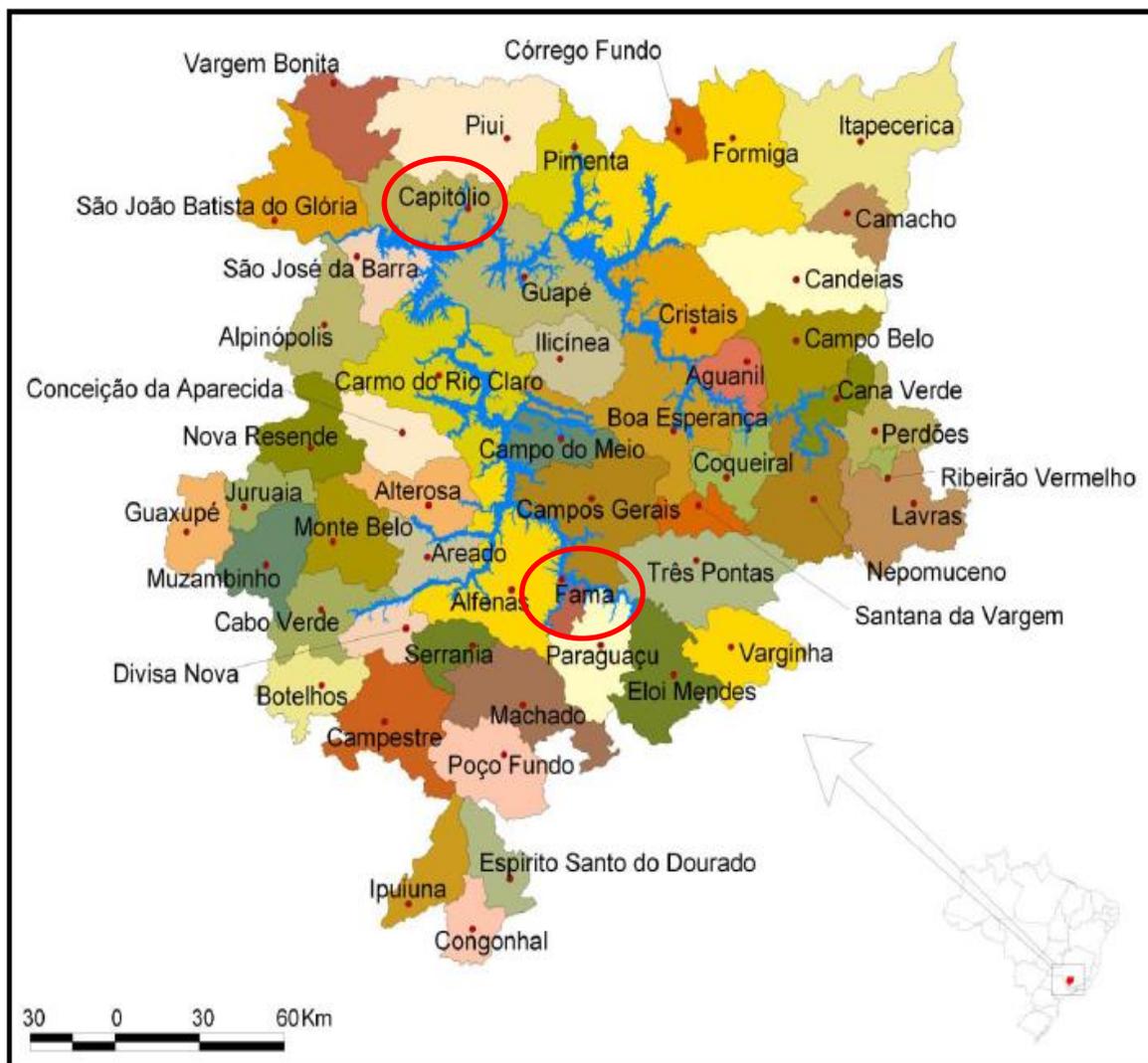
O desenvolvimento do projeto que deu origem a formação do lago de Furnas, estava respaldado por intencionalidades políticas e econômicas, marcado por um planejamento pensado no âmbito do potencial crescimento industrial nacional concentrado nos principais centros da região Sudeste naquele momento, e objetivando atender aos interesses econômicos.

Inicialmente a criação do lago no ano de 1963 adentra ao cotidiano dos moradores como se estivesse se apropriando daquelas terras, se fazendo presente, se instalando sobre o território dos municípios. De início, um intruso, avassalador, expulsando e transformando, impondo o início de uma nova configuração, mas aos poucos passando a integrá-los, sendo então apropriado pelas populações, criando novas formas e relações sobre o território. Esse evento é visto como indutor de uma nova dinâmica para a região sul de Minas Gerais.

Neste sentido, a pesquisa procurou abordar as intencionalidades e ações que atuaram sobre a reestruturação produtiva e territorial da região, com foco sobre um conjunto de 34 municípios que na década de 1960 passaram a configurar a região do lago de Furnas, em decorrência da criação da Usina hidrelétrica de Furnas no município de São José da Barra, no médio curso do Rio Grande. Formando um dos maiores reservatórios artificiais até então, com 1.406,26 Km² e inundando parte do território de 34 municípios da região.

Assim, essa pesquisa visa contribuir com os debates a respeito dos processos que incidem sobre a dinâmica da reestruturação produtiva e territorial dos municípios de pequeno porte, tendo como recorte um conjunto formado por 34 municípios do entorno do lago de Furnas, do qual selecionamos dois municípios para (Capitólio e Fama) para aprofundamento da investigação e verificação do processo de desenvolvimento territorial decorrente das transformações na região (Figura 1).

Figura 1 – Municípios da Região do Lago de Furnas



Fonte: Pereira et al (2006)

Localizados na região Sul/Sudoeste de Minas. Esses municípios atualmente exprimem relações com o lago constituído na forma de um reservatório artificial da UHE Furnas (Usina Hidrelétrica de Furnas).

O estado de Minas Gerais possui 12 mesorregiões subdivididas em 66 microrregiões configurando um total de 853 municípios. As mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, na qual se encontram os municípios aqui analisados, agrupam um total de 146 municípios, evidenciando uma grande concentração de municípios de pequeno porte na região, validando ainda a importância da análise sobre essa escala.

Os municípios analisados carregam em sua configuração atual, dos seus espaços e relações, as heranças da história da formação regional, ou seja, da formação socioespacial (SANTOS, 2006). Podendo-os classificar como sendo municípios de pequeno porte, no seu

sentido mais amplo, ou seja, no sentido demográfico, de extensão territorial e da configuração morfológica intraurbana, e que exprimem uma densidade particular das relações na totalidade de seu território, onde interagem o urbano e rural e se conectam por meio das redes com os municípios circunvizinhos na reprodução das suas espacialidades.

Para entender a espacialidade tanto atual como o desenrolar das forças que condicionaram os caminhos para uma reestruturação produtiva e territorial desses municípios de pequeno porte calcados numa dinâmica de desenvolvimento através da atividade do turismo, fez-se necessário realizar uma periodização no sentido de contribuir para clarificar o processo que se pretende analisar.

De início, buscou-se compreender a conjuntura regional anterior à implementação da Usina Hidrelétrica de Furnas e a criação do lago, visto aqui como um evento geográfico dado pela intensidade na qual impactou sobre as relações sociais e de produção do espaço tanto nos municípios afetados diretamente quanto nas escalas regional e nacional (SANTOS, 2006). De modo, que podemos classificar esse procedimento como uma retrospectiva da formação socioespacial e do desenvolvimento da região – econômico, social, político, cultural e do próprio território (MORAES, 2001).

Outro traço da periodização e que corrobora para a compreensão do processo de reestruturação produtiva e territorial dos municípios que atualmente configuram a região do lago de Furnas, dá-se por meio da análise do contexto político e econômico que envolveu as ações nas décadas de 1950 e 1960 e que acabaram por impactar diretamente sobre o território dos municípios do recorte analisado, bem como sobre a dinâmica funcional dessa região por meio da construção da UHE Furnas no médio curso do Rio Grande entre o então na época município de Alpinópolis (atual município de São José da Barra) e o município de São João Batista do Glória.

Deste modo, pode-se verificar que a criação do lago ocasionou profundas transformações no território e na economia dos municípios da região.

De início, o contexto que envolve o projeto de implantação da usina e a formação do lago é marcado pelas desapropriações e o descontentamento das populações dos municípios afetados. Aos poucos o lago passa a configurar-se como parte integrante do território e do cotidiano.

Em segundo momento é possível verificar a apropriação do lago pelas populações, efetivando novos usos para o lago. O turismo então surge como possibilidade para o desenvolvimento dos municípios e da região, fortalecido por meio dos discursos

governamentais e dos planos para a região. Contudo, as ações sobre o turismo esbarram na instabilidade do lago, a geração de energia elétrica impõe uma dinâmica prejudicial ao desenvolvimento da atividade do turismo, assim como sobre as demais atividades vinculadas ao lago. O rebaixamento dos níveis de água do lago em decorrência das operações da UHE-Furnas na geração de energia elétrica, atrelada ainda as crises hídricas, evidenciam um conflito regional que envolvem agentes e atores com interesses opostos.

Visto previamente que poucas são as pesquisas que tratam do estudo da dinâmica da (re)produção espacial deste recorte no que tange a reestruturação produtiva e territorial em que a criação do lago de Furnas é o evento propulsor desse movimento.

Neste sentido, em que municípios de pequeno porte constituem a realidade regional, assim como o impacto gerado pelas transformações territoriais, viu-se a necessidade de se aprofundar sobre a reflexão teórica e os debates que circundam a temática sobre essa escala geográfica, avançando na análise sobre dos espaços da cidade e do campo dos municípios de pequeno porte, assim como de seus “conteúdos sociais das formas espaciais” (SILVA; HESPANHOL, 2011, p. 34).

Foi também realizado um esforço de reflexão teórica sobre temática da reestruturação produtiva enquanto fenômeno espacial. Buscou-se por meio desta análise refletir sobre o processo de reestruturação produtiva e territorial na tríade “singular-universal-particular” (MOREIRA, 2004, p. 31) no sentido de buscar na singularidade do objeto apreensível suas características gerais, ou seja, universais, compreendo o objeto analisado na amplitude das conexões, ações e intencionalidades que agem e interagem na produção do espaço do recorte analisado.

Dado o contexto exposto, foram estabelecidas as seguintes questões no intuito de orientar essa pesquisa:

- Como as ações que orientaram a realização do “evento geográfico” atuaram sobre os municípios de pequeno porte diretamente afetados com a criação do Lago de Furnas?
- A criação do lago em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Furnas efetivou realmente um desenvolvimento territorial ou somente serviu de suporte para o desenvolvimento de outras regiões por meio da produção energética?
- Qual o papel e os conflitos dos atores e agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo no lago de Furnas no que se refere ao uso múltiplo das águas do lago?

Deste modo, propõe-se como objetivo geral desta pesquisa: *compreender o processo de reestruturação produtiva e territorial dos municípios de pequeno porte calcada na dinâmica de desenvolvimento através da atividade do turismo.*

Como objetivos específicos podem ser elencados os seguintes:

- Analisar as transformações nas funções desempenhadas pelos municípios da região sul de Minas Gerais;
- Identificar e compreender os usos do território nos municípios de pequeno porte do contexto analisado;
- Analisar as políticas de desenvolvimento sobre a região do lago de Furnas;
- Averiguar o processo de surgimento do turismo no lago de Furnas;
- Identificar os atores e agentes envolvidos na dinâmica do turismo na região;

O método proposto nesta pesquisa firma-se no materialismo histórico dialético. Os fenômenos e processos analisados são vistos na amplitude de seus movimentos, buscando compreender portando, a todo o momento, as matrizes que ligam o recorte analisado com a totalidade do movimento global.

É reforçado, portanto, o olhar sobre as contradições nos processos de reprodução das relações sociais no recorte analisado, implicando diretamente nas formas com que o território é reorganizado no sentido de dar continuidade e assegurar as novas estratégias de penetração da lógica capitalista nos municípios de pequeno porte.

Destacamos os municípios de Capitólio e Fama para o aprofundamento da análise desta pesquisa. Foram levadas em consideração suas localizações no lago de Furnas, em que Capitólio encontra-se no extremo norte do lago enquanto o município de Fama situa-se na extremidade sul (figura 1), podendo então fornecer maior detalhamento e informações em relação à dinâmica do lago e da atividade do turismo. Os dois municípios tem população inferior a 10 mil habitantes, evidenciando, portanto, um dos critérios que corroboram para classifica-los como municípios de pequeno porte. Ainda de acordo com o levantamento exploratório e análise dos bancos de dados (IBGE SIDRA e IBGE CIDADES) sobre os equipamentos de infraestrutura, os municípios selecionados possuem infraestrutura básica e específica para a atividade turística, assim como se verificou também a relação desta atividade com o lago de Furnas.

De acordo com Lohmann (2008, p. 381) infraestrutura básica “abarca todos os equipamentos que servem não só as necessidades dos residentes, mas também dos turistas”. Exemplo: estradas, pontes, viadutos, sinalização rodoviária e de acesso, rodoviária, aeroportos telefonia, água tratada, energia elétrica, iluminação pública, transporte urbano entre outros. A ausência ou precarização da infraestrutura compromete o desenvolvimento do turismo (BENI, 2001). Exceto em relação ao aeroporto, os municípios analisados possuem todos os atributos infraestruturais básicos que dão suporte às atividades turísticas.

Como infraestrutura específica ou turística Lohmann (2008, p. 382) explana que “constitui-se dos equipamentos que tiveram sua construção motivada pelo interesse turístico, ou que servem como apoio para usuários, em sua maioria, turistas” podendo ainda ser definida como “o conjunto de obras e instalações de estrutura física da base, que cria condições para o desenvolvimento de uma unidade turística” (LOHMANN, 2008, p. 383).

Em relação à infraestrutura específica para o atendimento da atividade, verificou-se em campo e através do levantamento de banco de dados (IBGE SIDRA), por exemplo, que Capitólio dispõe de 32 estabelecimentos vinculados ao alojamento e alimentação, contando ainda com 3 agências de viagens, enquanto o município de Fama dispõe de 11 estabelecimentos vinculados ao alojamento e alimentação, contudo não dispondo de agência de viagens. Verificou-se que em Fama fora construído um “dique” e mais recentemente a modernização de uma orla, com iluminação e um passeio ligando os bares e restaurantes com intuito facilitar a locomoção e promover a paisagem constituída pelo encontro do lago com a cidade e campo. Em Capitólio verificou-se uma reforma na orla do lago que contorna a cidade e onde estão concentrados alguns dos principais hotéis, os investimentos recentes na obra evidenciam também a importância do atrativo para o município.

De modo que a verificação prévia dos níveis de infraestrutura foi um importante critério para a seleção e aprofundamento da análise sobre os municípios de Capitólio e Fama contribuindo para a análise das etapas do processo de reestruturação produtiva e territorial do recorte em questão, ou seja, as transformações na qual esta pesquisa buscou compreender. Atribui-se ainda a possibilidade de verificação da dinâmica do lago sobre esses municípios que situam-se nas suas extremidades, revelando as particularidades e especificidades do processo e mesmo dos elementos que incidem sobre o desenvolvimento da atividade do turismo com aporte no lago.

Assim, foram realizadas duas atividades de campo nesses municípios no ano de 2016: uma no mês de Maio, no intuito de firmar os primeiros contatos e criar um acervo

fotográfico; e outra atividade desenvolvida no mês de Setembro em que foram realizadas conversas e entrevistas semiestruturadas com moradores, proprietários e empregados de estabelecimentos comerciais vinculados à atividade turística e representantes do poder público local envolvidos no setor turístico. Entretanto o acompanhamento do lago já vinha sendo realizado desde o ano de 2014.

Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas nos municípios elencados para aprofundamento da análise. Buscamos, no caso dos moradores e comerciantes que vinculam-se à atividade do turismo, colher os relatos e realizar as entrevistas com aqueles que vivenciaram ou tiveram parentes e familiares que vivenciaram as transformações na região com a formação do lago. Em relação a este ponto, foi empreendido esforço em campo no sentido de localizar moradores mais antigos nestes municípios, que pudessem contribuir com seus relatos referentes aos anos iniciais da formação do lago.

Priorizamos um enfoque maior na utilização de entrevistas que forneceram e evidenciaram com maior clareza as transformações na região, e as quais verificou-se os apontamentos de elementos indagados nesta pesquisa, como o surgimento do turismo no lago, o contexto local e regional anterior a formação do lago, os impactos dessa grande obra sobre os moradores e sobre o território, entre outras inquietações que revelassem os caminhos e elementos do processo de reestruturação produtiva e territorial na região.

Contudo, referente ao município de Fama não foi possível realizar a entrevista com representante do município. Constatou-se nesta ocasião a inexistência de uma secretaria, departamento de turismo ou mesmo uma pasta que trate especificamente sobre assunto, e ao contatar a autoridade local na sede da Prefeitura Municipal verificou-se a sua indisponibilidade pela proximidade com a data das eleições municipais. Entretanto, fora realizada entrevista com o Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), com sede situada no município de Alfenas, localizado próximo a Fama. Esta instituição é composta pelos representantes do poder público dos municípios e tem papel expressivo no desenvolvimento regional. Desta forma, através de reunião e entrevista com o Secretário Executivo desta instituição pode-se superar as limitações e imprevistos do campo, devido ao seu conhecimento e atuação frente à instituição e os trabalhos desenvolvidos nos municípios do entorno do lago, contribuindo assim para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Foi realizada também uma reunião com representante da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) através da Superintendência de Políticas de Turismo da SETUR, em Belo Horizonte, em que foram repassadas documentações utilizadas neste

trabalho (contrato, relatórios e estudos técnicos) bem como informações referentes às políticas de turismo no Estado e na região analisada.

Foram despendidos esforços para realização de entrevista com representantes da Centrais Elétricas de Furnas S.A., empresa responsável pela UHE Furnas, tanto em São José da Barra, local onde está situada a usina, quanto no escritório regional em Belo Horizonte, porém não foi obtido êxito.

Vale ressaltar que a expressividade com que os municípios de pequeno porte assumem no contexto nacional revela a importância e urgência da análise dos processos que incidem sobre esta escala nas pesquisas acadêmicas.

Se alguns autores defendem que a “cidade média” passa na atualidade a ser incorporada pelos tentáculos da economia capitalista seguindo o modelo processual e problemático que por muito se vislumbrou sobre as metrópoles e as grandes cidades, (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2015) o município de pequeno porte ressalta outra dinâmica, pois, nele a cidade muito está relacionada a uma forma estrutural de um pequeno centro envolvido por relações rurais na reprodução de suas espacialidades (MOURA, 2009; FRESCA, 2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica os municípios brasileiros de acordo com o critério populacional¹ (Tabela 1), entretanto a incorporação de critérios qualitativos corrobora para uma melhor compreensão sobre a configuração e realidade dos municípios de pequeno porte.

Tabela 1 – Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010

Classes de tamanho da população dos municípios	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 2 000	15	56	56	58	105	118
De 2 001 a 5 000	263	602	610	682	1 225	1 183
De 5 001 a 10 000	651	1 058	957	1 055	1 312	1 212
De 10 001 a 20 000	847	1 159	1 114	1 299	1 382	1 401
De 20 001 a 50 000	783	826	872	926	958	1 043
De 50 001 a 100 000	143	157	240	284	301	325
Mais de 100 000	64	94	142	187	224	283

¹ O IBGE não define claramente uma classe de municípios de pequeno porte. Observam-se em suas publicações faixas de distribuições do tamanho populacional dos municípios, ficando a critério do pesquisador a definição de uma classe de municípios de pequeno porte segundo dados apresentados e o contexto que se pretende analisar.

De 100 001 a 500 000	57	83	124	162	193	245
Mais de 500 000	7	11	18	25	31	38
Brasil (Total)	2 766	3 952	3 991	4 491	5 507	5 565

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor.

Assim, analisando os últimos seis censos demográficos podemos notar a expressividade dos municípios configurados por pequenas populações, e o aumento no número destes municípios ao longo das últimas décadas, corroborando sua importância no contexto nacional.

Ao que compete um melhor entendimento da realidade dos municípios de pequeno porte, tomamos a afirmação de Corrêa (2012) ao expressar o papel que a localidade exprime na rede urbana, ou seja, as relações que as localidades estabelecem entre si, estas interações clarificam o nível na escala de complexidade dos nós e pontos na rede. Em que o “urbano” enquanto expressão das relações sociais atua na centralização e direcionamento dos fluxos do que é produzido em determinado território municipal ou região, tanto do campo quanto da cidade, em detrimento da complexidade dos aparatos de controle das relações e determinações de poder nessa esfera. Sposito (2012) contribui significativamente neste sentido, ao explicar sobre a função que a cidade desempenha, ou seja, sua especialização funcional produtiva na qual se difere dos outros centros e assume um caráter único na rede, configurando-se como parte da engrenagem que movimenta os fluxos de bens, mercadorias, produtos e serviços.

Contudo, os debates sobre as atuais classificações ao que se referem ao dimensionamento do que vêm a ser urbano e rural no Brasil não somente se encontram restritos à academia, mas também se verificam no âmbito político².

Atentou-se ainda para a análise de outros critérios que sustentam a afirmativa da região ser configurada por municípios de pequeno porte como a densidade demográfica e a extensão da unidade territorial (Apêndice A). De modo que pode-se, então, verificar com maior clareza a expressividade e concentração de municípios deste porte na região sul mineira.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, que foram estruturados de forma a melhor evidenciar as etapas da pesquisa.

² O Projeto de Lei (PL) nº 1327/2011, apresentado pelo então Deputado Wellington Fagundes (PR-MT) e Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 316/09, apresentado pelo Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) visavam alterar a Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 (Estatuto da Cidade), na intencionalidade de incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural.

No primeiro capítulo intitulado “Aproximações teóricas: caminhos conceituais para a compreensão da reestruturação produtiva e territorial nos municípios de pequeno porte” buscou-se discutir os conceitos e categoriais que sustentam o corpo teórico da pesquisa. De início apresentamos uma discussão sobre a relação campo-cidade no intuito de chamar a atenção para a categoria do território enquanto articulador desta dinâmica nos municípios de pequeno porte. Buscou-se demonstrar por meio dos debates sobre esta escala reforçar a importância da análise territorial, na qual as interações entre campo e cidade e rural e urbano expressam as particularidades e contribuem para clarificar a compreensão sobre a realidade e os processos que atuam na “permanência e transformação” desta escala.

Neste mesmo capítulo buscou-se discutir sobre o processo de reestruturação produtiva e territorial, trazendo ao debate autores como David Harvey (1993), Denise Elias e Renato Pequeno (2013) para demonstrar o processo em escala global para então refletirmos sobre o reflexo das transformações em escala nacional e regional dialogando com autores como Milton Santos (2012 e 2006), Maria Terezinha Serafim Gomes (2011) e Soja (1993).

Os apontamentos a cerca da definição de turismo e o papel desta atividade como ferramenta para o desenvolvimento local e regional são essencialmente abordados nesta pesquisa, no sentido de que o turismo enquanto atividade e também proposta política para o desenvolvimento configura-se como produto do processo de reestruturação produtiva na região do lago de Furnas.

No Segundo capítulo, “Os usos e as intencionalidades do território no sul de Minas Gerais”, adentra-se mais especificamente para o recorte analisado, propondo uma periodização com base em elementos históricos para melhor evidenciar o processo de reestruturação produtiva e territorial onde atualmente se situam os municípios do entorno do lago de Furnas. Analisou-se a formação territorial e econômica da região sul mineira evidenciando as características e particularidades do uso e apropriação do território, como: o histórico de ocupação e povoamento da região no século XVII; os processos que atuaram sobre a especialização produtiva na cultura do café no século XIX, e que tiveram grande impacto sobre a estrutura fundiária e sobre a configuração da região em municípios de pequeno porte; e o papel desempenhado pela região naquele momento.

Num segundo momento desta periodização, tratou-se evidenciar as características dos municípios de Capitólio e Fama, assim como da região no contexto que circunda o evento geográfico, ou seja, o projeto de Furnas. As décadas de 1950 e 1960 são trabalhadas dialogando com o contexto nacional e regional no intuito de identificar as diferentes escalas

do processo que conduziu a formação do lago de Furnas, marcado por discursos, tensões e transformações.

No terceiro capítulo, intitulado “Da nova conjuntura territorial ao discurso de desenvolvimento pelo turismo: análise sobre os municípios de Capitólio e Fama” analisa-se o desenrolar do processo de reestruturação produtiva e territorial decorrente da formação do lago. São analisados os planos de desenvolvimento para a região e o contexto nacional que envolvia as políticas de fomento ao desenvolvimento local buscando identificar o surgimento do turismo como proposta para o desenvolvimento e as ações sobre a região. As entrevistas semiestruturadas e os relatórios e documentos coletados em campo fornecem elementos essenciais e contribuem para clarificar o desenvolvimento da atividade do turismo no lago de Furnas.

O enfoque sobre os municípios de Capitólio e Fama é trabalhado no sentido de revelar as particularidades do desenvolvimento do turismo na região enquanto fase concreta do processo de reestruturação produtiva e territorial. Procurou-se analisar os conflitos pelo uso múltiplo das águas, buscando identificar os atores e agentes envolvidos neste conflito, para então discutir em último tópico as possibilidades no desenvolvimento do turismo no lago de Furnas.

O tempo de cada lugar: morro e concreto em Capitólio, Minas Gerais.



*“Se um homem marcha com um passo diferente
do dos seus companheiros, é porque ouve outro
tambor”*

Henry David Thoreau

CAPITULO 1 - APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: CAMINHOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

A condução da pesquisa científica, desde a elaboração do projeto até os momentos de imersão empírica no objeto de pesquisa, necessita de uma base teórica que elucide e clarifique seu objeto de pesquisa.

Primeiramente, trataremos de discutir a questão da relação campo-cidade, numa perspectiva que possa salientar o território como articulador da dinâmica espacial, aproximando-nos para a realidade do recorte analisado, composto de municípios de pequeno porte, que se configuram numa dinâmica ainda pouco explorada, especialmente, ao que compete à análise sobre os fenômenos que incidem sobre essa escala do território pela ciência geográfica.

Em segundo momento, propomos uma reflexão acerca da classificação dos municípios de pequeno porte, a posição de se trabalhar com a temática de município, explicitando o debate que envolve a configuração interna dessa escala geográfica, seus papéis e as relações que exprimem em rede.

Em terceiro momento, adentraremos para a relação entre o global e o local no processo de reestruturação produtiva, ou seja, uma análise interescalar dos movimentos e transformações que atuam na reprodução espacial - totalidade e unidade que a configura.

Analisando a técnica que se atrela ao território e o papel da reestruturação como mudança no seu conteúdo recriando novos caminhos para as novas formas produtivas que se instalam no território. Buscamos nesse sentido, pensar esse processo de forma dialética, em que atua em várias dimensões da vida social (política, econômica, cultural).

Trataremos também sobre os apontamos em relação à definição de turismo e a importância desta atividade para o desenvolvimento local e regional. Faz-se necessária esta abordagem, uma vez que o turismo é um importante elemento no processo de reestruturação produtiva e territorial dos municípios aqui analisados.

1.1 Relação Campo-Cidade: uma proposta do território como articulador da dinâmica espacial para compreensão da realidade dos municípios de pequeno porte

Os debates que envolvem a relação campo-cidade e rural-urbano vêm de longa data. Um entendimento dicotômico que por muito tempo permeou o modo de se pensar e analisar essas questões.

O contexto histórico desses debates muito está vinculado à construção do campo da “sociologia da agricultura”. Muito contundente foi a contribuição dessa ciência para o desenvolvimento das questões referentes à relação rural-urbana principalmente no decorrer do século XX, fomentada, em primeiro momento, pelo esforço dos sociólogos americanos, sendo mais tarde incorporada nas reflexões sobre a realidade brasileira, numa perspectiva de compreender a relação estabelecida entre a evolução da cidade e do campo (BIAZZO, 2008, p.135).

Segundo Hespanhol (2013, p. 106), é preciso salientar que existem três principais linhas de abordagem que buscam debruçar-se sobre a temática da relação campo-cidade e rural-urbano no sentido de traçar definições e compreender as dinâmicas que circundam essas realidades. São essas abordagens: a dicotômica, a de continuum e das permanências das ruralidades.

A primeira é marcada pela ênfase que é dada às diferenças que marcam cada um desses espaços (HESPANHOL, 2013, p. 107). Há nessa visão, uma separação, a busca pela distinção entre o que é urbano e o que é rural, o que pertence ao campo e o que pertence à cidade.

Essa abordagem dicotômica remete-se às formulações ainda do final do século XIX, consolidando essa visão ao decorrer das primeiras décadas do século XX por meio de um viés economicista, em que o campo estaria restrito à produção agropecuária e a cidade à produção industrial. Hespanhol (2013, p. 107) ainda destaca que o contexto socioeconômico que envolvia esse pensamento, dado pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir da revolução industrial, acentuava o distanciamento entre cidade e campo na medida em que propiciava ao homem cada vez menos dependência às condições naturais.

A segunda abordagem, pautava-se no argumento do fim do rural pelo espraiamento do modo de vida urbano, orientada pela industrialização tendo na globalização a força motriz desse processo. Para Hespanhol (2013) o pensamento dualista ainda se faz presente nessa

linha, contudo a diferença que se sobrepõe é a de uma homogeneização espacial, em decorrência do espraiamento do processo de urbanização da sociedade.

No Brasil, Silva (1997), em sua pesquisada realizada na década de 1990 sobre a caracterização e perspectivas do espaço rural no Brasil, intitulada de “Rurbano”, mostrava uma tendência de urbanização do campo, apresentando, segundo seus estudos, um processo marcado pela perda das particularidades típicas do rural em detrimento do avanço natural da sociedade e do modo de vida urbano.

Uma terceira abordagem, na qual está pesquisa trilha sua visão, é a de permanência das ruralidades. Para Hespanhol (2013, p. 8) a aproximação entre o rural e o urbano não necessariamente leva à homogeneização e à urbanização da sociedade. O rural é visto através das particularidades que emanam de cada lugar e do modo com que se articula com a sua volta.

Não é negado que as transformações na sociedade contemporânea aproximaram o urbano do rural e intensificaram as transformações nos espaços da cidade e do campo, mas este último configura-se de especificidade própria e manifesta isso na sua reprodução em que o ruralidade é expressão de novas identidades em construção derivadas da intensificação das trocas entre campo e cidade (CARNEIRO, 1998).

No Brasil o enfoque sobre essa temática a partir de uma visão integrada se deu através das contribuições de Veiga (2004; 2007), Carneiro (1998) e Abramovay (2006). Estes partem do entendimento de que a urbanização não levará ao fim do que se denomina espaço do campo, este resiste e impõe seu dinamismo.

É notável nesses autores, a utilização de uma abordagem socioterritorial na análise da relação campo-cidade e rural-urbano, o que enfatiza a busca de uma metodologia para um estudo em que abarque a dimensão com maior cunho complementar e interacional dessa relação, refutando assim, uma análise descompassada dos processos que permeiam isoladamente tanto o campo quanto a cidade. “Si los territorios son lazos sociales, lo más importante es que se comprenda la naturaleza de la cooperación” (ABRAMOVAY, 2006, p. 1).

Ainda analisando Abramovay (2006) sobre o aprofundamento da noção de território, ele nos atenta para “o pensar” o território e o desenvolvimento das relações sociais de modo dialético, compreendo as formas com que os grupos se assentam em práticas, se apropriam e relacionam com o território.

Plantear a los territorios como campos em los que se ponen frente a protagonistas com intereses diversos, estudiar los procesos localizados de

coperación – no como expresión idílica de virtud cívica sino como forma de dominación. (ABRAMOVAY, 2006, p. 13)

Moura (2009, p. 16) contribui quando discorre sobre as particularidades que emanam das manifestações da vida social do campo na cidade no que diz respeito a realidade dos municípios de pequeno porte. Moura explicita que muitas vezes a realidade comprovada empiricamente e expressa nos municípios de pequeno porte evidencia que “a delimitação do urbano de muitos municípios é apenas uma lei que identifica um núcleo em um território ainda preso à base produtiva e ao modo de vida rural”.

Moura (2009, p. 16) acrescenta que “por vezes, a agricultura local envolve o pequeno conjunto de edificações desses núcleos, como que querendo fazer parte dele, ou reclamando por ter sido apropriada. Desse modo, a autora nos incita a uma reflexão: “Seriam esses núcleos cidades?” (MOURA, 2009, p. 16).

Partindo da concepção de Milton Santos (2008a) e expressa também por Silva e Hespanhol (2011, p. 34), em que “cidade e campo são vistos como espaço, enquanto urbano e rural se refletem como conteúdo social das formas espaciais” evidenciam-nos que as formas estão atreladas à configuração do arranjo espacial dada pelas relações sociais, econômicas, políticas, ou seja, a cidade pode ser aprendida como uma realidade concreta vista na materialização das formas, mas também pode ser compreendida por meio do conjunto de funções sociais.

Tomando de partida de que “a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 2012, p. 127), bem como sua importância como espaço político, econômico e administrativo, referente à centralidade que exerce sobre as ações e as tomadas de decisões sobre o território, é, portanto, imprescindível tomar como elementos de análise sobre os municípios de pequeno porte, o campo e a cidade em um movimento de relações complementares e não dissociados. Uma análise em que abarque a totalidade desse espaço enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (SANTOS, 2006).

Moura (2009) contribui nesse mesmo sentido de pensamento para elucidar a dinâmica que envolve a definição de cidade:

O conceito de cidade está vinculado à materialidade do espaço construído, ao concreto, onde vivem os cidadãos, ao conjunto de infraestruturas, de equipamentos, enfim, de toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando. (MOURA, 2009, p. 16).

Santos (2008a) atenta para os equívocos no emprego e entendimento do que vem a ser urbano e a cidade, e tal ênfase do autor vale mesmo para o rural e o campo, dimensões da realidade social que configuram a totalidade do espaço e que não devem ser confundidas e nem negligenciadas nos processos que movimentam a dinâmica espacial. “Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuitas e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno.” (SANTOS, 2008a, p. 34).

É evidente uma superposição hierárquica entre os espaços da cidade e do campo atualmente, orientado a princípio pelo modelo de consumo produtivo urbano. Santos (2008a) enfatiza que tal superposição contribui para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, e que logo, acentuou ainda mais a divisão do trabalho. O que, de todo modo, não exclui nem diminui a dimensão do campo e do rural, mas sim fortalece a necessidade da compreensão da dinâmica dessas categorias no processo do todo espacial.

Assim, destacamos a noção que o território representa, podendo ser tomado como a categoria que melhor explicita a realidade que se busca desvendar, um articulador da dimensão espacial. Contudo, não o território enquanto estático, mas a dinâmica social e de produção que se realiza nesse recorte, ou seja, a territorialidade.

Para Raffestin (1993, p. 149) a territorialidade é entendida como “um conjunto das relações mantidas com o território”. De acordo com Raffestin (1993, p. 151) a produção do território é condicionada ainda por um sistema territorial expresso por meio de tessituras, nós e redes organizadas hierarquicamente.

O território nesse sentido é a categoria que consegue articular o campo e a cidade, assim como os modos de vida dessas dimensões que se desenrolam no espaço.

Essas complementaridades são expressas por meio das interações espaciais que conectam o campo à cidade e a cidade ao campo, assim como os conteúdos sociais das formas espaciais (rural e urbano), materializados ou externados seja por meio da cultura, dos costumes, das práticas e dos produtos. De modo, que Campos e Krahl (2006, p. 83) expõem à reflexão sobre essa temática ao indagar: “como tratar tais frações espaciais sem perder de vista sua totalidade?”.

Nessa reflexão, em que a totalidade é a cerne para compreensão mais precisa da dimensão espacial, Campos e Krahl (2006, p. 100) apontam para essa necessidade:

“há de se refletir sobre a função do território como base da inter-relação do espaço urbano com o rural e como palco das dinâmicas que definem a urbanidade e a ruralidade. São as características do território, bem como as relações e os movimentos que nele ocorrem, que condicionam os processos de permanência e transformação do espaço total, os quais podem ser traduzidos no uso e apropriação do próprio território.”

Portanto, a maneira pela qual o território ganha força como articulador do rural e do urbano, do campo e da cidade, torna eminente a importância dessa categoria como chave conectiva e explicativa, a partir das relações que se estabelecem no território.

Assim, questionamos se atualmente é possível trabalhar exclusivamente com o conceito isolado de cidade, principalmente no que compete às que se inserem nos municípios de pequeno porte, diante das relações que hoje se dinamizam sobre o espaço do campo e da cidade. Vemos um acirramento das relações sociais entre campo e cidade, e mais ainda, vemos manifestações do rural que se espacializam na cidade, assim como o contrário ocorre, e até com maior intensidade, urbanidades sendo incorporados ao campo.

Um olhar a partir das “interações espaciais” se faz essencial para a compreensão da realidade desses pequenos municípios, pois trata das relações entre o espaço do campo e da cidade e suas manifestações no território, bem como para clarificar a dimensão dos processos que incidem sobre essas localidades. Ressaltando que cada lugar, território ou região é formado por singularidades e particularidades, cabendo, portanto, papéis e trajetórias distintas mesmo dentre os municípios de pequeno porte que configuram o vasto território brasileiro, as interações entre os espaços seriam uma forma de compreender a complementaridade de funções a partir das relações que estabelecem entre si.

Neste sentido, desvendar as interações espaciais se mostra um caminho para a compreensão do desenvolvimento do turismo e as demais atividades que ligam o lago ao cotidiano local e regional, se assentando no território como um todo, e assim transformando o campo e a cidade, criando novas formas, com novos usos e novas funções.

1.2 Municípios de Pequeno Porte: uma temática em discussão

Tratar da realidade que expressam os municípios de pequeno porte do interior brasileiro não se constitui uma tarefa fácil. A ampla dimensão do território brasileiro por si explicita a complexidade que se manifesta nos mais diversos contextos que configuram o território nacional, explanados, por exemplo, pelas articulações entre os lugares, a formação

histórica regional, sua configuração interna, o papel que suas cidades desempenham na rede urbana, a especialização funcional de cada lugar e cada região, os interesses externos, a guerra de lugares na busca de atrativos para o desenvolvimento e tantos outros pontos, fatores e processos que simultaneamente conduzem a reprodução espacial.

Mesmo nesse contexto de multiplicidades e dinamismo que cada lugar e região explanam, ainda sim são poucas as pesquisas sobre os municípios de pequeno porte e as regiões que são configuradas por essa escala geográfica.

Wanderley (2001, p. 03) ainda no início da década de 2000 apontava para essa problemática do descaso com as pesquisas sobre essa escala da dimensão espacial, apontando que “a pesquisa sobre pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática”.

Sobre essa afirmação de Wanderley (2001), podemos ainda avançar até o presente momento, e assim confirmar que ainda se faz necessário percorrer um caminho bastante longo sobre as pesquisas que buscam desvendar e compreender a realidade dos municípios de pequeno porte com o mesmo afincamento que é atribuído o esforço sobre a temática das grandes cidades, metrópoles, e mais atualmente das cidades médias no âmbito das pesquisas em geografia no Brasil.

Alias, tomando como referência que o espaço está num movimento constante de reprodução e transformação, e os movimentos de espraiamento do capital atuam de modo a renovar suas forças por meio da apropriação constante de novos mercados, portanto, podemos pontuar que a pesquisa sobre os municípios de pequeno porte devem sempre renovar-se e aprofundar-se na compreensão das dinâmicas que incidem sobre essa escala geográfica.

Contudo, é válido pontuar que muitas vezes ainda nos deparamos com uma confusão entre o que vem a ser município e o que vem a ser cidade.

No Brasil, no âmbito político-governamental a conceituação de município é expressa por meio do critério político-administrativo, em que tem na Constituição de 1988 um reforço de sua importância e autonomia, lhe conferindo competências únicas, na qual eleva o município a ente federado.³ Relaciona-se, desse modo, a definição de município no contexto político-administrativo à delimitação territorial de competência governamental, circunscrevendo área de abrangência da unidade administrativa que é o município.

³ O Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que: “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”.

O Art. 18º discorre sobre a organização político-administrativa da República Federativa compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

Nesse sentido, também tomando nota da definição de cidade no contexto brasileiro. O Decreto-Lei nº 311, de 1938 (e em vigor até nos dias atuais), determina que qualquer sede de município é uma cidade (SPOSITO, 2008), logo teremos em números equivalentes a mesma quantidade de municípios e cidades.

Veiga (2001, p. 1) aponta uma crítica à esta medida que acabou por elevar a condição urbana toda sede de município, desconsiderando a realidade na qual está estava inserida, “independente de suas características estruturais e funcionais”. Segundo Veiga (2001, p. 2), este diz ainda que “foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados.” Sendo que para as “futuras cidades seria exigida à existência de no mínimo 200 casas”.

Estes apontamentos apresentados por Veiga (2001) nos leva a refletir sobre a delimitação do urbano no Brasil ainda na década de 1930, quando foi promulgada a referida Lei, atribuindo ao espaço da cidade um contexto urbano, sem mesmo este apresentar reais explicações de uma dimensão urbana, nos permite indagar sobre a real dimensão urbana dos diferentes contextos no Brasil, na qual os municípios de pequeno porte se destacam sobre essa reflexão.

Fresca (2010), contudo, levanta uma crítica à Wanderlei (2001) sobre seu posicionamento em se trabalhar com a temática de “pequenos municípios” em que os classifica exclusivamente pelo critério populacional referente a área urbana, no sentido de distinguir municípios rurais e municípios urbanos. A autora explicita que desta forma torna-se confuso e talvez genérico o entendimento sobre a realidade local, apontando que o “pequeno município implica em área territorial e não a sede urbana de cada município, residindo aí mais uma questão de denominação que oculta uma série de situações.”

Assim é importante refletir que a classificação de um município de pequeno porte, por mais que o adjetivo “pequeno” remeta a uma noção de tamanho, não deve restringir-se apenas à mensuração quantitativa da população que reside no território municipal, contudo também não deve ser negada sua incorporação, assim como a extensão territorial. É fundamental analisá-lo como sendo configurado também por uma pequena cidade, envolvida por um mundo rural expressivo, fomentando uma interação entre os espaços do campo e da cidade. Faz-se necessário também agregar outros critérios dentro de uma análise qualitativa que expressem a realidade espacial. Ou seja, a análise do recorte a ser analisado é fundamental na classificação do município de pequeno porte, assim como o contexto regional de formação e desenvolvimento econômico e social.

Entendemos que a demasiada preocupação com o urbano nas pesquisas em geografia que nortearam os estudos nas últimas décadas, muito deve ao contexto nacional de intensificação da urbanização e concentração populacional nas capitais e regiões metropolitanas fomentada pelas políticas de desenvolvimento da indústria e crescimento econômico, estendendo então para a necessidade de dar respostas aos problemas que daí surgiam, direcionando seus esforços para a compreensão das realidades dos grandes centros, ficando os menos expressivos a um segundo plano.

Não é raro nos depararmos com generalizações sobre os apontamentos referentes à dinâmica das pequenas cidades que configuram o núcleo urbano dos municípios de pequeno porte, revestindo sobre estes uma roupagem única, muitas vezes atribuindo-as a uma realidade falaciosa.

Fresca (2010, p. 78) aponta que a inserção das localidades nas redes ou na região é o que permite o melhor caminho para considerá-la como sendo pequena:

Por este caminho é possível ter melhores condições de entender uma cidade como sendo pequena, evitando deste modo, as armadilhas das classificações populacionais; das recentes discussões de que o Brasil não é tão urbano quanto se fala, contrariando inclusive análises de Lefévre (1991) sobre o avanço urbano na sociedade capitalista; de generalizar que as pequenas cidades são apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à população de uma restrita área de influência.

Não negamos a importância do papel que a localidade exprime na rede urbana, nem refutamos o processo de avanço urbano na sociedade capitalista, mas sim corroboramos com todos esses critérios, contudo, acrescentamos que a discussão deva caminhar no sentido de elucidar a realidade local e regional, e um caminho que pode contribuir para esse entendimento pode ser expresso por meio do nível de complexidade das manifestações das formas sociais. Assim podemos então falar de municípios de pequeno porte, no qual o contexto da história da formação regional é um elemento importante para então classificar um município como sendo de pequeno porte como também compreender sua configuração interna, expressa por meio do espaço da cidade e do campo.

Assim, é mister salientar que a tomada de decisão de se trabalhar com a temática de município deve-se ao fato do posicionamento do autor em buscar compreender os fenômenos analisados em sua amplitude geográfica, manifestados no recorte analisado. Em que campo e cidade são materialidades concretas de um tipo de apropriação do espaço, e evocam um conjunto de diversas funções sociais (SPOSITO, 2005 apud MOURA, 2009, p. 17).

É visto ainda que o evento geográfico (SANTOS, 2006) que propiciou o movimento inicial para uma reestruturação produtiva e territorial do recorte analisado se manifestou no espaço do campo e da cidade, onde inicialmente impactou mais incisivamente sobre o arranjo do campo pelo alagamento de grande parte das áreas produtivas dos municípios, afetando principalmente as relações de produção estabelecidas nas comunidades rurais, impactando consequentemente na cidade.

Santos (2006, p. 15) chama de “eventos geográficos” o “acontecer histórico” que atua profundamente no tempo e espaço e transforma as relações então existentes, induzindo novas formas e novos processos que irão depender do “valor” que cada lugar carrega. Os eventos, portanto “mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p. 95).

Em nosso tempo atual, e graças à globalização da divisão internacional do trabalho, a universalidade abrange também os fatos do homem. E isso se dá ao mesmo tempo em que o homem se torna capaz de gerar eventos naturais e de produzir fatos físicos ou então mudar, por sua ação, a significação, o alcance, as consequências dos fenômenos naturais, incluindo-os na história humana universalizada. (SANTOS, 2006, p. 107)

Essa concepção da ação dos eventos geográficos de Santos (2006) é a que adotamos na compreensão das transformações e reconfigurações das dinâmicas socioespaciais do recorte analisado. Primeiro com a criação do Lago de Furnas por meio da ação político-econômica e depois com a reestruturação produtiva e dos territórios que se seguiu nos municípios que tiveram o lago incorporado na dimensão de seus territórios.

Santos (2006, p. 96) trata que os eventos podem também se expressar por meio de ideias e não somente fatos, evidenciando a necessidade de se pensar o processo reestruturação produtiva e territorial articulado à construção de uma nova funcionalidade calcada nas ações e nos discursos empreendidos para desenvolver o turismo no lago de Furnas.

Nesse sentido o território demarcado pelo uso turístico propiciado pela apropriação do lago de Furnas, assim como o território dos municípios de pequeno porte assemelham-se na forma e estrutura como em conjunto agrupado com características similares de produção do espaço, manifestada no rural e no urbano, e imprimindo nestes a territorialidade expressa pelas relações de vivência dos atores e agentes produtores do espaço.

Ao adjetivarmos o termo município agregando a ele “pequeno porte” estamos buscando em primeiro momento delimitar uma realidade espacial específica.

Acrescenta-se que as categorias que consolidam o corpo teórico da Geografia fornecem elementos para superação de uma dada definição político-administrativa para o município, como àquela disposta na Constituição Federal de 1988 em que eleva o município enquanto ente federativo e determina sua autonomia administrativa, ou ainda àquela exposta pelo Decreto Lei número 311 de 02 de março de 1938, e em vigor até os dias atuais, que considera que o município deve possuir no mínimo duzentas moradias.

A Geografia, desse modo, contribui tanto na análise quanto na elucidação dos critérios que classificam os municípios, lançando um olhar sobre os processos que incidem sobre esse recorte espacial e buscando analisar o conteúdo que exprimem.

Sabe-se que nas discussões geográficas muito se debruçou sobre as definições e classificações acerca das cidades, mais precisamente difundida nos debates da geografia urbana, que de longa data vêm buscando dar respostas às transformações nesse espaço impulsionado pela industrialização das cidades e pelo fenômeno urbano.

Entretanto, nota-se que certas discussões enviesam muito mais pelo sentido do espaço da cidade em si, renegando muitas vezes o campo e o rural ou os analisando de modo superficial e secundário.

Santos (2012), explicitando a problemática em torno da classificação da cidade enquanto espaço geográfico, direciona suas indagações para os pequenos centros, o que ele chama de “cidades locais” sem uma pretensão de quantificar por tamanho absoluto, justificando que o fenômeno urbano, é antes um fenômeno qualitativo.

Nesse sentido o autor define cidade local como: “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função essa que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2012).

Nota-se que Santos (2012) por mais que esteja lidando setorialmente com o conceito de espaço da cidade, ele, ao se referir às necessidades que o espaço tem de suprir a demanda de sua população subentende-se que essas condições sejam não somente para contemplar o bem estar da população urbana, mas sim de toda a população que usufrui do aparato infraestrutural que se configura no aglomerado central, pois se não estaria negligenciando o espaço do campo e as próprias manifestações da vida rural que se fazem tão mais presentes nos pequenos aglomerados do contexto brasileiro.

Sendo assim, compreende-se que esse pequeno aglomerado definido como cidade local, no qual se pode falar de uma verdadeira cidade (SANTOS, 2012) é configurado pelo conjunto de relações e pela proximidade com o campo e suas manifestações.

A negligência de se trabalhar com o recorte territorial, o desconsiderando como totalidade e analisando as relações unicamente do espaço da cidade para se dar uma resposta aos fenômenos que se apresentam nesse espaço da cidade pode levar o pesquisador a equivocar-se no entendimento da realidade dos municípios de pequeno porte, isso se acentua ainda mais ao tratar de cidades que expressam uma relação de proximidade com o campo, como no caso das cidades locais, e ainda aquelas que têm no modo de vida rural forte influência sobre as relações sociais.

Fresca (2010) acrescenta a importância das redes urbanas na compreensão do que vem a ser uma pequena cidade. Entretanto, essa mesma lógica também pode contribuir para determinar o enquadramento do que vem a ser um município de pequeno porte, pois os efeitos da interconexão das redes expressa pelos nós, é também absorvida pelo campo.

Exemplificando para a realidade dos municípios de pequeno porte, temos o fenômeno da apropriação da renda fundiária, em que as bases produtivas do campo são orientadas, muitas vezes, por uma demanda industrial estabelecida em um centro detentor de comando, exercendo sua polaridade sobre a produção rural, estreitando, dessa forma, o desenvolvimento das relações entre os lugares e evidenciando o papel do campo.

Outro exemplo que podemos destacar é o desenvolvimento do campo dentro das redes de produção, circulação e consumo de serviços. Nesse sentido, o turismo enquanto fenômeno socioeconômico atua na interação entre campo e cidade, visto pelo desenvolvimento do turismo rural que adentra cada vez mais ao campo, fortalecido principalmente nas pautas políticas como instrumento para o desenvolvimento local e regional.

Desta forma, o papel das interrelações entre campo e cidade, rural e urbano é expressamente importante para compreensão do município de pequeno porte, ou seja, uma análise a partir do território como totalidade e suas relações com outros territórios.

Incorporando essas indagações podemos pontuar que essas várias dimensões abordadas, agrupadas e analisadas segundo o recorte espacial em análise, auxiliam na classificação e compreensão dos municípios.

Não pretende-se aqui, criar novas classificações em relação aos municípios, como “municípios rurais” ou “municípios urbanos”, pois entende-se que essas denominações induzem a uma realidade determinada por essas dimensões da realidade social, podendo levar ao equívoco da caracterização por essas expressões.

Buscamos indagar principalmente a questão dos municípios enquanto estrato de uma dada realidade que permeia grande parte dos municípios do interior do Brasil, contudo articulados á nível de escalas e relações que transcendem a suas fronteiras e que impactam diretamente na reprodução de suas espacialidades, ou seja, buscamos compreender a realidade na qual os municípios estão inseridos.

Deste modo, o adjetivo “pequeno porte” pretende evidenciar o nível da complexidade que envolve as relações (social, econômica e política) e a própria dimensão espacial desses municípios assim classificados, podendo então tomar nota das noções de tamanho populacional e extensão territorial que são atributos desses municípios, contudo ressaltando que não somente os únicos. Ressaltando ainda que a baixa complexidade da infraestrutura e oferta de serviços são características das cidades e aglomerados urbanos que compõem os municípios de pequeno porte, ou seja, os centros urbanos são circundados por um campo e um rural de grande expressividade. Esses pequenos aglomerados inserem-se em redes articuladas hierarquicamente com centros maiores e expressivos no que compete a complexidade da oferta de bens e serviços.

1.3 Do Global ao Local: o processo de reestruturação produtiva e territorial

Pensar a reestruturação produtiva em escala local requer que façamos um esforço na compreensão de traçarmos os caminhos (processos) que orientam as transformações e reconfigurações espaciais no território. Uma análise dos processos que incidiram ao longo da trajetória histórica e espacial global para se compreender o presente, ou seja, o desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea.

Esse conceito em grande parte tem sua importância revelada nos debates atuais em que se buscam compreender e explicar os fenômenos que atuam na dinâmica da (re)produção dos espaços. Na ciência geográfica, o conceito de reestruturação produtiva é integrado às dinâmicas existentes que molduram novas configurações espaciais.

É no desenvolvimento das relações capitalistas do século XX que se tem a base difusora das grandes transformações que incidem sobre os recortes territoriais e que se fazem presentes na dinâmica da mutação do direcionamento das economias locais e do rearranjo territorial no sentido de superação dos entraves impostos pelo dinamismo econômico e pelas crises capitalistas.

Ao analisar as transformações político-econômica do capitalismo do final do século XX, Harvey (1993) explicita que a insuficiência de determinados mecanismos e processos gerados pelas próprias crises capitalistas levam a reformular internamente seu modo operante, buscando encontrar novos meios para satisfazer a acumulação de capital. Novos papéis são reformulados, desde as corporações, passando pelo Estado e pelos trabalhadores, chegando até a vida cotidiana e nos lares, refletindo no modo de vida e padrões de consumo. Assim, para Harvey (1993) o processo de reestruturação no mundo capitalista é permanente, ou seja, um processo contínuo de transformações e adaptações.

Harvey (1993, p. 137-40) em sua análise sobre crise do modelo fordista e o processo que se desenrola a caminho do modelo flexível de acumulação, caracteriza o cenário que começava a se formar na década de 1970,

As corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente as fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, estruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 1993, p. 137-140)

Segundo Elias e Pequeno (2012, p. 1) “o período histórico vigente desde meados do século XX é marcado por um processo acelerado de globalização da produção e do consumo”. O arranjo econômico global organiza-se de forma a promover cada vez mais a conexão das nações por meio de suas economias. Esse movimento, gerido por uma lógica globalizante, é tendencioso ao ponto de promover tanto a reestruturação da produção, em âmbito econômico, quanto à reconfiguração dos territórios, impactando, portanto nas relações socioespaciais diretamente. Trata-se assim de “um novo sistema temporal” (Elias; Pequeno, 2012, p. 1).

Essas mudanças vislumbram os reajustes da lógica de reprodução capitalista, ou seja, uma mudança interna no seu regime de acumulação (SPOSITO; SPOSITO, 2012).

Incide como força motriz à reestruturação produtiva, o desenvolvimento tecnológico e científico, caminho esse em que a sociedade encontra as possibilidades da reestruturação, ou seja, o desenvolvimento das técnicas de produção abre caminho para a transformação acelerada do espaço ao mesmo tempo em que assegura a reprodução do modo capitalista (SANTOS, 2012). Esse adensamento das técnicas acentua diretamente a complexidade das

relações sociais de produção, aprofundando em primeiro momento a divisão internacional do trabalho e conseqüentemente reconfigurando a divisão territorial e social do trabalho à nível de escala regional e local.

Nesse sentido, Santos (2012) nos legou sua reflexão sobre a relação entre a contínua especialização do território e a complexificação da divisão territorial do trabalho.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. (SANTOS, 2012, p. 123)

Essa característica do processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho acrescenta cada vez mais conteúdo ao espaço e assim possibilita novas formas de uso e apropriação, estabelecendo novos modelos de relação intra e interregional, ou seja, sob o enfoque de um olhar interescalar em que se considera a existência de um movimento multidirecional (local-regional-global), verifica-se um período marcado pela ascensão das redes, em que as instâncias do local-regional assumem o papel de nó no emaranhado das relações que se estabelecem.

Milton Santos (2006) com o que define como Meio Técnico Científico Informacional, contribui ainda para esse novo olhar e interpretação dessa nova realidade global, sendo essa o desenrolar histórico da evolução das técnicas, assim como o adensamento da união entre ciência e técnica e a ascensão da informação como elemento indissociável no desenvolvimento da sociedade contemporânea. “Trata-se da nova fase da história humana” (SANTOS, 2012, p. 145).

A simultaneidade e instantaneidade imprimem na sociedade contemporânea a marca de uma globalização difusora de informações e “integradora” das economias nacionais. Sua lógica totalizante, contudo, apresenta contradições firmemente imbricadas na dinâmica de seus movimentos.

Assim, concomitante à proposta de desenvolvimento socioespacial por meio da articulação entre os territórios ressalta-se que ela não ocorre de maneira homogênea. Santos (2012, p. 113) disserta sobre a “existência de uma tendência à concentração de atividades produtivas modernas”, logo, em consequência desse arranjo, a distribuição e acesso às novas materialidades não se equalizam por todo o território, assim, ao mesmo modo em que

descartam espaços de sua lógica desenvolvimentista florescem ilhas de exclusão tanto territoriais quanto sociais.

É no interior da globalização que se discutem os novos conteúdos do trabalho social e dos novos usos que serão incorporados aos territórios, sua dinâmica integra-se a dinâmica dos meios de produção, circulação e consumo.

Novas tendências requerem novos arranjos territoriais e nesse sentido, o território torna-se não meramente um palco dos eventos, mas sim ganha força com a aquisição de conteúdo técnico e social mais aprofundado e é embutido de poder estratégico no processo de reprodução do capital. O território, dessa forma, diferencia-se e se especializa de maneira cada vez mais acentuada e complexa, (re)funcionalizando e/ou desenvolvendo sua especialização produtiva.

Partindo da concepção de que essas grandes modificações na organização socioespacial verificadas às varias escalas de atuação (global, regional e local) corroboraram diretamente na questão produtiva dos territórios, não somente vedado ao âmbito do espaço da cidade, mas ao que compreende também ao espaço do campo, evidenciam, portanto, interações entre ambos os espaços.

Denise; Pequeno (2013, p. 6) dissertam sobre uma reestruturação da produção e do território, ou seja, uma reestruturação diretamente ligada à questão econômica e suas implicações no espaço. Essa reestruturação abordada por esse viés econômico enfoca sobre as possibilidades da sociedade, dadas através do desenvolvimento tecnológico realizável por meio da reestruturação dos tradicionais sistemas de produção em detrimento da organização de novas funções.

Elias e Pequeno (2012, p. 5) falam de uma reestruturação econômica no entendimento dos novos arranjos e papéis dos lugares na atualidade, fortemente acentuada nas últimas décadas, orientada pelas novas lógicas globais de produção e consumo, e que consequentemente atuam na reestruturação do território.

Soja (1993) define reestruturação no seu sentido de movimento transformador:

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a

forma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p. 194).

Concordamos com Soja (1993) no que toca a reestruturação enquanto movimento que implica no processo de transformação espacial, quando se refere ao que podemos interpretar como simultaneidade das formas diversas no espaço, onde a reestruturação não refuta as formas anteriores.

Assim, reestruturação não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe a outra e a primeira deixa de existir. Ela possui resíduos, passando a coexistir elementos pertencentes a primeira e a segunda, formando uma amálgama. No caso da reestruturação produtiva, pode se dizer que, o “novo” e o “velho” se misturam. (GOMES, 2011, p. 55).

Gomes (2011, p. 55) ainda destaca que hoje, a noção de reestruturação no seu sentido mais amplo, vem adquirindo várias outras denominações que buscam explicar determinados contextos específicos. Surgem então abordagens como “reestruturação urbana, reestruturação social, reestruturação espacial, reestruturação organizacional, reestruturação econômica, reestruturação industrial e reestruturação produtiva”. Todas essas determinadas a compreender as transformações socioespaciais, no nosso caso, a reestruturação produtiva e territorial é vista como melhor enfoque para o que se pretende compreender.

Para Gomes (2011):

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva vislumbra no final da década dos anos 1970, com a crise do modelo de desenvolvimento baseado na “substituição das importações” e se intensifica nos anos 1990, com a política neoliberal e a abertura econômica, acarretando transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, bem como no espaço, produzindo “novos espaços industriais”. (GOMES, 2011, p. 51)

Podemos inserir nesse contexto abordado por Gomes (2011), que a reestruturação age no território produzindo também novos espaços de serviços aprimorados e especializados segundo as técnicas e/ou potencialidades já existentes no território.

Gomes (2011, p. 56) analisa a questão da reestruturação produtiva “como sendo um processo de mudança espacial, social, tecnológica e organizacional”. Sendo configurada por “ritmos, movimentos e temporalidades”.

Gomes (2011) ainda no sentido de reforçar as características da reestruturação produtiva como um processo dialético dentro da sociedade contemporânea, aponta:

a reestruturação produtiva deve ser entendida como algo dinâmico, dialético, ou seja, como movimento de “continuidades” e “descontinuidades”. Daí a necessidade na análise da reestruturação levar em consideração as temporalidades e o espaço. (GOMES, 2011, p. 69)

Gomes (2011) compreende que as contradições estão intrinsecamente ligadas ao processo de reestruturação produtiva. Tal pensamento fica evidente ao verificarmos que as reestruturações se efetivam em várias dimensões (econômica, política, cultural), ou seja, transformam as relações já existentes, atribuindo novos valores e formas ao espaço e as relações, exprimindo seu caráter dialético na reprodução espacial.

1.4 Apontamentos sobre a definição de turismo

Pretende-se neste tópico, levantar apontamentos que contribuam com a reflexão do fenômeno turístico, o debate sobre sua conceituação e as políticas de turismo no Brasil assim como buscaremos refletir sobre o papel do turismo no desenvolvimento local, dialogando com os pesquisadores em turismos e as disposições governamentais e institucionais sobre as políticas de turismo.

A complexidade que envolve a definição de turismo ainda é muito debatida no meio acadêmico. Existe de um lado a necessidade do firmamento de um objeto que de concretude a ciência do turismo. Muitos autores ainda afirmariam que o turismo é uma ciência em formação (PAKMAN, 2014).

Pakman (2014) afirma que a fragilidade na definição do objeto do turismo, na qual o próprio conceito de turismo é debatido, faz com os pesquisadores muitas vezes recorram à argumentações dispostas por autoridades, como no caso a OMT, instância maior da representação da atividade em escala global.

Para Cruz (2003, p. 4) o turismo, antes de mais nada, é uma prática social, e as mudanças na sociedade e no fazer turismo implicam na sua reformulação conceitual, adaptando-se as novas práticas.

Segundo Moesch (2002, p. 11) a OMT conceitua turismo como: “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. Moesch (2002, p. 11) explana que essa aceitação da conceituação disposta pela OMT “é uma conceituação simplificada, enfatizando o volume aparente de um fenômeno de dimensões qualitativas e quantitativas complexas”.

Para Pakman (2014, p. 4) a OMT lega uma conceituação com propósitos particulares, para “fins de produção e padronização de estatísticas”.

Cruz (2003, p. 4) ressalta que a importância da definição de turismo adotada pela OMT “reside no fato de este orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, conseqüentemente, ter rebatimentos sobre o planejamento e gestão da atividade.”

Portanto, trata-se de uma delimitação superficial, em que ao simplificar o entendimento do que vem a ser o turismo acaba por enfatizar apenas a aparência do fenômeno, ao que incorre ao estigmatizá-lo como um fenômeno puramente do campo econômico, fundado em relações comerciais e de consumo. Nesse sentido, uma reflexão mais aprofundada caberia ao pesquisador do turismo, na qual um estudo epistemológico firmaria sobre o objeto no sentido de aprofundar a reflexão para além das aparências, buscando na sua essência responder as questões que envolvem o fenômeno turístico.

Segundo Moesch (2002, p. 10), “o primeiro registro que se tem da palavra turismo remonta-se a 1800 e está descrito no *Pequeno Dicionário de Inglês Oxford*”, na qual define Turismo como: “A teoria e prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação.”. Moesch (2002) ainda revela que a etimologia da palavra “*tornus*” remete a procedência a uma origem latina, na qual pode expressar: torno, volta, ao redor. Ou seja, representa em sua gênese uma ideia de giro, de viagem, de circulação.

As noções de prazer, fuga do cotidiano, locomoção, conhecimento e experimento de novos lugares, estão imbricados na essência do fazer-turismo.

Várias foram as definições de turismo lançadas por pesquisadores, instituições e governos ao longo das décadas, evidenciando uma preocupação com esse fenômeno, no âmbito do governo através da prática econômica e regulamentações, já no âmbito da pesquisa acadêmica o intuito das definições aparecem no sentido de clarificar e compreender o fenômeno e suas manifestações. É notório que o desenvolvimento das relações capitalistas no século XX, a difusão das tecnologias da informação, o “encurtamento do espaço” em detrimento das redes de comunicação e do desenvolvimento dos meios de transporte em massa como a aviação, intensificaram os movimentos de locomoção pelos territórios o que logo propiciou o desenvolvimento da atividade e prática do turismo, e que logo acirrou o debate entorno do fenômeno.

A partir da segunda metade do século XX, o turismo evoluiu. No período do pós-guerra (anos 1950), as viagens internacionais começam a se tornar comuns devido à expansão das linhas aéreas comerciais, ao aumento e distribuição da renda familiar, à garantia de benefícios sociais como férias e o descanso remunerado. (ARAÚJO SOBRINHO, 2008, p. 29)

Becker (2001, p. 3) complementa sobre o contexto que envolve o desenvolvimento do turismo:

Assistimos à passagem para um novo modo de produzir, baseado em novas tecnologias, numa inovação contínua de produtos e processos. A velocidade é um elemento decisivo nessa passagem, impactando sobre os territórios em todas as escalas geográficas, com redes técnico-informacionais, permitindo articulações diretas entre o local e o espaço transnacional. A presença das redes é extremamente importante na viabilização da mercantilização da imagem dos lugares. A mídia tem papel fundamental para o desenvolvimento das estratégias de marketing, elemento central na questão do turismo.

Nota-se que a cultura da experimentação dos lugares e às transformações decorrentes no modo de vida e organização social como características marcantes do último século foram e são elementos essenciais ao desenvolvimento do turismo, atrela-se ainda a uma noção de “tempo livre” que é convertido em “tempo de consumo” (ARAÚJO SOBRINHO, 2008, p. 38).

O contexto que envolve o turismo no decorrer da própria “Historia do Pensamento do Turismo” (PAKMAN, 2014) não é estático, como fenômeno socioespacial ele manifesta particularidades por onde se assenta e modifica-se segundo as transformações da sociedade. Logo a compreensão desse fenômeno, posto no movimento das relações sociais de produção, somente é possível a partir de um olhar em movimento.

Moesch (2002) contribui significativamente à epistemológica do turismo com uma leitura crítica do fenômeno pautada no método dialético.

Para Moesch (2002, p. 134):

A Dialética Histórica-Estrutural permitiu apreender o objeto turístico como um processo vivo, não sequencial, e não como um produto fragmentado. Um processo no qual todos os elementos e aspectos encontram-se em constante interação, movimento, mudando-se um no outro e manifestando suas propriedades.

Corroborando com explanação de Moesch em que expressa a importância do movimento na apreensão e compreensão do turismo enquanto fenômeno, podemos destacar o

apontamento de Araújo Sobrinho (2008, p. 20) sobre o “ser turista”, quando este aponta que o “turista” é ainda um sujeito em construção, movido pela experimentação dos lugares e das paisagens:

O turismo pode ser visto também como a busca da experiência humana, a busca da construção do “ser” interno do homem, fora do seu local de vivência cotidiana, não importando se ele está em viagem ou se já retornou, pois esse ser continua a sua experiência, a partir das recordações e lembranças da viagem, independentemente do tempo cronológico. Pelas experiências no passado, no presente e pelas viagens que irá fazer no futuro é que se constrói o “ser turista” e configura-se o turismo enquanto fenômeno, numa complexa rede de relações entre o turista, a infraestrutura, as comunidades locais e o espaço geográfico. (ARAÚJO SOBRINHO, 2008, p. 20)

Ressalta-se assim, que o conceito de turismo é constantemente posto a prova, reflexo da modernização das técnicas e das relações, adentrando e explorando novos espaços e criando novas necessidades e serviços, impondo um exercício contínuo sobre a redefinição do modo como o qual concebemos.

1.5 Turismo e o desenvolvimento local e regional

Para compreender o papel que o turismo assume na região, e sua inserção nas pautas do planejamento dessa atividade como ferramenta para o desenvolvimento local-regional, faz-se necessário compreender como as políticas de turismo agem sobre o território e sua influencia sobre as escalas locais.

O forte crescimento do turismo na segunda metade do século XX é um ponto marcante no processo modernizador dessa atividade e como fator propulsor do desenvolvimento de determinadas localidades e regiões.

É visto que muitos autores consideram que a oferta turística pode proporcionar vantajosas oportunidades servindo como ferramenta para o combate às desigualdades regionais.

Costa e Reis (2008, p. 74) apontam que “o turismo representa uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, gerando uma exportação de bens e serviços no interior da região”.

Entretanto, podemos pontuar que o movimento contrário também pode ocorrer, como é o caso dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, localidades que não

necessitam de transferência de renda têm em seus atrativos já consolidados, assim como na criação de novos, as grandes festividades entre outros elementos que expressam uma centralidade em relação ao turismo. Ou seja, o turismo representaria uma “possibilidade” de transferência de rendimentos.

Os investimentos em infraestrutura e equipamento social em que envolvem essa atividade serviriam as populações locais, alavancando uma melhoria na qualidade de vida, como na geração de empregos, na qualificação de mão de obra, no aproveitamento da construção das vias de comunicação, na melhoria dos serviços públicos e etc.

No Brasil, Becker (2001, p. 5) aponta que o grande marco institucional da política de turismo se deu com a criação da Embratur em 1966. Para a autora essa autarquia enfocava o turismo como um potencial dinamizador da economia nacional. Contudo o contexto que envolvia essa política estava enraizado no governo militar da época, atuando, portanto, de forma centralizada, longe de se firmar como uma verdadeira política nacional que contemplasse as mais diversas regiões do país.

De modo que, de acordo com Beni (1999), a organização e o planejamento que pense o turismo em sua dinâmica e complexidade constitui-se como um elemento fundamental para a compressão do fenômeno turístico em suas diversas formas e particularidades, possibilitando compreender o nível de desenvolvimento e articulação dessa atividade com outros segmentos no território.

A singularidade de cada fração do território, a infraestrutura, suas relações, complexidade dos serviços ofertados, a topografia, o modelo de gestão entre outros fatores, atribuem ao fenômeno do turismo uma dimensão singular.

Sobre o tema, ao que compete à esfera institucional, tomando as palavras de Goeldner (apud Dias 2003) ao explicar sobre o que vem a ser a política de turismo, este a define como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação

Podemos complementar sobre a definição de política de turismo na afirmativa de Beni (2006, p. 15), quando este fala da complexidade que envolve a política de turismo. Segundo Beni, o turismo enquanto atividade econômica vê-se mergulhado em uma intersetorialidade, uma característica peculiar que envolve o turismo é “pelo o fato de ser um

setor fragmentado, que envolve muitos segmentos e negócios, e não apenas um produto que se possa competir internacionalmente”.

Isso significa que o modelo pelo qual o governo deve abordá-lo é especialmente importante, se comparado com outros setores. Antes de tudo, é importante realçar que a política se relaciona a uma ação calculada alcançar objetivos específicos. E que a mesma é norteada por objetivos, que são as direções gerais de planejamento e gestão do turismo, as quais se alicerçam em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos. Além disso, políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade. (BENI, 2006, p. 15)

Para Beni (1999, p. 13) o turismo é um elemento importante na vida social e econômica da comunidade regional. “Reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de se desfrutar novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar de atividades ou descansar longe do local habitual de residência ou de trabalho”. Beni (1999) ainda aponta para a importância do turismo enquanto seu valor econômico e social.

Faz-se necessário ressaltar que o desenvolvimento local, segundo Coriolano (2012, p. 64), “é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando às mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de desenvolvimento”.

Esse modelo de desenvolvimento em escalas local e até mesmo regional, muito se apóia na concepção de desenvolvimento social, ou seja, contradiz aquela noção de desenvolvimento hegemônico pautado no crescimento econômico sobreposto ao desenvolvimento social. Contudo, é a própria incapacidade e a limitação desse modelo hegemônico de desenvolvimento que acabou por marginalizar determinados locais e regiões em detrimento da supervalorização e investimentos em determinados espaços, criando fluxos e redes específicos por onde correm os frutos desse desenvolvimento. De tal modo, que se faz surgir a necessidade da formulação de modelos que busquem efetivar um desenvolvimento social e econômico para essas regiões excluídas do processo desenvolvimento.

Coriolano (2012) chama esse novo desenvolvimento de “desenvolvimento humano”:

O desenvolvimento humano sustenta-se na satisfação das necessidades fundamentais, com níveis crescentes de independência dos indivíduos, em articulação orgânica com a natureza, servindo-se da tecnologia, para integrar-se aos processos globais, contudo respeitando os valores e comportamentos tradicionais (CARIOLANO, 2012, p. 66)

É a escala municipal nesse sentido, que ganha importância principal na promoção e gestão dessas políticas de desenvolvimento local. No caso do turismo, este certamente passou a servir de ferramenta para impulsionar o desenvolvimento dessas localidades, uma forma alternativa e de especialização funcional para a economia municipal. Os gestores locais passaram a buscar nos atributos paisagísticos, arquitetônicos, na valorização dos costumes e cultura local as fontes potenciais, criando produtos para exploração da atividade turística no seu território.

A diminuição da influência do Estado gera uma incapacidade de controlar cada vez mais os processos econômicos, sociais, e culturais, ocorridos em seus territórios. A gestão local assume cada vez mais um importante papel no estabelecimento de estratégias próprias voltadas para o desenvolvimento local (SILVA, 2012, p. 117).

Faz-se necessário salientar o importante papel da esfera local em relação ao conhecimento dos recursos e potencialidades de seus territórios. Contribuindo na delimitação de seus atrativos e potencialidades, níveis das infraestruturas avaliados segundo as necessidades e a própria utilização pela população. De modo que essa escala local, portanto, detém um conhecimento da realidade local e regional que deve ser considerado na sua importância em relação a um planejamento do turismo mais efetivo.

A preparação dos gestores a nível técnico para lidar com os possíveis problemas decorrentes do planejamento é fundamental para o reconhecimento das limitações e para a sistematização das ações em nível de planejamento local. Pois, mesmo tendo um melhor conhecimento dos recursos e potencialidades que possam ser trabalhados no sentido de fomentar o desenvolvimento através do turismo, os municípios muitas vezes contam com baixa capacidade técnica para resolver seus próprios problemas ou mesmo por em prática as diretrizes do planejamento.

Pode-se verificar este incentivo ao desenvolvimento do turismo para os municípios por parte do governo federal, por meio da análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Criado em 1994 durante o curto Governo de Itamar Franco, o PNMT foi um programa criado com a intenção de fortalecer as políticas públicas de turismo direcionando um planejamento ao nível municipal. O enfoque recai sobre a linha do desenvolvimento sustentável, buscando capacitar os gestores locais para a criação de conselhos municipais de turismo, articulando assim a comunidade local (EMBRATUR, 1999).

Apesar da pouca efetivação dessa política, seus maiores resultados apareceram no fomento a capacitação dos gestores locais sobre as potencialidades do desenvolvimento da atividade do turismo para as economias municipais, assim como também movimentou as discussões a cerca do turismo para pequenos municípios do interior do Brasil. Discussões essas, que eram até então concentradas sobre as políticas do turismo “sol e praia”, prioridade dos investimentos do setor público e privado na Brasil. (BECKER, 2001).

No ano de 2001 é aprovado o Estatuto da Cidade⁴, neste documento em que estabelece as diretrizes gerais da política urbana no Brasil e a regulação do uso da propriedade urbana, forneceu também elementos que corroboraram para que os municípios organizassem o turismo no seu território (BRASIL, 2001).

Apesar de o Estatuto da Cidade delimitar a obrigatoriedade na elaboração de plano diretor às cidades com mais de 20 mil habitantes, o Estatuto apresenta um adendo para aqueles que integram áreas com potencial interesse turístico. Assim, aqueles pequenos municípios que tivessem em seus territórios potencialidades turísticas poderiam então contar com essa normativa que auxilia na organização e regulamentação da atividade turística bem como seu desenvolvimento no território municipal.

No que refere-se aos elementos positivos que o desenvolvimento local busca efetivar em suas premissas, como o desenvolvimento produtivo, social, cultural, ambiental e político-institucional que refletem no bem estar da população, Silva (2012, p. 119) afirma que “a atividade turística se apresenta como uma atividade econômica que desperta o interesse por sua busca principalmente no setor de serviços e, conseqüentemente, na ampliação da oferta de emprego e geração de renda”. Sendo, portanto, uma atividade que possibilita o desenvolvimento local.

Contudo, Silva (2012, p. 119) alerta para os impactos negativos que o turismo pode gerar: “da mesma forma que o turismo pode promover o desenvolvimento local de forma dinâmica ou sensível, poderá também provocar danos irreversíveis ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e às estruturas sociais”.

Essa negligência com os problemas que podem ser gerados com a atividade muitas vezes decorre da falta de preparo e conhecimento dos gestores locais em lidar com os problemas que possam surgir pelo caminho, ou mesmo pelo fato de não apresentarem a comunidade as problemáticas que o turismo pode gerar no território.

⁴ Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O velho no novo e o novo no velho: antiga ponte emerge no lago de Furnas em Fama, Minas Gerais.



“Nada é permanente, exceto a mudança”

Heraclito de Efésio

CAPÍTULO 2 - OS USOS E AS INTENCIONALIDADES DO TERRITÓRIO NO SUL DE MINAS GERAIS

Neste capítulo analisamos mais profundamente a formação territorial da região em foco. Também buscou-se verificar as características que permearam os usos e as intencionalidades sobre o território traçando uma periodização, de modo a possibilitar uma melhor compreensão das dinâmicas territoriais dessa região.

Para tal, primeiramente, analisamos a formação territorial e econômica de Minas Gerais do século XVII ao início do século XX, verificando os condicionantes econômicos, culturais e políticos.

É também realizada uma breve caracterização geográfica dos municípios de Capitólio e Fama no contexto que antecedeu a formação do lago de Furnas. Na sequência analisamos a formação do lago de Furnas, os elementos e o contexto político e econômico que envolveu o projeto que deu origem a UHE Furnas e conseqüentemente ao reservatório que alagou parte do território de 34 municípios.

O desencadear do evento levou à discussões, tensões e transformações em torno dessa grande obra com impacto nacional, contudo com sérias e diretas conseqüências para a região sul mineira.

2.1 Formação territorial e econômica

Conhecer o contexto que envolve o recorte a ser analisado é fundamental para compreender a realidade que se pretende estudar. Buscar analisar os processos que incidiram sobre determinado região, território ou mesmo lugar, pode evidenciar traços dos elementos e processos que auxiliam para a compreensão das transformações e dos movimentos de produção das espacialidades, das relações e logo do próprio território, pois é no movimento da história das relações sociais que o espaço é constantemente produzido.

Santos (2012, p. 22) argumenta que: “se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial”. Assim, revela-se a necessidade de pensar o espaço enquanto totalidade, tendo no território a “práxis” efetiva de processos específicos que resultam em um determinado arranjo, com limites circunscritos através das relações que se estabelecem em determinados círculos hierárquicos,

configurando uma teia de conexões articuladas em diferentes níveis e escalas. Atentar-se às particularidades é essencial, pois os processos carregam consigo as particularidades de relações sociais específicas, assim como também a interação de diferentes variáveis, resultando na heterogeneidade territorial (no sentido da configuração e arranjo do território) e revelando um conjunto de técnicas empregadas, contudo, sem perder a noção de totalidade que envolve tais relações.

Para Santos (2012, p. 27), modo de produção, formação social e espaço são três categorias interdependentes. A expressão desses processos sobre os territórios resulta em diferentes espaços com diferentes relações de produção, contudo em comum objetivam organizar os elementos necessários para satisfazer a necessidade de determinada sociedade, ou seja, “as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 2012, p. 28).

Ao falarmos dos municípios que atualmente configuram a região do lago de Furnas devemos nos atentar às suas especificidades, em que a criação do lago é compreendida como o “desencadear” de um evento marcado por condições contraditórias: ao mesmo tempo em que o lago condiciona uma nova configuração física do território, impactando sobre o espaço regional, essa nova dinâmica incita também um movimento de articulação entre os municípios por meio da construção de uma identidade em comum com o lago, pois esse passa a integrar o cotidiano e configurar-se como parte integrante do território, de forma a caracterizá-los, os municípios, regionalmente por meio do enfoque do uso e apropriação do lago que envolve seus territórios, ou seja, passa a ser concebida a ideia de uma “região do lago de Furnas”.

Entretanto, são as diferentes intencionalidades conjuntamente articuladas aos usos do território que transpassam a história da região sul de Minas Gerais que devem ser apreendidas no intuito de se compreender com maior clareza as transformações no território, ou seja, o processo de reestruturação produtiva.

Nesse sentido, a formação territorial e econômica de Minas Gerais fornece importantes informações para a compreensão das particularidades e dos processos que atuaram sobre o recorte analisado. Moraes (2001, p. 105) ao analisar as bases da formação territorial do Brasil, diz: que “se é possível fazer uma história econômica, uma cultural, uma história política, também é possível fazer uma história a que eu daria o nome de história territorial, que é tentar captar a formação de uma sociedade abordada a partir de seu território”.

A ênfase e o olhar sobre o território contribuem para revelar as transformações ao longo do tempo, como o modo com que a sociedade se organiza e estabelece as relações no território na medida em que contribuem para o entendimento da relação sociedade-espço, e fornece os elementos basilares para a compreensão do processo de reestruturação produtiva e territorial, pois clarifica os momentos de transformações e as intencionalidades que recaem e direcionam novas trajetórias, ao mesmo tempo em que imprimem no território as marcas de um tempo e espaço.

2.1.1 Histórico da ocupação no sul de Minas Gerais: do abastecimento à especialização produtiva no café e a constituição de pequenos municípios

Segundo Moraes (2001) a atividade mineradora no século XVII exerceu importante papel na formação territorial brasileira, na qual Minas Gerais revelou-se como protagonista desse processo, criando uma rede por onde circulava essa economia e estabeleciam-se as importantes relações daquele período, fomentando consigo o surgimento de cidades articuladas às demandas e necessidades da economia mineradora.

Na última década do século XVII, ocorreu um fenômeno que foi fundamental para o processo de formação territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização: a descoberta do ouro. A urbanização foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades. Em consequência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil. (MORAES, 2001, p. 112)

O histórico da ocupação e do povoamento da região sul mineira atrela-se, portanto, a esse mesmo período, particularmente às incursões das bandeiras que partiam em direção ao interior do território então colonial, deixando suas marcas na composição territorial e na (pré)formação das redes decorrentes da consolidação de pequenos povoados que se originaram ao longo bandeiras.

A história da ocupação da região onde se insere a bacia do Entorno do Lago de Furnas tem origem no século XVI, onde as bandeiras partiam de São Paulo em busca de ouro. No final do século XVII os viajantes que se dirigiam para o Norte saíam de São Paulo pelo “Caminho Velho” e se adentravam em Minas Gerais. Este foi o caminho tomado por Fernão Dias Paes em sua última expedição, entre 1674 e 1681, a qual deu início ao povoamento da região, por meio de fazendas de abastecimento e pouso

instaladas nas proximidades dos caminhos. No século XX, a expansão das lavouras cafeeiras e da pecuária leiteira passou a ser o principal fator indutor da ocupação da região. (MINAS GERAIS, 2012, p. 14)

Faz-se necessário pontuar que o direcionamento da colonização ao interior de Minas Gerais assim como em outras regiões do país se deu, inicialmente, através das concessões de terras por parte da Coroa portuguesa, ou seja, a implantação do sistema “sesmarialista”. Essa foi uma marca do período colonial em relação a sua política territorial, em que a inexistência da propriedade privada moldava outros modelos de relações e ocupação do território.

De acordo com Almeida (2003) em sua análise sobre a política das sesmarias no Brasil, disserta que os impactos de tais ações num território de dimensão continental atuaram significativamente sobre sua estrutura territorial, como é o caso, por exemplo, da disseminação dos grandes latifúndios, diferente do que ocorrera no sul de Minas, em que as ações de concessão de terras pela Coroa naquele momento apoiavam-se em critérios especificamente econômicos e pessoais, resultando atualmente no modelo de estrutura fundiária calcada na concentração de extensas propriedades nas mãos de poucos, imprimindo tal característica sobre grande parte do território nacional.

Ela (sesmarias) trouxe sequelas insanáveis ao regime agrário pátrio, por ter dado início à formação dos grandes latifúndios em nosso país, que ainda hoje perduram nas cinco regiões brasileiras, diferentemente do que ocorreu em Portugal, de dimensão territorial reduzida, onde o sistema provocou o nascedouro da pequena propriedade agrícola bem mais eficiente e justa social e economicamente do que a grande propriedade brasileira, na maioria das vezes improdutiva (ALMEIDA, 2003, p. 311)

Foi somente em 1850 com a Lei de Terras que a propriedade da terra passa então à condição de mercadoria, assumindo uma outra dinâmica na configuração interna do território assim como nas relações políticas econômicas, como dispõe os Artigos 1º e 14º da mesma Lei.⁵

Segundo Frederico (2009, p. 2), “a formação territorial de Minas Gerais se assemelha a formação brasileira”, referindo-se ao desenvolvimento desigual interno do território. De acordo com Frederico (2009) as variações e a intensidade das técnicas no território mineiro se

⁵ Lei Nº 601 de Setembro de 1850. (Lei de Terras) Dispõe sobre as terras devolutas do Império. “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Art. 14º Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora della, como e quando julgar mais conveniente [...]”.

assentaram desigualmente sobre os lugares e as regiões, resultando em regiões com características muito distintas, ainda que dentro de uma mesma fração territorial.

A sucessão dos meios geográficos em Minas Gerais legou um território com grande desigualdade regional e pouco integrado internamente. Desde a introdução do meio técnico, com a mineração, no século XVIII, até a distribuição seletiva do meio técnico científico e informacional, no início do século XXI, o território mineiro é organizado para atender prioritariamente os interesses externos à formação socioespacial brasileira, o que provoca uma modernização seletiva e um aumento constante das desigualdades intra-regionais. (FREDERICO, 2009, p. 1)

Em relação ao sul de Minas Gerais, podemos elencar um conjunto de elementos significativos que atuaram sobre a configuração e organização territorial fortemente presentes nas suas relações de produção, evidenciando as particularidades referentes ao processo de formação e estruturação do território sul mineiro que imperou até o final do século XIX, como:

- A retaliação dos latifúndios em pequenas propriedades em decorrência da direito a hereditariedade;
- A não absorção da mão de obra imigrante e o sistema de parceria;
- O papel inicial em atender a demanda do abastecimento dos centros mais populosos;
- A especialização produtiva no café induzida pelo desenvolvimento das estradas de ferro que passaram a adentrar a região a partir de 1880.

Podemos acrescentar ainda a influência da topografia sobre a estrutura fundiária, caracterizada por um relevo fortemente ondulado e carregado por uma grande extensão de morros, sendo um dos fatores principais mais adiante, que impossibilitaria a expansão da mecanização sobre aquelas terras, como visto em outras regiões.

Tais elementos tiveram grande impacto sobre o desenvolvimento da especialização funcional regional calcada na agricultura e pecuária, primeiramente através da criação de gado, fumo e derivados da pecuária destinados ao abastecimento do mercado do Rio de Janeiro principalmente.

A representatividade do sul de Minas na economia provincial fora se destacando significativamente ao decorrer do século XIX, ganhando maior notoriedade em relação à atenção sobre o potencial regional.

Ao que podemos complementar, e, que se refere a grande concentração de pequenos municípios na configuração regional, temos na trajetória histórica da formação da região dois elementos fundamentais que se destacam na compreensão desse processo, como: uma pequena extensão territorial, marca de sua formação socioespacial regional pautada em pequenas propriedades rurais; assim como a importância de seu papel no comércio de abastecimento, cujo histórico aponta para a expressividade da região na manutenção do abastecimento da então capital Rio de Janeiro, sendo a grande região sul da então “Província de Minas Geraes” (Figura 2) tida nesse período pelo Governo Imperial como o “celeiro do Rio de Janeiro” no que dispõem da organização da produção desses municípios e consequentemente sua relação com a capital (MINAS GERAIS, 1877).⁶

A região sul de Minas é expressa nas documentações oficiais do século XIX como sendo uma extensa e potencial área do território mineiro no qual se via ali, estrategicamente, uma grande e diversificada região promissora economicamente, como expresso em relatório do Presidente da Província, o Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello em Agosto de 1877, (Figura 3) no qual alertava a Assembleia Legislativa para a importância e a necessidade do direcionamento de investimentos para estruturação de uma rede de escoação da produção regional em detrimento do abastecimento do Rio de Janeiro.

*“Não há exageração neste calculo, attendendo-se a que o sul de Minas é o celeiro do Rio de Janeiro, e tanto que a comissão encarregada de estudar a questão do abastecimento daquela cidade aconselhou que para isso se apressasse a construcção da estrada de ferro do Rio Verde.”*⁷ (MINAS GERAES, 1877, p. 84-85).

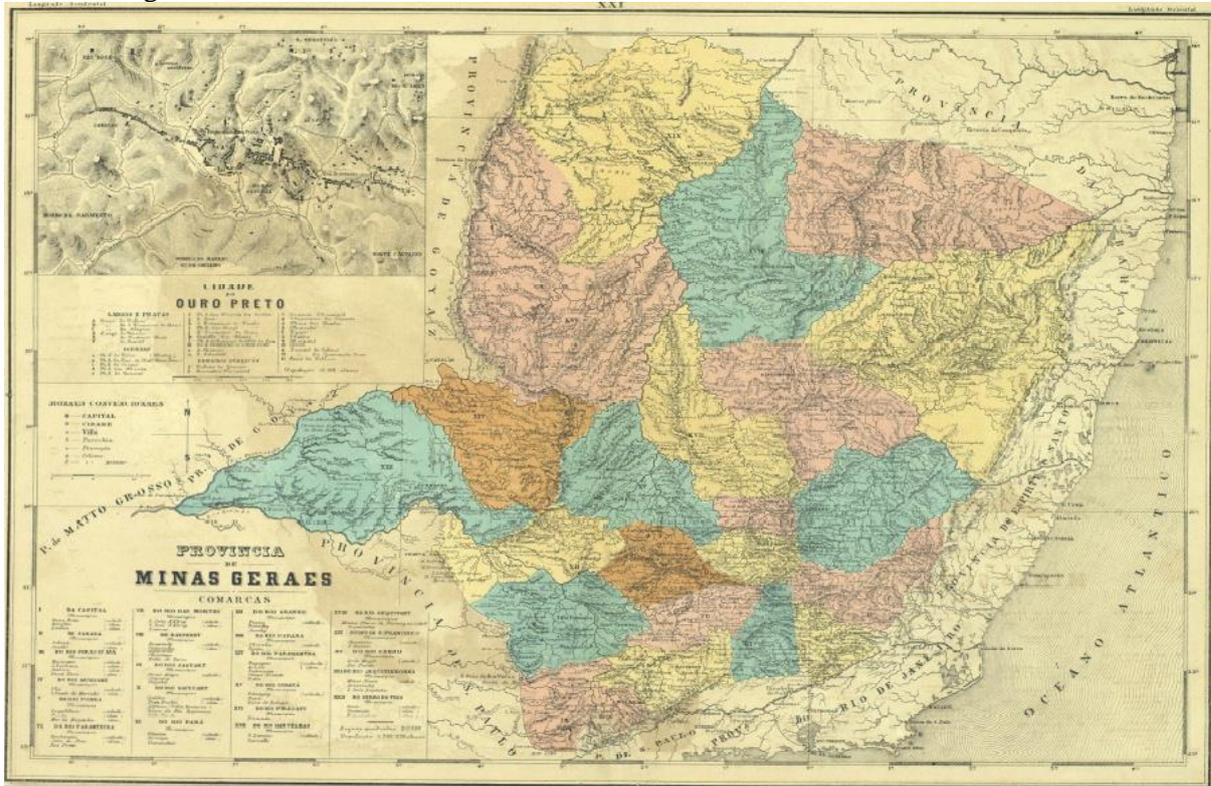
Dentre o desenvolvimento desse processo de fortalecimento da economia regional, as ferrovias tiveram um importante papel na articulação e integração da região possibilitando a escoação da produção agrícola e inserindo a região no circuito econômico nacional. Como é o

⁶ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província de “Minas Geraes” Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello em 17 de Agosto de 1877. Páginas 84-85 dispõem sobre a Diretoria de Obras Públicas, apresentando em relatório técnico as condições e potencialidades de investimentos em ferrovias para escoação da produção para abastecimento da capital. Disponível em: << http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais >> Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

⁷ O Rio Verde citado no trecho do Relatório é um Rio de Minas Gerais, tem sua nascente no Serra da Mantiqueira na divisa entre os municípios de Itanhandu e Passa quatro, desaguando atualmente no lago de Furnas, ou seja, localiza-se no Sul de Minas.

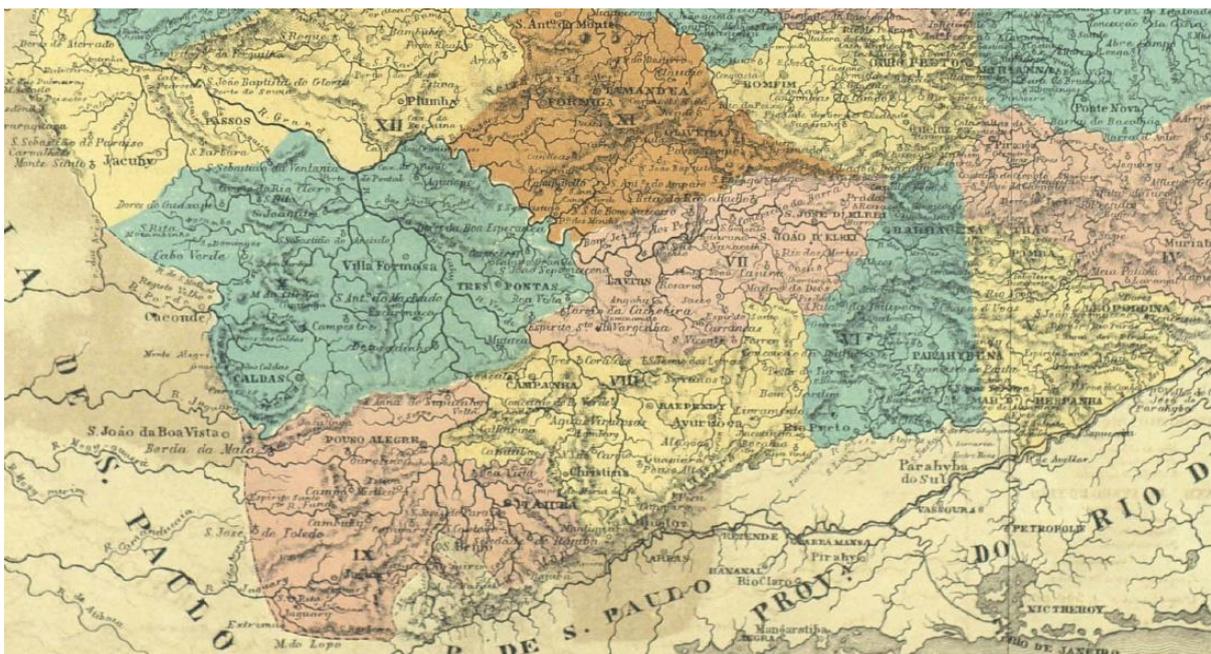
caso da Estrada de Ferro Rio Verde, inaugurada no ano de 1884 no intuito de ligar o sul de Minas ao Rio de Janeiro.

Figura 2 – Província de Minas Gerais com divisão dos Territórios das Comarcas de 1868



Fonte: Almeida (1868)

Figura 3 – Imagem aproximada da Província de Minas Gerais destacando a Região Sul de Minas



Fonte: Almeida (1868).

É também nesse período que se insere o cultivo de café na região. Segundo Vale et al (2014, p. 7), a expansão da cafeicultura no sul de Minas Gerais pode ser caracterizada em dois momentos: primeiro no início do século XIX a partir do cultivo do café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, em que os tropeiros introduzem as primeiras sementes na região, dando início ao cultivo ainda que marcado por uma produção destinada ao consumo próprio; em segundo período a autora destaca a expansão dessa cultura que se dá então ao final do século XIX, devido ao deslocamento da cafeicultura do Oeste Paulista em direção ao sul de Minas, sendo fortalecida pela rede ferroviária que se desenvolvia na região naquele mesmo período, possibilitando a escoação da produção.

Vale et al (2014, p. 7-8) afirma que esse segundo período de expansão do café no Sul de Minas foi a “fase que permitiu o grande desenvolvimento da cafeicultura na região, fazendo dessa mercadoria uma das principais atividades econômicas agrícolas da região”.

Podemos dizer ainda que a cafeicultura nos momentos que se seguiram solidificou essa economia como sendo uma especialização funcional para a região, adentrando o século seguinte como principal grande motor econômico regional, e posteriormente fomentando o desenvolvimento industrial calcado nessa atividade.

Frederico (2009, p. 4) expõe que a “proximidade com os dois centros econômicos brasileiros (Rio de Janeiro e São Paulo), entre o final do século XIX e início do XX, fez com que o território mineiro fosse apropriado pela expansão da atividade econômica dominante: a cafeicultura”. Com a crise da economia do ouro a cultura do café torna-se então o principal motor produtivo econômico, se assentando nas regiões da Zona da Mata nas proximidades com o sul do Rio de Janeiro, contudo, posteriormente se consolidando na região Sul de Minas Gerais, estabelecendo-se a partir de então como uma funcionalidade regional.

Segundo Frederico (2009, p. 5), com a abolição da escravatura em 1888 “a cafeicultura mineira não conseguiu atrair a mão de obra imigrante da Europa, como fez a similar paulista”. Assim o autor aponta que a alternativa tomada no sentido de resguardar a continuidade da produção, garantindo assim novos caminhos para o desenvolvimento econômico dessa cultura foi o desmembramento dos latifúndios, originando uma gama de pequenas propriedades:

a retaliação dos latifúndios em pequenas propriedades, com a adoção de parceria e o uso de homens livres, que viviam à margem do regime escravocrata. Este evento, somado à retaliação dos latifúndios por

hereditariedade, ao longo das gerações, transformaram o Sul de Minas e a Zona da Mata em regiões com os menores índices de concentração fundiária do país. (FREDERICO, 2009, p. 5)

Cano (1985, p. 59) também apresenta a mesma interpretação, contudo salienta que em Minas Gerais, o café teria características distintas. “Embora também escravagista, foi produzido na pequena e média propriedade; após a Abolição, não se dissemina o regime de assalariado, predominando a parceria”.

Corroborando com a afirmativa de Frederico (2009) e de Cano (1985), constatamos que em mensagem do então Vice-Presidente do Estado de “Minas Geraes” no ano de 1902, Dr. Joaquim Candido da Costa Sena, expressa aos congressistas mineiros sua preocupação em torno do baixo número de imigrantes vindos para o estado e aos impedimentos institucionais para o atrativo dessa mão de obra:

Ainda no anno de 1901, foi insignificante o movimento immigratorio, por subsistirem os motivos que impedem o restabelecimento da concessão de passagens para os immigrantes destinados a este Estado. O numero dos introduzidos ascendeu, todavia, a 187, ou mais 51 que no anno anterior, em que vieram para Minas 136. Em sua maioria, se destinavam aos nucleos coloniaes. Destes immigrantes localizaram-se: em nucleos coloniaes, 100; em estabelecimentos agricolas, 38 e em centros industriaes, 49. (MINAS GERAES, 1902, p. 41-42)

Percebe-se que a destinação dos imigrantes durante o início do século XX está muito mais direcionada aos núcleos coloniais e aos centros industriais, os estabelecimentos agrícolas não conseguem atrair para si esse pequeno contingente de imigrantes.

Em nota neste mesmo documento, o então Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais no ano de 1902 apresenta uma medida no sentido de fomentar a atração de imigrantes para os estabelecimentos rurais mediante as pressões sofridas pelos proprietários, principalmente daqueles que necessitavam de maior contingente de mão de obra, com é o caso dos produtores de café: “O governo, attendendo ás reclamações de fazendeiros, que já têm colonos, tem feito vir as familias destes, que geralmente se estabelecem nos mesmos pontos em que se encontram seus parentes” (MINAS GERAES, 1902, p. 42)

As pressões por parte dos proprietários em expandir a mão de obra, ainda que atendida parcialmente, e os investimentos do governo na estruturação dos ramais ferroviários para escoação da produção do café, fortaleceu a especialização produtiva do café e marcou a região como uma das principais exportadoras do grão no Brasil.

Minas Gerais apresentou uma forte expansão na produção exportável de café no último quartel do século XIX e na primeira década do século XX. De uma produção exportável média anual de 767 mil sacas de 1876 a 1880, Minas Gerais passou a 1,8 milhões de sacas anuais em 1891 a 1890 e para 2,8 milhões de sacas anuais de 1901 a 1910. Para outros anos tem-se: em 1914, 2,1 milhões de sacas; em 1922, 2,8 milhões de sacas; em 1923, 3 milhões de sacas e em 1925, 3,5 milhões de sacas (FILETTO, 2000, p. 18-19)

O rápido crescimento dessa economia na região, refletida nos números de produção e comercialização, possibilitou o acesso aos mercados internacionais. Essa commodity fortaleceu-se nas décadas seguintes revelando a região Sul de Minas Gerais ao cenário global, posição essa anteriormente ocupada pelo café paulista.

Desse modo, podemos destacar que o desenvolvimento da cultura do café no sul de Minas pode ser compreendido como um conjunto de técnicas específicas, contudo com forte atuação de ações externas em diferentes escalas governamentais e empresariais, empreendidas sobre o território mineiro no intuito de subsidiar o desenvolvimento das linhas de escoação para expansão da economia cafeeira e possibilitando a especialização funcional sobre essa atividade.

2.2 Caracterização geográfica dos municípios de Capitólio e Fama no contexto pré-evento geográfico

Dentre os 34 municípios que compõem atualmente a região do lago de Furnas, elencamos os municípios de Capitólio e Fama no intuito de evidenciar as transformações e processos investigados nesta pesquisa. Para tanto, apresentaremos uma breve introdução do contexto e características gerais dos municípios citados em relação à situação anterior a implantação do lago, tratado aqui como evento geográfico. No capítulo posterior trataremos de evidenciar com maior detalhamento como decorreu o processo de reestruturação produtiva desses municípios calcado no turismo com base no lago formado.

2.2.1 Capitólio

O município de Capitólio está localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 5), tem sua origem por volta de 1800, quando se assentaram na região conhecida então como “Mata do Rio Piumhi”, as primeiras famílias. Descendentes de

exploradores portugueses e tropeiros, essas famílias deram origem ao povoada que mais tarde se condensaria na cidade de Capitólio.

Por volta de 1830, vieram os primeiros moradores para a região onde se desenvolveu a cidade. Trata-se de três irmãos: João Francisco, Manoel Francisco e Antônio Francisco, considerados fundadores do povoado que originou Capitólio. (CAPITÓLIO, 2016)

Deste pequeno povoado nasceu o “Arraial dos Franciscos”, primeiro nome dado ao que futuramente viria a se tornar Capitólio. Até o final do século XIX, foi inicialmente distrito do município de Piumhí, passando em seguida a fazer parte do município de Guapé, permanecendo assim até 1943, quando voltou a fazer parte de Piumhí, até que no ano de 1948 (Figura 4) a Lei Estadual nº 336⁸, elevou o território a condição de município, com o nome já então de Capitólio (IBGE, 1958).

Figura 4 – Município de Capitólio – 1948, ano de sua emancipação.



Fonte: Prefeitura de Capitólio (2016)

⁸ A Lei 336 de dezembro de 1948, que estabelecia a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais teve grande impacto na estrutura e configuração do território mineiro. A Lei emancipou 72 distritos, elevando-os a categoria de municípios. Está mesma Lei autorizava a criação de 123 novos distritos, alterando significativamente a estrutura interna do território mineiro na época.

Figura 5 – Cartograma do censo de 1950 localizando o município de Capitólio.



Fonte: IBGE (1958)

A emancipação político-administrativa possibilitou a sistematização dos dados referentes aos primeiros anos da constituição do município.

Segundo o recenseamento de 1950, a população de Capitólio era de 8.071 habitantes, não muito diferente da última estimativa que aponta uma população de 8.648 habitantes em 2016, apresentando um pequeno índice de crescimento populacional se analisado os quase 70 anos de município.

O quadro populacional de 1950 mostra uma população rural expressivamente maior que a urbana, representando 85% da população total do município (Figura 6).

Figura 6 – Localização no quadro urbano e rural do município de Capitólio

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE 1.º-VII-1955			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Sede.....	549	604	1 153	14,30
Quadro rural.....	3 532	3 376	6 908	85,70
TOTAL GERAL.....	4 081	3 980	8 061	100,00

Fonte: IBGE (1958)

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958 (IBGE, 1958, p. 356), grande parte da população rural e mesmo urbana de Capitólio naquele período dedicava-se à “agricultura, pecuária e silvicultura”.

O café, assim como nos demais municípios da região, exprimia um papel importante na representatividade econômica, sua importância para a economia local e mesmo regional nos permite inferir que essa cultura caracterizava-se como sendo a funcionalidade de maior expressão do município.

Contudo, o município contava ainda com uma diversificada produção de alimentos, sendo essa produção destinada ao abastecimento principalmente das regiões do Rio de Janeiro e Belo Horizonte (IBGE, 1958).

A atividade predominante no Município é, como sempre foi, a agricultura. O café lidera a safra capitolina. Ao café seguem-se culturas do milho e do arroz. Há culturas em pequena escala de cana-de-açúcar, feijão e mandioca. (IBGE, 1958, p. 356-357)

A agricultura expressava a importância do campo na economia de Capitólio, sendo o café o condutor principal do desenvolvimento municipal, seguindo a linha histórica na qual a esta cultura vinha se assentando regionalmente.

Em relação às conexões que ligavam o município de Capitólio às localidades vizinhas na década de 1950 (Figura 7), essas eram quase que exclusivamente por meio de estradas.

Figura 7 – Municípios vizinhos a Capitólio, distância e o modal de acesso

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA	VIA DE TRANSPORTE
MUNICÍPIOS LÍMITROFES		
Alpinópolis.....	54	Rodoviária
Guapé.....	28	Rodoviária
Guia Lopes.....	89	Rodoviária
Piúf.....	24	Rodoviária
São João Batista do Glória.....	60	Rodoviária

Fonte: IBGE (1958)

Em relação à oferta de serviços e a organização industrial antes da criação do lago de Furnas, o censo de 1950 descreve que Capitólio contava com apenas dois estabelecimentos industriais e 23 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais 15 estavam situados na sede, caracterizando a baixa complexidade organizacional do centro urbano naquele momento.

2.2.2 Fama

O município de Fama localiza-se na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, e assim como Capitólio o município também foi criado por meio da Lei Estadual nº 336 de 27 de dezembro de 1948, contudo, sua trajetória histórica de ocupação do território é muito mais antiga.

A formação do que atualmente é o município de Fama, está ligada a concessão de terras, a política das sesmarias. De acordo com Franco (2008, p. 33): “Com essas concessões de terras feitas pelo governo, a região do Rio Sapucaí, vizinha a Fama, tornou-se verdadeiramente uma região colonizada”.

A história de Fama mostra que a conexão com as águas sempre esteve presente com seu desenvolvimento territorial. O território famense, por se situar junto ao encontro de dois importantes rios, o Sapucaí e o Machado, constituiu-se, num longínquo passado, em área de trânsito indígena em suas abundantes águas navegáveis (FRANCO, 2008, p. 19).

O Rio Sapucaí, em particular, exprimiu um papel importante no desenvolvimento de Fama e da região ao final do século XIX e no decorrer do século XX até a construção da usina de Furnas. A “Villa da Fome”, que mais tarde se consolidaria no município de Fama, foi um importante nó na rede de navegação e escoação das mercadorias em Minas Gerais.

Devido à localização nas margens do Rio Sapucaí, Fama contava com um porto para navegação a partir dos barcos a vapores, que saíam as segundas e quintas-feiras para o porto de Carrito, na cidade de Carmo do Rio Claro, passando e parando pelos portos de Amoras, Campo Verde, Barra do Alto, Azevedo, Correnteza, Águas Verdes, Santa Rosa, Ponte e Tromba, levando e trazendo mercadorias e passageiros.⁹

Segundo Franco (2008, p. 57) um grande impulso na navegação, deu-se em 1900, que foi quando a ferrovia praticamente passou a tocar o porto. A articulação dos modais intensificou os fluxos sobre o porto de Fama e contribuiu para a expansão do mercado do principal produto da região, o café (Figura 8).

Os vapores transportavam, além de passageiros e mercadorias diversas, o café produzido na região, o qual, após alcançar a ferrovia, em Fama, podia ser levado para os grandes centros do país. [...] Num tempo em que as rodovias, todas sem pavimentação, eram poucas e precárias, o Rio Sapucaí ofereceu os seus préstimos, constituindo-se num fator progressista para o Sul de Minas. (FRANCO, 2008, p. 59)

Figura 8 – Imagem da Estação Ferroviária de Fama, 1900



Fonte: www.fama.mg.gov.br/portal/historia_fama.php (2016), acesso em 12 de Maio de 2017.

A criação da estação ferroviária permitiu a Fama além de desenvolver sua cultura cafeeira, servir de eixo central da circulação desse produto na região. A produção de café dos municípios vizinhos passava pelos galpões de estocagem de Fama esperando seguir viagem pela linha férrea.

⁹ Site da Prefeitura Municipal de Fama, tópico história do município. Disponível em: http://www.fama.mg.gov.br/portal/historia_fama.php Acesso em: 18 de setembro de 2016.

O desenvolvimento com base nessa configuração pautada na articulação da estrada de ferro com a navegação pelos rios da região perdurou até a criação do lago de Furnas, a partir de então alterou-se a configuração do modelo de escoação do produto e conseqüentemente a queda da centralidade regional referente ao papel que desempenhava na rede de produção e escoação do café, processo esse que fomentava o desenvolvimento de Fama.

Fama na década de 1950, antes da criação do lago, tinha população de 2.503 habitantes, sendo 68% deste total representado pela população rural (IBGE, 1959, p. 123).

Os dados do censo de 1950 evidenciam ainda a rede que o conectava aos principais municípios da região, a capital mineira e a então capital Rio de Janeiro (Figura 9), com a qual Fama historicamente estreitava suas relações por meio do abastecimento de produtos cultivados na região e principalmente pelo caminho aberto pela escoação da produção do café.

Figura 9 – Conexões de Fama, destacando a distância e o modal de acesso

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
MUNICÍPIOS LIMÍTROPES			
Alfenas.....	16	Ônibus	Rodoviário
Campos Gerais.....	26	Auto-ônibus	Rodoviário
Paraguaçu.....	27	Auto-ônibus	Rodoviário
Belo Horizonte.....	678	RMV	Ferroviário
Belo Horizonte.....	412	Automóvel	Rodoviário
Rio de Janeiro.....	499	RMV	Ferroviário
	533	Automóvel	Rodoviário

Fonte: IBGE (1959)

Contudo, essa configuração sofreria uma desestruturação com a criação do lago. Os trilhos que cortavam a baixa planície foram submersos assim como a própria estação ferroviária, levando ao fim de um período marcado pelas locomotivas que cortavam a região e conectava fama aos grandes centros.

2.3 Formação do lago de Furnas: a política de modernização da economia nacional

Mesmo antes da anúncio do Plano de Metas pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek no seu primeiro ano de mandato em 1956, no qual estabelecia as

diretrizes para a questão do desenvolvimento nacional, o Brasil já esboçava uma necessidade de se pensar meios para suprir a demanda energética por parte da crescente indústria que se estabelecia no país.

Essa então crise energética que assolava o desenvolvimento do setor industrial seria considerada um dos pontos de estrangulamento para o avanço da política exportadora, que tinha como premissa base a substituição das importações em detrimento da criação de um novo arranjo produtivo nacional, pautado pela intensificação industrial (MACEDO, 1987), (CANO, 1985 e 2011).

O Brasil vinha dinamizando sua produção, seguindo a lógica da modernização das atividades produtivas e incentivando a produção de bens intermediários e de capital no intuito de abastecer e fortalecer a indústria interna.

O período 1949-1959 caracterizou-se pelo intenso crescimento do setor de bens intermediários, em todas as regiões, mais avançado tecnologicamente e, portanto, menos gerador de empregos. O setor de bens de capital e de consumo durável – concentrado em grande medida em São Paulo – foi o que melhor desempenho direto apresentou em termos de empregos. (CANO, 2011, p 159)

A modernização do campo buscava paralelamente atrelar-se ao desenvolvimento do setor industrial, no qual já poderia se esboçar os caminhos de uma urbanização concentrada. Portanto, nas grandes cidades e centros principalmente mais complexos ao nível de empregos, o atrativo fornecido pela indústria torna-se mobilizadora da migração urbana no Brasil. São Paulo se destacaria nesse sentido, fomentando o processo de concentração de investimentos e da população e centralização do poder.

São Paulo tende a ultrapassar o Rio de Janeiro graças, sobretudo, à maneira diferente como se organiza a sua zona de influência. Esta, nas proximidades do centro industrial que se expande, vai tornar-se um mercado próximo e próspero, de modo que a cidade e as regiões ao seu redor se influenciam reciprocamente, crescendo em dinamismo (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 251).

Instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) ainda no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1953) indicavam para a produção de energia no sentido de sanar as possíveis problemáticas que a econômica poderia enfrentar.

As diretrizes gerais do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek deixam clara a intenção de fortalecer a indústria nacional, tal política era o foco que abriria caminho para o desenvolvimento econômico:

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição das importações e a diversificação dos artigos de exportação. (BRASIL, 1955, p. 18)

A substituição das importações era o objetivo que demandaria maiores esforços produtivos, pois se de um lado seria necessário desenvolver a indústria nacional do outro esse processo resultaria em maiores investimentos na expansão dos serviços de energia que desse suporte a essa política.

A expansão dos serviços básicos de Energia e Transportes pretende eliminar dois pontos clássicos de estrangulamento de nossa economia e criar fatores de germinação e estímulo à iniciativa privada. No Plano se define o objetivo de reorganização e reaparelhamento dos sistemas de transportes operados pelo Governo, com a criação de entidades governamentais de espírito industrial, e o investimento seletivo de recursos em equipamentos. Defini-se também a política do Governo nos setores de petróleo, carvão de pedra, combustíveis vegetais e eletricidade, com a indicação das tarefas atribuídas à iniciativa privada. (BRASIL, 1955, p. 22)

É nesse contexto que Minas Gerais torna-se palco das transformações que dariam base para o desenvolvimento econômico do Brasil nesse período, mais especificamente a região na qual se assenta o lago de Furnas e os municípios que com este estabeleceram relações intrínsecas, essa foi impelida de protagonizar uma nova fase da expansão da industrialização nacional. Seu papel enquanto território foi determinante para a manutenção das forças econômicas nesse período, servindo seu território como base propulsora para o que viria ser um terço da produção energética do país, resguardando o projeto político desenvolvimentista nacional.

O projeto foi lançado: a criação da Central Elétrica de Furnas, que no ano de 1957 já se estabelecia como escritório dando os primeiros passos para a realização do então projeto da construção de uma usina hidrelétrica, que iniciaria naquele mesmo ano (FURNAS, 2007).

Em solenidade realizada na manhã do dia 28 de fevereiro de 1957, no Palácio do Catete (RJ), antiga sede do governo federal, Juscelino Kubitschek

Junto a esse processo que deu origem ao lago de Furnas e cruzou-se com a trajetória dos municípios na região, é notável também a incorporação de um discurso que muito se propagou naquele momento: “O desenvolvimento econômico como caminho único para a superação das problemáticas nacionais”, ou seja, um caminho traçado pela expansão da indústria nacional, pela modernização do território e pela unidade territorial.

Cano (1985, p. 27) aponta uma crítica esse pensamento, enfatizando-o como sendo equivocado e radical, e que muitas vezes pode “obscurecer o real entendimento político da questão”. Cano (1985, p. 29-30) discorre que quando se pensa em um caminho único para o desenvolvimento como uma proposta estritamente atrelada à industrialização, “esquecem-se de que vários países (ou regiões) hoje industrializados contaram, antes do advento industrial, com uma expressiva agricultura”.

Portanto, uma agricultura desenvolvida e solidamente estruturada, é fundamental para o processo de desenvolvimento, e foi esse o próprio caso de São Paulo. Cano (1985, p. 30) argumenta que o estado, “nos primórdios de sua industrialização, diversificou notavelmente sua agricultura comercial, dando extraordinário suporte ao seu próprio desenvolvimento industrial”.

Contudo, nota-se que a questão do desenvolvimento naquele momento estava muito mais atrelada ao termo “crescimento” e este explicitamente ligado à valorização da economia nacional, ou seja, havia uma negligência com outros fatores que incidiam diretamente sobre a população do campo e da cidade, não somente no recorte analisado, mas em contexto nacional.

Como explicitado por Steinberger e Bruna (2001) ao ressaltarem que o incremento do pensamento das problemáticas sociais associadas ao urbano e rural, no que condiz ao planejamento nacional, somente irão entrar em pauta quase 20 anos depois das ações que nortearam a política de modernização industrial do Presidente Juscelino Kubistchek.

Este tardio reconhecimento mais especificamente se manifestaria no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), durante o então regime autoritário, no qual passou a reconhecer a necessidade de mitigar os efeitos da urbanização acelerada decorrente do processo de desenvolvimento industrial que atraiu para os principais centros uma demanda contingencial que acabou por acentuar a problemática urbana no Brasil.

Ou seja, podemos verificar que nas décadas de 1950 e 1960, período em que compreendeu o projeto de Furnas, o foco da política de Estado centrava-se em fomentar as

bases do crescimento econômico vinculado à indústria e concentração dos serviços nas grandes cidades, este contexto abafava a negligência com as pequenas aglomerações.

Este é o caso da região sul mineira, que encarregada de receber uma grande obra da engenharia para atender interesses de imediato externos, fora palco de um dos maiores projetos nacionais. Contraditoriamente ao desenvolvimento nacional que o território mineiro sustentou enquanto base do projeto, os impactos causados na região em decorrência da formação do lago tardiamente seriam remediados.

2.4 Discursos, tensões e transformações: a região no foco do desenvolvimento nacional

Os anos que antecederam a criação da usina hidrelétrica e conseqüentemente a formação do lago, vislumbrou em toda a região um sentimento contrário à obra, pois já naquele momento havia o conhecimento dos impactos regionais que essa grande obra poderia acarretar, principalmente sobre aquelas famílias que seriam diretamente afetadas com a criação do lago, pois já se esboçavam os discursos em torno dos planos de reparação e compensação dos danos que o alagamento causaria aos municípios, elevando ainda mais o medo e o receio das populações da região frente às conseqüências que a obra resultaria naquele momento.

Segundo o Presidente Juscelino Kubitschek (2000) havia-se construído e difundido, muito por parte da oposição ao seu governo, a ideia de que Minas Gerais assumiria um papel de região explorada e que a política de expansão da produção energética beneficiaria somente a São Paulo e Rio de Janeiro, as regiões concentradas do desenvolvimento industrial da época.

Naquela época, ainda estava acesa a polêmica sobre a construção de Furnas. Os adversários procuravam incutir no espírito dos meus coestaduanos a idéia de que eu trabalhava para desenvolver as indústrias de São Paulo e do Rio, com prejuízo das que se montavam no Estado. (KUBITSCHKEK, 2000, p. 118)

Kubitschek referia-se principalmente a Bias Fortes, governador do estado de Minas Gerais de 1956 até 1961 e opositor direto das suas investidas políticas sobre aquele estado. É de Bias Fortes a célebre frase de que “Minas não pode ser a caixa d’água do Brasil”, referindo-se ao projeto de construção da hidrelétrica de Furnas e ao imenso lago/reservatório que se formaria na região sul do estado.

A tensão negativa que envolvia o projeto de Furnas levou a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de discutir as consequências do represamento dos Rios Grande e Sapucaí para a região, avaliando os impactos da formação do lago para a população e para os municípios.¹⁰

Segundo essa comissão parlamentar, reconhecia-se a necessidade em se “solucionar o angustiante problema de carência de força e luz nos grandes centros populacionais”, entretanto, atenta para o fato de que “não se deveria ser condescendente e tolerante com o tratamento drasticamente injusto” que a Central Hidrelétrica de Furnas vinha dando aos proprietários da região que naquele momento seria atingida em detrimento do atendimento a esses grandes centros.

Segundo o mesmo documento a empresa submetia os proprietários a “um regime arbitrário de verdadeira expropriação” (BRASIL, 1961).

Dentre os impactos que a obra de Furnas poderia causar no território, os estudos da comissão apontavam que as transformações atingiriam os espaços da cidade e do campo dos municípios da região:

O represamento dos cursos dos rios Grande e Sapucaí, que cobrirá, parcialmente áreas territoriais de trinta e um (31) municípios de Minas Gerais, inclusive fazendo desaparecer, totalmente, duas (2) cidades e duas (2) vilas, além de provocar a submersão parcial de várias outras sedes distritais e municipais, acarretará o desaparecimento de milhares de propriedades rurais, com o deslocamento de trinta mil (30.000) famílias. (BRASIL, 1961)

O documento ainda antevia os impactos que o lago geraria nos sistemas locais e regionais de comunicação, ou seja, o desmantelamento das redes que conectavam as localidades, alterando as conexões pré-estabelecidas da região.

O referido represamento que se desenvolverá por duzentos (200) quilômetros, ao longo dos rios, mutilará por completo, a unidade territorial da região, que se transformará em verdadeiro arquipélago, de certo a ser constituído de ilhas desérticas, sem comunicação entre si, eis que até hoje nenhuma providência objetiva da Central Elétrica de Furnas foi dada a conhecer, capaz de afastar a desesperança dominante na região, no tocante ao restabelecimento de seus sistemas locais e regionais de comunicação que, desmantelados, jamais serão recompostos. É sabido, inclusive, que desaparecerão cem (100) quilômetros de trilhos da Rede Mineira de Viação,

¹⁰ Resolução da Câmara dos Deputados nº 58, de 1961. Que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas e consequências do represamento dos Rios Grande e Sapucaí, com a construção de usina pela empresa estatal Central Elétrica de Furnas S/A.

perdendo o Estado montanhês um importante ramal ferroviário. (BRASIL, 1961)

Entretanto, para o presidente Juscelino Kubitschek, assim como para os envolvidos no projeto de Furnas, a obra representava a alavanca que impulsionaria o desenvolvimento econômico nacional, tratando, muitas vezes como pessimistas as opiniões de opositores e até mesmo daqueles que alertavam para os impactos que a obra acarretaria para a população e para a região.

A campanha, que se fazia contra a usina de Furnas e que, em última instância, era contra mim, obedecia a propósitos políticos. Na época, o ambiente era propício a campanhas dessa natureza, pois existiam descontentamentos na área, principalmente os que teriam suas propriedades inundadas. Contudo, não dei maior importância ao fato. Recomendei ao Engenheiro John Cotrin, responsável pela obra, que desse andamento aos trabalhos imprimindo-lhes a maior velocidade possível. (KUBITSCHEK, 2000, p. 120)

Kubitschek (2000, p. 118) dizia que “iria fazer o povo compreender que, embora presidente da República, nunca deixara de ser mineiro” numa tentativa de reafirmar sua identidade e proximidade com seus “coestaduanos”.

Segundo Kubitschek (2000, p. 118), o que acontecera fora que, a partir de 31 de janeiro de 1956 ele passara a ver o Brasil como um todo, e não com a visão limitada pelas divisas do estado, enfatizando a necessidade nacional em primeiro lugar e justificando a concretização do projeto de Furnas.

Enquanto as obras de Furnas caminhavam as discussões e os conflitos em torno desse grande empreendimento se acirravam. O fechamento da barragem para a criação do lago na madrugada de 10 de janeiro de 1963 marca o início das operações de Furnas Centrais Elétricas S/A (FURNAS, 2007, p. 15), mas também marcam o início das transformações territoriais na região que começaria a ser inundada naquele momento.

Os jornais da época estampavam a preocupação do governo com possíveis retaliações decorrentes do descontentamento da população com os transtornos que a implementação da usina estava causando. As manchetes naquele momento evidenciavam a preocupação com os conflitos na região em decorrência do início das operações da usina na época (Figura 11)

Foram enviados para a região tropas do exercito com o objetivo de assegurar o andamento dos trabalhos. O receio do Governo e dos envolvidos no projeto era de que pudesse haver resistência de moradores das localidades que seriam submersas pelas águas.

Embora avisados, os moradores da zona a ser inundada mostraram-se surpreendidos com o fechamento das comportas (ocorrido há 1 semana) e muitos não querem abandonar a área. Varias cidades vão ser alagadas. Seus moradores deverão abandoná-las e passar para núcleos especialmente construídos para eles. Entretanto, muitos insistem em atrasar a mudança, à espera de qualquer outra providencia, e ameaçam mesmo receber a bala quem for desalojá-los. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18 de Janeiro de 1963)

Essa resistência da população pode ser vista por meio de registros, publicações e dos relatos coletados em campo. De acordo com Franco (2008, p. 251), houve, como era natural, muita resistência por parte dos proprietários que não se conformavam em ter de deixar suas casas e suas terras.

Não foram poucas as pessoas que pegaram até em espingardas e outras armas contra os funeiros, como então eram chamados os funcionários de Furnas que iam de propriedade em propriedade para avaliá-las, conversar e negociar com seus donos (FRANCO, 2008, p. 251).

Lemos Junior (2010, p. 20) destaca que, para a construção da usina foram feitas cerca de 8.000 desapropriações. O impacto foi ainda maior na zona rural, onde 6.540 propriedades passaram a pertencer ao Governo. Lemos Junior (2010) acrescenta que nas terras desapropriadas haviam, além de benfeitorias, lavouras de café, milho arroz e alho que foram submersos pelas águas.

Corroborando com a afirmativa de Lemos Junior sobre a desestruturação da produção rural pelo alagamento de parte das terras produtivas da região, verificou-se em entrevista realizada com uma moradora do município de Fama que vivenciou o processo de criação do lago na década de 1960, que as transformações atingiram diretamente aqueles que moravam nas regiões de várzea, próximos por onde se espraiaria o lago.

As transformações no território com o alagamento das áreas cultiváveis alterou a dinâmica das relações de produção desses municípios.

“[...] No fundo da roça do meu sogro era várzea, onde plantavam alho e viviam daquilo. Do alho. Ai Furnas vem e indenizou um pedacinho de terra deles lá, e acabou com a lavoura deles... não tinha onde trabalhar. Alagou e até hoje é alagado. Porque Furnas entrou aqui e veio até ali, um braço. Eles trabalhavam só com verdura. Antigamente eles trabalhavam muito com alho, entendeu? Mas ai o povo todo que plantava lavora de alho ficou sem nada, ficaram tudo na miséria.” (Entrevistada 3: A. M. S. Moradora de Fama)

Figura 11 – Capa do Jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de Janeiro de 1963

COMPLAR DE ACCIONISTAS — VENDA PROMIDA

CIRCULAÇÃO PARA ESTE JORNAL
177.061

602.007

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

18 de Janeiro de 1963

Nessa Opinião

Financiamento e investimento: atalhos

Recuperação de empresas de lesprestadas

Fornecimento de energia: novas taxas

Morta pelo veneno que era para o pai

Soluções para as enchentes

O Botafogo só quer um jogo com o Santos

Ambientação na Lixa

Os palhaços na Rússia

13 partidas para enfrentar os cariocas

Assuntos Diversos

Tropas do Exército deslocam-se para garantir a ordem em Furnas

COMANDO EM CHEFE DO EXERCITO — FURNAS

As tropas do Exército deslocaram-se para garantir a ordem em Furnas, onde se realizou a reunião do Conselho de Segurança Nacional.



As tropas do Exército deslocaram-se para garantir a ordem em Furnas, onde se realizou a reunião do Conselho de Segurança Nacional.

Ademar: Vou ser o Pelé do governo

Ademar de Barros, governador de São Paulo, declarou que se tornaria o Pelé do governo.

A LIXA ATACA SOB O COMANDO DE ESTUDANTES

Os estudantes de Lixa atacaram a lixa, sob o comando de estudantes.

Voltaria Didi para reforçar o Botafogo

Didi voltaria para reforçar o Botafogo.

Pronto o projeto A. Figueiredo

O projeto A. Figueiredo está pronto.

SAVACÃO PELA JANELA

SAVACÃO PELA JANELA



Fonte: Acervo Folha de São Paulo (1963)

O lago, no processo de sua implementação, se espraiava pelos municípios, adentrando as propriedades e “expropriando” as famílias e os produtores do campo da sua condição naquele momento, imprimindo sobre esses uma nova conjuntura das relações de produção.

De acordo com o Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Lago de Furnas, a ALAGO, (F. C.), e que também ocupa o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Alfenas, a criação da usina de Furnas na época foi responsável por uma onda de desolação para a população da região.

“[...] o lago de Furnas [...] dividiu os municípios, acabou com cidades, trouxe tristeza para região, trouxe morte, trouxe suicídio, trouxe depressão, forçou muitas famílias a mudarem de cidade, de estado, teve cidade que precisou ser reconstruída” (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago)

Isa Musa Noronha (2005) em obra que relata sua vivência à beira da estrada de ferro na região expõe o sentimento que pairou sobre a chegada das águas de Furnas no município de Fama, origem da autora.

Ah, Represa de Furnas... Não foram por água abaixo apenas algumas cidades do Sul de Minas. Afogaram com elas todas as tardes, todas as lembranças, nossas saudades, os risos vozes queridas. Quem não conheceu Fama antiga acha lindo esse mundo de água. Nós não. Para nós este lago é uma imensa lápide de uma cidade que amávamos. Lápide escura, sem nome, data, inscrição e flores. (NORONHA, 2005, p. 31)

Se atualmente os municípios procuram através da apropriação do lago articular um movimento de desenvolvimento para a região, buscando em meio à nova conjuntura com que foram submetidos, alternativas que possibilitem incrementar suas economias num escopo de desenvolvimento pelo turismo e outras atividades no lago, naqueles momentos iniciais a situação era outra. Perdas resultantes das desapropriações somando ainda às indenizações que não correspondiam aos problemas causados pela obra fomentavam uma situação crítica em toda a região.

Na medida em que as águas se aproximavam das áreas habitadas, os moradores percebiam as transformações. O relato da moradora de Fama evidencia os momentos que antecederam a chegada do lago no município quando ainda criança:

“Eu lembro que quando a água de Furnas veio. Eu tava (sic) apanhando laranja, e a laranja que caía da árvore da casa da minha avó caía rolando na água. Mas pouco antes eu me lembro de brincar com meus primos e me

deitar com a cabeça nos trilhos pra gente escutar o barulho do trem que tava (sic) vindo. Então não foi muito tempo do trem parar de passar até a água chegar não. Foi bem próximo, sabe, porque não deu tempo do povo tirar os trilhos, ficou tudo.” (Entrevistada 3: A. M. S. - Moradora de Fama)

Diferente do que apontava Kubitschek (2000), quando associava o descontentamento com a obra a uma retaliação movida por discursos políticos da oposição, o caos, o medo e a desolação imperaram na região para além de pretensões e discursos políticos oposicionistas. As desapropriações passaram a fazer parte da realidade regional, aqueles que tinham posses em áreas onde o lago se assentaria viam-se obrigados a abandonar suas propriedades. Fugidos e expropriados, a situação imposta já podia ser percebida marcando um período conflituoso na região.

O alarme de que as águas estavam subindo trouxe um verdadeiro pânico para os incrédulos e de um modo especial aos residentes em S. José da Barra. Dentro de três horas as águas iriam atingir aquele distrito. O trabalho de salvamento entrou logo em ação. Cercas que precisavam ser arrombadas e destruídas para dar passagem ao gado que estava encurralado. Transporte de famílias da zona rural que sossegadamente esperavam uma oportunidade para se deslocar. Doentes acamados que não dispunham de meios para se locomover. Alguns destes doentes foram retirados com suas camas pelo telhado porque as portas de saída já continham água. (Livro do Tombo nº 04, 1963, p. 33)¹¹.

A falta de informação e a pressão de Furnas no processo de desapropriação levaram muitos moradores a cederem às investidas da empresa, entregando suas terras e propriedades por valores nada compensatórios e ficando muitas vezes desamparados (VIEIRA, 2005).

Historicamente nossa região guarda a memória das tribos indígenas que aqui habitaram, das trilhas bandeirantes em busca do ouro, das fazendas seculares e dos quilombos rebeldes. Muito dessa história submergiu em fevereiro de 1963, quando as águas do lago subiram seu nível por sobre as casas, plantações e até mesmo cidades, transformando definitivamente o lugar. (REVISTA ACILAGO, 2016, p. 2)

Vieira (2005, p. 379) explana que “Furnas, com seu descaso, com a falta de sensibilidade, havia transformado todos os prefeitos da região em assistentes sociais”.

¹¹ Livro do Tombo nº4, da Paróquia de São Sebastião, de Alpinópolis, MG 1963, Relato do Monsenhor Ubirajara Cabral, pároco no município de Alpinópolis, relata os momentos de tensão na região com a chegada das águas de Furnas, em passagem pelo município de São José da Barra.

A perda de 127 Km² de suas melhores terras foi um desastre para o município administrado por Vicente Antônio de Oliveira, prefeito pela terceira vez, que via a população da localidade diminuir dia a dia à medida que os problemas se multiplicavam. A prefeitura estava sempre lotada de munícipes desesperados, pessoas que sempre produziram e foram transformadas, repentinamente, nos órfãos de Furnas. Uns queriam empregos, outros material de construção para erguer seus casebres ou ainda ajuda para mudar de Capitólio. (VIEIRA, 2005, p. 378)

Segundo Vieira (2005, p. 378), o município de Capitólio, localizado na parte norte do lago e situado próximo à barragem da usina, sofreu drasticamente com o represamento do lago, intensificando um processo de transformações territoriais, econômicas, políticas e das relações no território:

[...] depois da represa de Furnas, mudou a sua fisionomia e também sua maneira de ser. Apesar de continuar uma cidade bem mineira, sofreu alterações profundas, inclusive nos costumes. (VIEIRA, 2005, p. 378)

Alguns dos relatos coletados nas entrevistas semiestruturadas fornecem elementos importantes referentes às transformações no território e na dinâmica da região naquele momento, contribuindo para dimensionarmos com maior clareza o contexto que envolveu o evento geográfico (Quadro 1).

Os elementos captados a partir da análise dos relatos evidenciam as características particulares do desencadear do “evento geográfico” no território, mas também apresentam através das transformações no território e nas relações de produção uma nova configuração territorial, estruturando as bases para a reestruturação produtiva que viria a seguir.

Este contexto que tem de um lado as transformações no território, as desapropriações e o descontentamento das populações afetadas na região sul mineira e de outro uma política desenvolvimentista que privilegiava o setor industrial e o abastecimento das grandes cidades em detrimento do desenvolvimento econômico, marcou a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, tendo o lago como pivô dos conflitos e interesses.

Contudo as transformações decorrentes da inundação de parte do território de 34 municípios introduziram na região uma nova conjuntura, que mais tarde, por meio da apropriação do lago pelas populações desses municípios e através da organização e ações institucionais com foco na gestão territorial em escala local e regional, evidenciariam novos rumos para o desenvolvimento da região, como é o caso do surgimento do turismo no lago e as políticas referentes ao fomento e organização dessa atividade, marcando uma nova etapa do processo de reestruturação produtiva e territorial do recorte analisado.

Quadro 1 – Elementos centrais verificados no contexto do “evento geográfico” a partir dos relatos das entrevistas

Elementos	Relatos
<p>Transformações no território e impacto nas relações de produção</p>	<p>“Acabou com a plantação de alho, porque tinha plantação de alho. Tinha peixe, porque o rio sempre ofereceu peixe, né. Tinha plantação de arroz, café.” (Entrevistada 4: S.S. Moradora de Fama)</p> <p>“no fundo da roça do meu sogro era várzea, onde plantavam alho e viviam daquilo, do alho. Ai Furnas vem e indenizou um pedacinho de terra deles lá, e acabou com a lavoura deles... não tinha onde trabalhar. Alagou e até hoje é alagado, porque Furnas (o lago) entrou aqui e veio até ali, um braço. Eles trabalhavam só com verdura, antigamente eles trabalhavam muito com alho, entendeu?...Mas ai o povo tudo que plantava lavora de alho ficou sem nada, ficaram tudo na miséria.” (Entrevistada 3: A.M.S. Moradora de Fama)</p>
<p>Descontentamento, desapropriações e indenizações</p>	<p>“Nossa, aqui na época que fez o lago, foi um Deus nos acuda. Porque ainda não tinha o turismo. Foi ai que o pessoal perdeu terra, perdeu terreno, perdeu produção. Teve desapropriação, e sei lá se o pessoal foi até indenizado de acordo. Era nego se suicidando, nego indo embora pra Goiás, pra Mato Grosso. Foi um Deus nos acuda. (Entrevistado 6: Morador de Capitólio)</p> <p>“Nossa senhora! Sofreu e muito! (sobre sua família na época) A minha casa, era muito grande. Era ali em baixo, quase que em frente ao trampolim. Era uma casinha boa, muito boa mesmo. O papai quando ele foi receber o pagamento da casa comprou uma televisão preta e branca com o dinheiro da indenização e depois de muitos anos. Muita gente perdeu tudo, foi embora” (Entrevistada 4: S.S. Moradora de Fama)</p> <p>“Quando Furnas indenizou, ela indenizou só as terras, as casas não. Só os terrenos. E a casa da minha vó, a casa do meu pai... a casa que meu pai morava na época era a da minha tia... desmanchou, e a casa da minha vó também desmanchou, tirou tudinho os materiais, indenizou só o terreno. E foi muito pouco o que pagou também porque não deu pras pessoas fazer nada. Muitas pessoas foram embora (Entrevistada 3: A.M.S. Moradora de Fama)</p>
<p>Transformações no cotidiano</p>	<p>“Ah, onde é o hotel náutico é que era a escola. Aí, pra atravessar pra lá era muito difícil, e o que foi feito? Tinha uma mulher que tinha um boteco ali em baixo, ela cedeu onde eu estudei. Ai depois o governo fez uma escola de lata, de latão, parece um container. Nós estudamos muitos anos ali, foi no tempo da ditadura.” (Entrevistada 3: A.M.S. Moradora de Fama)</p> <p>“Eu não lembro muito não (sobre a criação do lago). Faz muito tempo. Mas na época que inundou, meu vô com minha vó moravam nesse pedaço de água aí. Aí depois, ele e tia Olímpia foi morar do lado de lá (apontado para a outra margem do lago)”. (Entrevistada 5: T.M.J. Moradora de Capitólio)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Verifica-se por meio dos relatos, que a região passou por uma intermediação hegemônica diferente daquelas que comumente as populações haviam até então presenciado.

Esta intermediação representada pelo Estado através de Furnas, direcionava os novos papéis para região, uma nova roupagem para aquela fração do território nacional, incumbida de dar suporte as metas e diretrizes de um planejamento nacional, contudo alheio as necessidades e aos impactos destas ações sobre a região.

O cenário instaurado naquele momento pode ser analisado como uma integração marginal, na qual a região e as populações dos municípios afetados sofreram com a desestruturação econômica, social e cultural, uma assistência precária. Ou seja, altera-se a geografia regional, as transformações impactam, sobretudo, nas populações, pois percebe-se que o sentimento de pertencimento é rompido. Um passado que não pode ser mais resgatado e um “novo” imposto de modo agressivo e incerto. A região naquele momento passa a servir de suporte à outras regiões, uma integração marginal.

O Mar de Minas: placa anuncia a entrada na rota turística do lago de Furnas em Fama,
Minas Gerais.



*“O real não esta na saída nem na chegada, ele se
dispõe para a gente é no meio da travessia”*

Guimarães Rosa

CAPÍTULO 3 - DA NOVA CONJUNTURA TERRITORIAL AO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO PELO TURISMO: ANÁLISE SOBRE OS MUNICÍPIOS DE CAPITÓLIO E FAMA

3.1 O hiato entre a formação do lago e o início das ações do desenvolvimento do turismo

A manhã de 10 de Janeiro de 1963 tornou-se um marco na região. Foi a partir de então que o território e o cotidiano da população dos 34 municípios afetados diretamente pela obra passariam por intensas transformações.

Apesar de alguns estudos anteriores à implantação do projeto apontarem para os potenciais que o lago proporcionaria para a região, as falas restringiam-se quase exclusivamente ao potencial de geração de energia elétrica, assim como sua importância para o desenvolvimento econômico nacional pautado no projeto de governo, ou ainda que em menor prioridade a questão das consequências decorrentes das desapropriações nos momentos iniciais da obra e do seu funcionamento, menor ainda eram os tratamentos dados as questões do potencial econômico do lago, como é o caso do turismo, que somente depois de algumas décadas ganharia espaço nas discussões de desenvolvimento da região.

De modo que o lago passaria seus dez primeiros anos prioritariamente voltado à geração de energia elétrica, exercendo a função de reservatório.

Segundo o Engenheiro John Cotrim (1955), então Vice-Presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais e que passaria, posteriormente, a presidir a Central Elétrica de Furnas, além de todo o óbvio potencial econômico já então bastante discursado naquele momento que Furnas acarretaria para o desenvolvimento nacional, abordou em poucas linhas uma referência ao valor turístico da obra, no entanto tratando tal tema como “consequência interessante” que o lago traria para a região.

Uma das consequências interessantes desse conjunto de barragens do rio Grande, e que merece um certo destaque, é que além da grande massa de energia elétrica criada surgiria uma vastíssima extensão de lagos interiores em altitude elevada (média de 700 metros) e clima ameno, em condições ideais para o desenvolvimento em seu redor de uma grande indústria turística. (COTRIM, 1955, p. 10).

Essa é uma das poucas afirmações relacionadas ao turismo no lago naquele período. O potencial do lago para a região fora tratado em não mais que dois parágrafos de um

documento que antevia no lago a “chave de uma grande solução para um grande problema”, como anunciava o título da obra de Cotrim (1955). Uma “chave” que restringia-se à prioridade de sanar uma possível crise energética que impediria o crescimento econômico nacional.

Como já abordamos anteriormente, as preocupações que envolviam o contexto no qual fomentou o projeto de Furnas estavam envolvidas em um grande movimento político-institucional e empresarial, firmado por meio de um pacto visando o fortalecimento das bases industriais nacionais de fomento a exportação e de atendimento ao mercado interno crescente. Temos ainda o agravante dado pela negligência às temáticas sobre o desenvolvimento dos pequenos municípios e cidades, passando despercebidas pelos planos de desenvolvimento nacional da década de 1960, entrando em pauta somente 1975 II PND (STEINBERGER E BRUNA, 2001).

De modo que a inexistência de um plano de desenvolvimento para a região que atuasse em relação aos impactos negativos decorrentes da criação do lago sobre os municípios e suas economias, e que avaliasse as potencialidades reais do lago para além de duas ou mais frases somente surgiria no ano de 1975, denominado Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas.

Transcorreu mais de uma década com o lago desempenhando exclusivamente sua função na geração de energia elétrica. Os primeiros sinais do pensamento direcionado ao desenvolvimento da região impactada com a formação do reservatório deram-se somente quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Lago em 1975 a pedido do Governo do estado, que previa realizar um levantamento das características gerais dos municípios lindeiros, objetivando lançar as bases para empreender ações que fomentassem o desenvolvimento econômico da região. Entre elas apontava-se para o potencial do turismo no lago e a ativação dessa atividade como alternativa de geração de emprego e renda para os municípios da região.

Entretanto, verifica-se que perdurou o distanciamento entre as ações efetivas que gerassem resultados positivos para o desenvolvimento da região, mesmo com o Plano de Desenvolvimento do Lago de 1975 os usos do lago restringiam-se em grande parte à produção e geração de energia e em menor escala ao uso pela população local como meio de lazer e em alguns pontos pela pesca recreativa e de subsistência, de modo que pode se verificar ações pontuais em ou e outro município até o decorrer da década de 1990 quando então fora elaborado o segundo Plano de Desenvolvimento com foco sobre a atividade do turismo pela

Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais (SELT - MINAS GERAIS) no ano de 1996, é também nesse período é criada a Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO) em 1993, fruto da cooperação entre os municípios lindeiros para o desenvolvimento da região.

O surgimento turismo com base no lago começa então a ser esboçado na década de 1990, fortalecido pela articulação dos municípios no apoio ao desenvolvimento dessas atividades, tendo grande influência do discurso do turismo como instrumento para o desenvolvimento local e regional. Esse pensamento foi fortemente difundido nas políticas nacionais sobre desenvolvimento e crescimento econômico, contudo dissimulando a intencionalidade de transferência das competências do Governo Federal para os estados e principalmente para os municípios, firmadas no pacto federativo de 1988, fomentando o discurso da busca por atrativos e potencialidades que pudessem viabilizar o orçamento e arrecadação dos municípios e agregar a sua economia local, principalmente os de pequeno porte, hierarquicamente fragilizados nesse processo.

3.2 Os Planos, as ações e as políticas de desenvolvimento do turismo na região do lago de Furnas

De acordo com a análise dos planos e das primeiras ações sobre a região do lago, pode-se verificar que após a criação do lago de Furnas em 1963 houve um grande período em que o lago destinava-se exclusivamente à produção de energia, ou seja, sua função estritamente ligada ao papel de “reservatório” para o atendimento à demanda de geração de energia elétrica.

Somente no ano de 1975, 12 anos após a constituição do lago, é proposto o primeiro Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas, elaborado pela empresa norte americana Tennessee Valley Authority a pedido da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais (SICT - MINAS GERAIS). Esse estudo buscou realizar um levantamento sobre a região, destacando as condições socioeconômicas dos municípios lindeiros ao lago, os usos do solo, e as principais características da região, no sentido de preparar as bases para a implementação e norteamto das ações com base nas diretrizes do plano.

O atrativo para a contratação do Plano desenvolvido por meio da consultoria da empresa Tennessee Valley Authority pelo governo Mineiro na época, deu-se através dos

trabalhos que a empresa vinha desenvolvendo no sudeste dos Estados Unidos. Criada em 1933 pelo então presidente Franklin D. Roosevelt, a empresa que dentre suas funções atuava na geração e distribuição de energia elétrica, também exercia importante papel no gerenciamento integrado dos recursos hídricos, do solo e das questões ambientais em suas represas.

Dentre as experiências internacionais de utilização de represas, uma das mais importantes é a da Autoridade do Vale do Tennessee (TVA), que desenvolveu um grande programa com finalidades recreacionais e turísticas em suas represas. (LOCARNO; BAHIA e FERREIRA, 2008, p. 18).

O Plano desenvolvido pela empresa para a região de Furnas firmava-se na sistematização do conhecimento sobre a região de modo a direcionar ações específicas para o desenvolvimento de seus objetivos propostos (LEMOS JUNIOR, 2010, p. 29-30), tais como:

- a) Estruturar um conjunto articulado de ações na atuação do desenvolvimento da região de lago de Furnas;
- b) Classificar as áreas prioritárias para o desenvolvimento;
- c) Fornecer elementos para elaboração de um plano sobre o uso da terra;
- d) Viabilizar a criação de uma agência de cooperação regional para execução do Plano.

Sobre os apontamos do Plano de 1975 em relação ao desenvolvimento do turismo, verificou-se que o levantamento das características da região banhada pelo lago de Furnas corroborou para que se pudesse compreender as singularidades, as diferenças e potencialidades da região alterada pela nova dinâmica que o lago impunha sobre o território.

De modo, que através dos levantamentos do Plano de 1975 foi possível realizar um maior aprofundamento sobre as características da região. Pode-se perceber que a mesma apresentava diferenças internas em sua configuração, podendo ser classificada conforme suas características mais expressivas, verificadas em dois grandes blocos: norte e sul.

O estudo apontou a porção norte do lago como tendo um maior potencial paisagístico a ser explorado, muito em virtude da proximidade com a represa de Furnas e o nível do lago (SICT-MINAS GERAIS, 1975).

Os pontos de profundidade do lago, somando ainda ao relevo escarpado e a formação rochosa caracterizada pelos cânions que circundam as águas do lago formando imensos

paredões, assim como a proximidade com a capital Belo Horizonte contribuem para a dinamização dos fluxos e favoravelmente para o desenvolvimento do turismo na região.

Em relação à porção sul do lago, o Plano apontava para o potencial dos solos, sendo mais apropriados para o desenvolvimento da agricultura, atenta ainda para a necessidade de ampliação dos investimentos para melhoria das vias de acesso que ligavam a porção sul do lago aos demais municípios da região, no intuito de fortalecer a interação entre as localidades e o acesso ao lago (MINAS GERAIS, 1975).

O documento ao realizar essa caracterização regional, acaba por fornecer elementos que corroboram para analisar pontos diferenciais que influem sobre o desenvolvimento do turismo nos municípios inseridos nos extremos do lago (norte e sul). De modo que é possível perceber devido à questão dos municípios localizados na porção sul do lago situarem-se distantes da barragem, sendo os níveis de água nessas localidades inferiores se comparados aos municípios que se encontram próximos à usina, assim a questão da distância atrelada à topografia da porção sul do lago constitui-se um possível problema a ser enfrentado para o desenvolvimento do turismo na beira do lago nesses municípios.

Apesar de não ter alcançado o êxito efetivo sobre sua proposta de planejamento, o Plano de 1975 fornece elementos importantes e necessários para compreensão da nova dinâmica resultante das transformações decorrentes da criação da usina hidrelétrica de Furnas e conseqüentemente do alagamento dos territórios municipais devido à formação do reservatório. Como é o caso da prévia sobre o comportamento do lago e o gerenciamento sobre os recursos hídricos, no qual as oscilações dos níveis de água podem afetar com maior ou menor intensidade as localidades, sendo a variável da localização um ponto importante a ser considerado (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos apontamentos e características verificadas no Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas em relação ao desenvolvimento do turismo e economia (1975)

	PORÇÃO NORTE DO LAGO	PORÇÃO SUL DO LAGO
CARACTERÍSTICAS TOPOGRÁFICAS	Cânions (relevo escarpado)	Morros (relevo sinuoso)
CARACTERÍSTICAS DAS ÁGUAS DO LAGO	Águas claras	Turva (escura)
APONTAMENTOS	Potencial para o desenvolvimento do turismo e lazer, investimentos na piscicultura	Atividades agrícolas, investimentos na piscicultura, águas escuras como elemento desfavorável para o desenvolvimento do turismo; Necessidade de melhorias nas vias de acesso

Fonte: Minas Gerais, 1975 (Dados organizados pelo autor, 2017).

O Plano faz referência ainda ao potencial da piscicultura e a necessidade de investimentos nessa atividade, enaltecendo o papel que desempenharia para o desenvolvimento econômico da região como um todo.

Entretanto, muito pouco se efetivou em relação às propostas do Plano de 1975, uma dessas propostas em específico era a criação de uma agência de cooperação regional responsável pela execução do Plano, que acabou por não se concretizar na época.

Entretanto, no ano de 1993 é constituída a Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), ainda que desvinculada da proposta do Plano de 1975, nasce calcada sobre o princípio do desenvolvimento regional e do cooperativismo. Surge da união dos gestores locais em fortalecer as relações dos municípios que recebem a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos em seus territórios (CFURH), ou seja, dos municípios que foram impactados com a criação do lago. Buscam desse modo, sistematizar uma unidade gestora para resolução dos problemas comuns aos municípios da região, aproximando-se da proposta de criação de uma agência de cooperação regional do qual dispunha o Plano de Desenvolvimento de 1975.

A princípio, os idealizadores da ALAGO pensaram nisso, nessa defesa dos municípios. Antes da formação da ALAGO os municípios tinham dificuldade nesse repasse (CFURH). O Governo Federal questionava e tal. Tinha município aqui que ainda discutia ICMS com Royalties, a diferença. Partindo então por esse princípio do desenvolvimento regional, porque onde fizessem para um fizessem para todos do lago de Furnas, então teve-se essa ideia, criou-se a Alago partindo desse princípio do desenvolvimento regional. (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago)

Podemos relacionar o início das ações e dos discursos sobre as potencialidades do turismo para o desenvolvimento da região do lago de Furnas a fatores decorrentes da problematização do pacto federativo, que firmado em 1988, atribui um conjunto de regras para a divisão dos recursos e instituiu as “competências e responsabilidades de cada ente federado” (BRASIL, 2002).

Ao que compete aos municípios, em especial a menor escala, ou seja, aqueles com pequenas populações, um baixo nível de movimentação dos setores de serviços e da indústria, como é o caso os que configuram a região do lago de Furnas, essa classe de municípios possui uma baixa arrecadação (IPTU, IBTI, ISS, taxas e serviços), pesa ainda o fato que entre outras formas de entradas de receitas como, as transferências obrigatórias da União através do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, está tem sua distribuição de acordo com o quantitativo populacional¹², assim como o repasse do ICMS dos Estados para os municípios no qual o critério é baseado sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços¹³, ou seja, critérios que recaem desigualmente sobre os municípios de pequeno porte, pressionando-os a buscarem alternativas que fortaleçam suas economias.

A exploração da atividade do turismo surge, neste sentido, como potencial geradora de receita para as economias dos pequenos municípios. Na esfera nacional, o Plano Nacional de Turismo (1992) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo de 1994 do Governo Federal, exerceram um papel significativo sobre o processo discursivo do turismo como instrumento para o desenvolvimento local e regional.

¹² A Lei Complementar Nº 62, de 28 de Dezembro de 1989 estabelece as normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

¹³ A Seção IV da C.F. dispõe sobre a repartição das receitas tributárias: Art. 58. Pertence aos municípios: IV – 25% da arrecadação do ICMS do Estado. O item dois do Parágrafo Único desse mesmo artigo acrescenta o critério que norteava a transferência: “Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seu território”.

De acordo com Cruz (2005, p. 30) a década de 1990 evidencia a “crescente importância à atividade econômica do turismo, que passa a ser vista como engendrador de processos de desenvolvimento regional, e conseqüentemente como instrumento minimizador de (históricas) desigualdades regionais”.

Os anos 1990 foram marcados pelo que se poderia denominar de a redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado Brasileiro. Após longos anos na marginalidade da administração pública, o turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental (CRUZ, 2005, p. 29).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo de 1994 buscou qualificar os gestores locais na gestão, organização e promoção do turismo em seus municípios. Essa política orientada pelo PNMT contribuiu com a difusão da ideia da especialização dos pequenos municípios na atividade turística ainda que sem um real preparo da qualificação pessoal e da infraestrutura para receber e desenvolver essa atividade.

Se cruzarmos ainda os dados locais com os efeitos das políticas nacionais, veremos que é nesse mesmo período e contexto que o turismo começa a ganhar substância na região do lago de Furnas, mesmo que ainda apoiado fortemente no discurso passa então a ser percebido nos Planos, ações municipais e nas falas dos governantes, que visam fomentar o desenvolvimento do turismo na região.

No ano de 1996 foi elaborado um segundo Plano para a região do lago de Furnas, voltado especificamente para o desenvolvimento do turismo com base no lago. Realizado a pedido da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais e em parceria com a ALAGO, o Plano fora intitulado de “Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado para o Lago de Furnas”.

O enfoque desse planejamento era fortalecer as bases do turismo no lago. O documento apontava que seria necessário investir na promoção do turismo, das potencialidades da região, buscando fomentar e atrair um turismo regional e até mesmo microrregional, servindo de instância de lazer, com áreas de camping, pesca e alojamento nas localidades próximas as rodovias (SELT – MINAS GERAIS, 1996).

É possível verificar nesse documento a articulação da concepção de planejamento para a região na proposta do Governo estadual do Eduardo Azeredo (1995-1999) em conformidade com a proposta de desenvolvimento regional na qual se apoia a ALAGO e os municípios associados, ou seja, a região do lago de Furnas passa a ser pensada integralmente

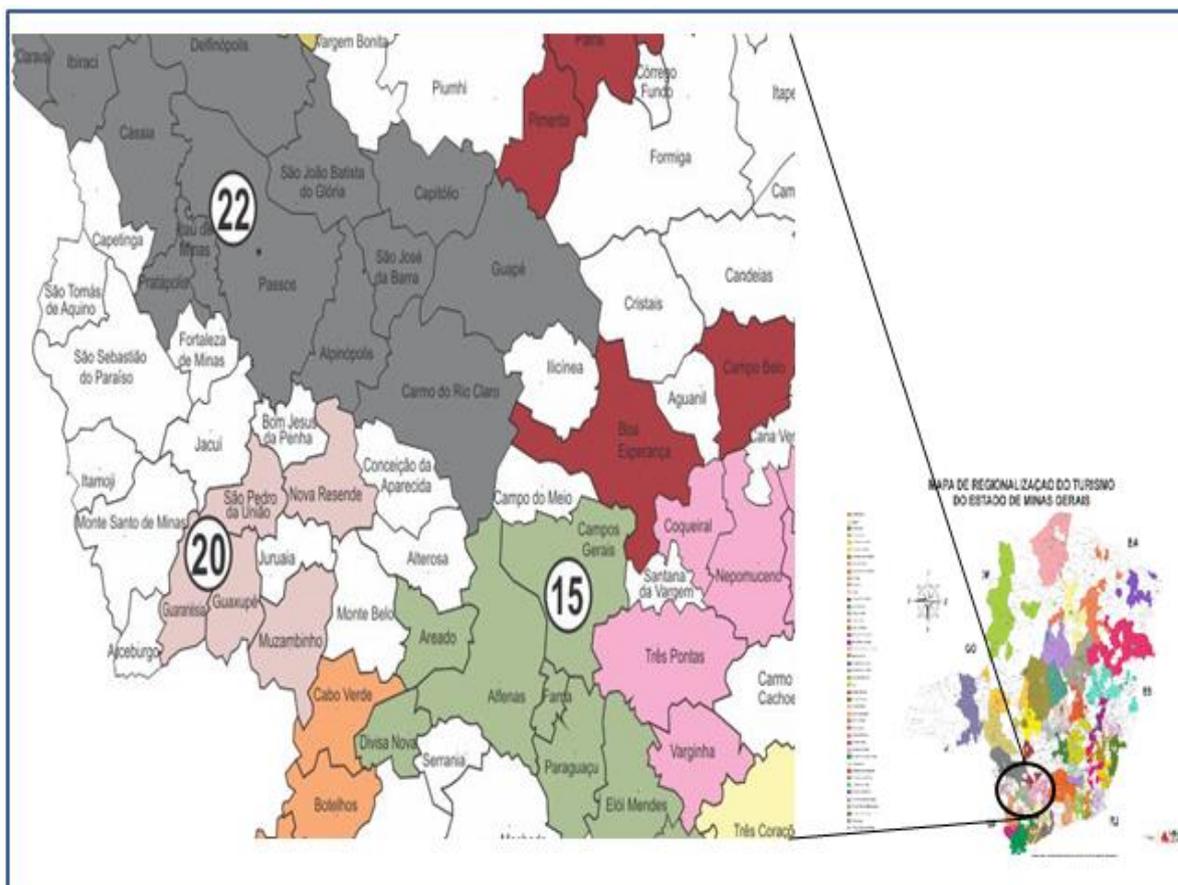
no escopo do desenvolvimento, atendendo aos interesses da região, ao menos pelo que se percebeu no curto período que vigorou esse Plano para a região.

Entretanto, apesar da compatibilidade do pensamento do planejamento do turismo para a região, tanto pelo planejamento discursado no Plano de 1996 quanto pela Associação dos Municípios do lago em trabalhar de forma a promover um desenvolvimento integrado do turismo, ou seja, pensar o lago como um todo, posteriormente esta proposta entraria em conflito com o modelo de política de turismo adotado em nível estadual nas gestões que se seguiram.

A alternância de governo que se seguiu implicou em uma nova concepção estratégica de turismo no estado de Minas Gerais.

No ano de 1999 tem-se a criação da Secretaria de Turismo de Minas Gerais, e no ano de 2003 é adotada a política dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (Figura 12), germinada ainda durante o Governo de Itamar Franco (1999-2003) pela Secretaria de Turismo do Estado.

Figura 12 – Municípios da região do lago de Furnas no mapa de regionalização do turismo do Estado de Minas Gerais



Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/mapa>. Acesso em: 29 de Setembro de 2016 (Adaptado pelo autor).

Esse modelo calcado no discurso da descentralização acabou por fragmentar o lago em pequenos circuitos turísticos (Quadro 3), conflitando com o modelo que vinha sendo trabalhado na região pela ALAGO e pelo próprio Plano de Desenvolvimento para a região de 1996, antecessor a essa nova política de turismo estadual, que buscavam estruturar as ações e o planejamento do turismo para a região do lago como um todo.

Quadro 3 – Os Circuitos Turísticos criados na região do lago de Furnas que trabalham com o lago como atrativo

	Nascentes das Gerais	Vale Verde e Quedas D'aguas	Grutas do Mar de Minas	Lago de Furnas
Municípios	Alpinópolis, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Guapé, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra.	Bom Sucesso, Coqueiral, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas, Varginha.	Arcos, Boa Esperança, Campo Belo, Iguatama, Pains, Pimenta.	Alfenas, Areado, Campos Gerais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Monsenhor Paulo, Paraguaçu.
Principais características promovidas no circuito	Lago de Furnas , ecoturismo, cachoeiras, cânions, grutas, trilhas, turismo religioso.	Cultura mineira, gastronomia, cachoeiras, Lago de Furnas , turismo exotérico; ecoturismo.	Lago de Furnas , grutas, cânions, ecoturismo, turismo de aventura (escalada), sítios arqueológicos, fazendas centenárias.	Lago de Furnas , esportes náuticos, pesca, trilhas ecológicas.

Fonte: SETUR¹⁴ (Elaborado pelo autor, 2017)

Os circuitos que se formaram na região do lago, não se restringiram somente aos municípios lindeiros, a integração deu-se com outros municípios até mesmo fora da bacia do rio Grande. Buscou-se priorizar as características comuns dos municípios (sociais, culturais e econômicas) no intuito de promoverem seus atributos, organizar e desenvolver o turismo no circuito (SETUR, 2014).

De acordo com a definição exposta pela Secretaria de Turismo, esta apresenta os circuitos turísticos como:

¹⁴ SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS. Dados disponíveis no site <<http://www.turismo.mg.gov.br>>

Conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem, sem finalidade lucrativa, para organizar e desenvolver a atividade turística responsável regionalmente, através da integração contínua dos municípios. (SETUR, 2014, p. 19).

Verifica-se que a criação dos circuitos turísticos decorrentes da ação empreendida pela política governamental apoiada no discurso da descentralização formou circuitos independentes, conflitando com a proposta de turismo que envolve o lago como um todo, desconsiderando sua própria condição como um fator potencial na articulação dos municípios, ou seja, conflitando com uma proposta de desenvolvimento regional do turismo no lago de Furnas.

No ano de 2008 uma parceria entre a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR), a ALAGO e a Fundação Dom Cabral (FDC) buscou realizar um diagnóstico do turismo na região do lago de Furnas no intuito de elaborar um Planejamento Estratégico para consolidação do turismo no lago de Furnas. Tal planejamento objetivava: “Consolidar o Lago de Furnas como um destino turístico formatado, com condições básicas de infraestrutura, recepção de turistas de acordo com a capacidade local e com roteiros formatados e disponíveis para a comercialização.” (BERNARDES, 2008, p. 16).

De acordo com o diagnóstico que embasou o Planejamento Estratégico do turismo, o lago de Furnas se constitui como o principal atrativo e responsável pelo potencial turístico da região.

Foi nesse contexto que no ano seguinte fora firmado um convênio entre a Secretaria de Turismo de Minas Gerais e a Associação dos Municípios do Entorno do Lago de Furnas tendo como objetivo a promoção do Destino Turístico Lago de Furnas¹⁵. Entretanto, não houve continuidade desta política de parceria que visava transformar a região em uma destinação turística qualificada para a atividade.

Atualmente são os circuitos que imperam sobre a região, de modo que podemos inferir que tal contexto se somado ainda à descontinuidade dos planejamentos de turismo para a região podem ter contribuído para a alternância das prioridades das ações empreendidas pela ALAGO nos últimos anos. A instituição passou a concentrar seus esforços no fomento a outras políticas da pasta de desenvolvimento para a região do lago, como: elaboração de projetos de saneamento, assistência técnica aos municípios na implantação tratamento de

¹⁵ Processo Nº 1411.076/2009, ASSEJUR Nº 076/2009-Tipo Convênio: Documento que formaliza o convênio entre a SETUR e a ALAGO para promoção do turismo no lago de Furnas através de repasses financeiros para elaboração e desenvolvimento de projetos relacionados ao turismo no lago de Furnas.

esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem pluvial; elaboração de planos diretores; fomento à atividade da piscicultura.

A prioridade que nós elegemos de uns anos pra cá, foi tratar do saneamento básico, depois o turismo em si, piscicultura foi trabalhada muito nos últimos anos, nos últimos vinte anos, começamos isso em 1995. Hoje nós temos mil pessoas ao longo do lago mexendo com gaiolas, em torno de 5000 gaiolas dentro do lago de Furnas. Cresceu muito. (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago).

É visto que a instituição não deixara a política de turismo de lado, contudo nota-se a incorporação de outras demandas.

Nós fizemos quatro campeonatos de pesca esportiva muito bons, integrando os municípios, fizemos varias etapas em vários municípios. É esse desenvolvimento regional integrado que a gente sempre procurou. (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago).

O papel desempenhado pela ALAGO na região evidencia a importância do cooperativismo intermunicipal como prática intergovernamental para o desenvolvimento de regiões configuradas por pequenos municípios. As ações conjuntas e o levantamento das necessidades, dos problemas e das demandas da região mostram a importância deste nível de planejamento. No caso, por exemplo, da atividade do turismo no lago o reconhecimento das problemáticas reflete em um melhor diagnóstico em relação aos fatores que implicam sobre esta atividade.

A instituição reconhece o impacto das crises hídricas e do rebaixamento do lago sobre as ações de desenvolvimento de turismo na região, sendo um empecilho às propostas que visam consolidar o turismo tendo o lago como atrativo central.

Uma coisa que atrapalha muito o turismo aqui na região é o deplecionamento do lago. O lago oscila. Oscilou, acabou! Você faz uma política de turismo aqui e depois vêm igual ao que ocorreu nos dois, três últimos anos passados, 2012, 2013, 2014. Foi problemático. Acabou com pousada, com clube, com hotel, restaurante na beira do lago. (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago).

Atualmente é visto que o turismo é trabalhado por meio da promoção regional e local no incentivo a eventos articulados ao lago de Furnas, contudo, vimos que o descompasso entre as propostas e ações em diferentes níveis de escalas governamentais mostra-se como um atenuante para o desenvolvimento do turismo na região, contudo, outros fatores também

impactam sobre esse processo, como é o caso dos conflitos e as prioridades decorrentes sobre o uso múltiplo das águas e a questão das crises hídricas.

3.3 Os usos múltiplos das águas do lago de Furnas nos municípios de Capitólio e Fama

Para compreender o dimensionamento dos conflitos em torno do desenvolvimento do turismo no lago, aproximamos o recorte para a análise e apontamentos sobre dois municípios: Capitólio e Fama.

Assim, buscaremos elencar os atores e agentes envolvidos nesse processo, bem como os interesses e os objetos de conflito que impactam sobre o desenvolvimento do turismo na região do lago de Furnas.

3.3.1 Os atores e agentes envolvidos nos conflitos sobre o desenvolvimento do turismo no lago

No contexto de sua criação, o lago era destinado exclusivamente ao atendimento das demandas do setor elétrico, sem uma regulamentação que dispusesse sobre os usos concorrentes das águas dos reservatórios no Brasil imperou sua destinação à geração de energia. Contudo, essas águas foram aos poucos sendo apropriadas pelas populações de seu entorno. As atividades desenvolvidas no lago passaram a ganhar maior expressividade, é o caso do turismo que passou a ser difundido como um potencial elemento propulsor do desenvolvimento para os municípios e para a região, fortalecidos pelos dispositivos legais que passaram a reconhecer e garantir o uso múltiplo das águas.¹⁶

Até pouco tempo atrás, o setor elétrico foi imune às questões de conflito, graças aos sucessivos anos hidrológicamente favoráveis, e a inexistência de legislação que garantisse o uso múltiplo da água. Contudo este cenário mudou, primeiro pela edição da legislação que estabeleceu a equidade entre diversos usos, com prevalência apenas para o abastecimento público e dessedentação de animais (lei n. 9433/97), segundo pela redução da afluência de água ao reservatório, decorrente de uma sequência de anos com índices pluviométricos abaixo da média histórica. (SANTOS, 2003, p. 411. In FREITAS, 2003).

¹⁶ A Lei n. 9.443, de 8 de Janeiro de 1990, também conhecida como Lei das Águas, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. é um marco importante no gerenciamento dos recursos hídricos e do reconhecimento dos usos múltiplos das águas.

No entanto, mesmo atualmente com o respaldo da Política Nacional de Recursos Hídricos que visa garantir o uso múltiplo das águas, a valoração da energia elétrica frente aos demais usos concorrentes do lago implica numa escala de forças em que prioriza-se a geração de energia, sendo o nível operacional um dos principais objetos motivadores dos conflitos na região.

Em relação à atividade do turismo na região essas implicações recaem sobre o seu desenvolvimento, em que o lago é um dos principais atrativos a ser trabalhado pelos municípios conflitando com a demanda de geração de energia elétrica e a dinâmica do lago frente a processos de diferentes interesses, nos quais podemos identificar os principais atores e agentes envolvidos no conflito:

- **Governantes locais**

Dois pontos destacam-se sobre a questão dos conflitos travados pelos municípios: a quantidade de municípios afetados diretamente pelas águas do reservatório, somando 34; e o fato da região ser configurada por municípios de pequeno porte. Esses dois pontos, refletem o contexto territorial e econômico dos impactos da instalação da usina de Furnas na região.

A baixa arrecadação incita para que os municípios busquem nos potenciais atrativos de seus territórios meios que possibilitem o desenvolvimento de suas economias e geração de renda, de modo que a apropriação do lago para a prática do turismo mostrou-se inicialmente como uma potencialidade para as economias locais.

Entretanto, as variações dos níveis de água do lago, devido tanto pela concorrência e prioridade com que a geração de energia impunha quanto às condições naturais relacionadas aos períodos cíclicos de estiagem e menor intensidade das precipitações, impactam sobre o desenvolvimento do turismo do lago.

- **Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO**

A Associação dos Municípios do Entorno do Lago de Furnas é uma das instituições que atuam junto a Furnas Centrais Elétricas no intuito de negociar uma cota mínima que possibilite o desenvolvimento das atividades ligadas ao lago.

Representante dos municípios da região do lago e com sede no município de Alfenas, a associação está localizada no extremo sul do lago, a 15 km do município de Fama. Tendo, portanto, a dimensão da realidade enfrentada pelos municípios circunvizinhos que vivenciam

os embates em torno da estruturação do turismo no lago em meio aos interesses prioritários da UHE Furnas.

Através da ALAGO os municípios buscam conjuntamente garantir uma cota mínima para a operação do lago (762 m) diferente do atual nível mínimo permitido para operação da usina (750), de modo a reduzirem os impactos causados pela oscilação dos níveis do reservatório e garantir um ambiente mais estável para o desenvolvimento do turismo nos municípios lindeiros.

- **Empresários do setor de turismo**

Diferente do que ocorre em grandes centros, ou em regiões turísticas mais bem estruturadas e já firmadas nas grandes rotas do turismo nacional, nos municípios analisados esses atores constituem um grupo de pequenos empresários, como: proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes à beira do lago e comerciantes locais, pode-se englobar ainda as empresas de aluguel de lanchas e jet-skis, ainda que em menor quantidade na oferta deste serviço em Fama, contudo apresentando bastante expressividade no município de Capitólio, assim como os passeios de chalana e lancha que levam os turistas pelos cânions e cachoeiras.

Atualmente parte dos empreendimentos, principalmente aqueles situados as margens do lago, veem se recuperando da crise hídrica que rebaixou o nível do reservatório no ano de 2012 e se estendendo até meados de 2015, quando parte do lago praticamente secou, servindo de pasto para o gado. O turismo fora seriamente impactado, de modo que os empreendimentos à beira do lago que foram construídos acima da cota máxima de operação do lago, que é de 768 metros acima do nível do mar, viram o lago recuar consideravelmente nesse período, alcançando seus menores níveis, chegando a marcar 752 metros em 2015, a menor medição em 15 anos.

As transformações na paisagem impactaram diretamente sobre demanda do turismo nesses municípios, principalmente em Fama, que está localizado no extremo sul do lago, região em que as oscilações são mais abruptas.

- **Furnas Centrais Elétricas S.A.**

A empresa estatal de geração e transmissão de energia criada na década de 1950 exerce forte influencia sobre o lago. O histórico das operações de geração da Usina de Furnas evidencia que prevaleceu sempre os interesses da empresa, apoiada no discurso da

necessidade primordial da geração de energia para atender a crescente demanda nacional, e assegurar o desenvolvimento das forças produtivas industriais e do abastecimento das grandes centros, alegando ainda estarem de acordo com os níveis estabelecidos para operação e, portanto, tendo suas ações legalmente amparadas.

O interesse central sobre o lago, assim, destina-se à alcançar os níveis e metas estabelecidos para geração de energia, visando mesmo nos momentos de deplecionamento intenso do reservatório, alcançar a máxima eficiência na produção energética.

Dentre as causas que acirram ainda mais os conflitos na região, a falta de diálogo entre a empresa e os atores que também utilizam das águas do lago, como é o caso dos envolvidos no turismo e em outras atividades econômicas, assim como a própria população dos municípios, é um ponto de tensão na relação com a empresa.

- **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS**

O Operador Nacional do Sistema Elétrico é o órgão responsável pela coordenação e controle das operações de geração e transmissão de energia elétrica no país.

Como seu objetivo pauta-se na otimização das operações do Sistema Interligado Nacional (SIN) buscando o menor custo para o sistema, seu interesse aproxima-se muito mais em garantir a geração e transmissão de energia dentro das limitações técnicas disponíveis, ou seja, atua sobre o controle de geração de acordo com a permissibilidade dos limites dos níveis do lago oficialmente estabelecidos para a operação da UHE Furnas, impactando sobre outros usos e atividades desenvolvidas no lago, como é o caso do turismo.

O lago é entendido pelo seu papel de reservatório e a demanda do Sistema implica sobre a geração de energia da usina, o que resulta nas oscilações dos níveis de água. Apesar de agir dentro dos níveis estabelecidos, essas “cotas de operação” influem diretamente sobre a paisagem e a própria instabilidade do turismo na região, principalmente daqueles municípios situados distantes da barragem, os quais são mais afetados.

- **Agência Nacional de Águas – ANA**

Criada no ano de 2000 a partir dos desdobramentos da Política Nacional de Recursos Hídricos¹⁷, a agência reguladora atua no gerenciamento dos recursos hídricos e exerce um papel central ao que compete aos usos múltiplos das águas.

¹⁷ A Lei n. 9.443, de 8 de Janeiro de 1990.

No contexto analisado, a Agência atua na mediação dos conflitos decorrentes dos usos do reservatório e na garantia dos usos concorrentes das águas do lago. A Agência nesse sentido busca agir no monitoramento dos níveis do reservatório, visando garantir o uso múltiplo das águas do lago, contudo atuando sobre os níveis pré-estabelecidos, dimensionados para operação da usina.

Isso implica para a necessidade de pensar novos níveis que atendam as necessidades dos atores envolvidos e servindo de base para as tomadas de decisões da agência visando minimizar os efeitos dos usos concorrentes das águas do lago contribuindo, assim, para o equilíbrio dos usos e a consolidação do turismo no lago de Furnas, mitigando os impactos decorrentes das oscilações dos níveis do reservatório na atividade turística.

3.3.2 Possibilidades, conflitos e os impactos do desenvolvimento do turismo no lago de Furnas

O lago no contexto que envolveu sua criação foi pensado na funcionalidade única de servir de reservatório para a geração de energia, entretanto, com o passar dos anos, a apropriação do lago fomentou novas necessidades que geraram novos usos, tais como: a piscicultura, o turismo, a navegação, a irrigação, a questão da preservação e etc. Usos concorrentes entre si e com a demanda de geração de energia fortemente articulada a grandes interesses políticos e econômicos. Incitando, de tal modo, o acirramento dos conflitos em relação às prioridades, demandas e concorrência sobre os usos possíveis do recurso hídrico que se espalha por uma área de 1.406,26 Km² e impacta sobre o território, economia e relações de 34 municípios mineiros.

No entanto, a prioridade na utilização do lago para a geração de energia e os parâmetros estabelecidos para operacionalização da usina, atuam sobre a instabilidade dos níveis de água, o que por sua vez, impacta sobre as demais atividades, como no caso o turismo.

Enquanto sua função de reservatório, o lago exprime grande importância, principalmente devido a sua extensão e capacidade de geração de energia. Nos primeiros anos de sua criação a UHE-Furnas foi responsável naquele período por 1/3 do total de geração de energia elétrica no país, números já esboçados anteriormente no projeto de construção da usina e difundidos no sentido de ganhar visibilidade e garantir sua efetivação através do

discurso do papel central que a usina desempenharia na política de desenvolvimento nacional naquele momento.

Atualmente a UHE-Furnas gera um total de 1.216 MW (megawatts), uma importância significativa ainda mais se somada ao potencial de geração hidrelétrica de todo o Sistema Furnas ao longo do Rio Grande, totalizando mais de 6.000 MW instalados ¹⁸.

Este poderio de geração de energia elétrica pela usina pesa sobre as tomadas de decisões em relação aos usos das águas do lago. Vale ressaltar que as cotas operacionais do lago são as mesmas estabelecidas no projeto de sua criação e mesmo com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos no ano de 1997 e a criação da ANA enquanto agência reguladora e coordenadora desta política, a questão do dimensionamento das cotas operacionais em detrimento da demanda energética persiste ainda hoje.

Em relação aos municípios limieiros e atentando particularmente para o fato de se constituírem de municípios de pequeno porte, a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) é uma importante entrada de receitas para estes municípios (Tabela 3). Estas importâncias são repassadas mensalmente aos municípios de acordo com o percentual de área alagada do território municipal e com a geração de energia elétrica pela usina, porém em períodos de menor geração e crises hídricas esses valores são reduzidos devido ao recuo do lago.

Tabela 2 - CFURH proveniente de Furnas aos municípios analisados, referente ao período de 2011 a 2016.

Municípios	Anos de referência do recolhimento do CFURH (Furnas)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Capitólio	R\$ 908.014,24	R\$ 1.074.915,72	R\$ 758.527,38	R\$ 631.822,09	R\$ 385.533,64	R\$ 698.243,57
Fama	R\$ 272.779,40	R\$ 322.918,80	R\$ 227.871,59	R\$ 189.807,66	R\$ 115.819,37	R\$ 209.761,54

Fonte: Base de dados da Aneel¹⁹ (Organizado pelo autor)

Nota-se que os valores provenientes do CFURH aos municípios analisados sofrem uma brusca variação ao decorrer dos anos. Isso devido à instabilidade do lago e da geração de energia. Contudo, o impacto da crise hídrica que assolou a região nos últimos anos, tendo início no ano de 2013 e a qual os municípios ainda vêm se recuperando, evidencia a

¹⁸ Informações disponíveis em: http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_furnas.asp

¹⁹ Informações disponíveis em: <http://www2.aneel.gov.br>

necessidade de um planejamento estratégico, uma boa gestão e direcionamento dos investimentos provenientes destes royalties que entram para estes municípios e principalmente o fortalecimento do diálogo entre os envolvidos no intuito de apresentar as necessidades e demandas de cada ator em relação ao lago.

Os municípios recebem também os *Royalties*²⁰ de Itaipu, tal repasse é estipulado de acordo com a vazão dos rios devido à exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica pela usina localizada no Paraná, por se encontrarem no sistema produtivo de energia elétrica de Itaipu. Contudo são importâncias menores comparadas aos repasses decorrentes da UHE Furnas.

Verifica-se, portanto, que o deplecionamento do lago afeta diretamente os municípios tanto na questão do repasse financeiro quanto ao próprio impacto sobre o turismo e demais atividades vinculadas ao lago.

De acordo com reportagem do Jornal Folha de São Paulo do ano de 2015 (2015, Dezembro, Caderno Cotidiano, B6), intitulada “Turismo na Seca: estiagem histórica espanta visitantes e deixa rastro de abandono em cidades de São Paulo e de Minas Gerais ante atrativas por causa de suas represas”, o período crítico que assolava a região naquele momento repercutiu sobre os empreendimentos turísticos localizados nas margens do lago:

“Em Minas, ao menos 20 das 34 cidades banhadas pelo lago da hidrelétrica de Furnas sofrem com a debandada de visitantes. A água, em alguns casos, recuou quilômetros e deixou sem função os píeres para motos aquáticas. [...] Em comum as cidades desenvolveram o turismo a partir da criação de represas. Com a seca e o recuo das águas, turistas ficaram sem lazer.”

A exploração turismo em lagos artificiais é um fenômeno ainda recente. Segundo a Agência Nacional de Águas, a grande quantidade de usinas hidrelétricas espalhadas pelos rios brasileiros e a baixa exploração do potencial turístico nessas localidades, evidenciam a necessidade de definições políticas e estratégicas para o desenvolvimento da atividade turística nos lagos reservatórios como instrumento de oferta de lazer de baixo custo à sociedade (ANA, 2005, p. 19).

Entretanto faz-se necessário primeiramente um melhor conhecimento sobre as dinâmicas das atividades desenvolvidas em lagos-reservatórios, elencados os fatores

²⁰ De acordo com Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), a Itaipu Binacional e ANEEL, os royalties são compensações financeiras decorrentes da exploração ou uso dos recursos hídricos, ou seja equivale-se ao CFURH.

condicionantes e os atenuantes que atuam sobre a atividade, para que então se possam elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo nestas condições.

De acordo com a ANA (2005), o lago de Furnas está entre os principais reservatórios nacionais com grande potencial de aproveitamento para o desenvolvimento da atividade turística (Tabela 3).

Tabela 3 – Características dos principais reservatórios nacionais para aproveitamento turístico.

Reservatório	Área inundada (Km²)	Perímetro (Km)	Rio	UF	Município
Sobradinho	4.214	1.352	São Francisco	BA	Casa Nova
Tucuruí	2.430	8.396	Tocantins	PA	Tucuruí
Serra da Mesa	1.784	3.898	Tocantins	GO	Mináçu
Furnas	1.442	3.500	Grande	SP, MG	São João da Barra
Itaipu	1.350	1.400	Paraná	PR	Foz do Iguaçu
Três Marias	1.009	2.297	São Francisco	MG	Três Marias

Fonte: ANA, 2005 (adaptado pelo autor, 2017).

Na sua cota máxima operacional o reservatório de Furnas foi dimensionado para ficar a 768 metros acima do nível do mar, e a cota mínima a ser trabalhada pela usina ficou estabelecida em 750 metros.

Contudo, este número representa um grave prejuízo para o desenvolvimento do turismo na região, pois impacta sobre as instalações que se situam a beira do lago, como bares, restaurantes, pousadas, e até mesmo pelo fato do turismo estar ligado a paisagem do lago, sendo desfigurada pelo rebaixamento dos níveis de água (Figuras 13 e 14).

Quando da criação da hidrelétrica o objetivo era gerar energia, mas depois veio a Lei Federal 9433, que estabeleceu o uso múltiplo dos recursos hídricos, uai, se é uso múltiplo todos tem que ter um direito a sua fatia. Então, tem que estabelecer uma nova política de geração de energia pra manter o nível do lago em uma cota mínima aceitável. A gente trabalha com a de 762 (metros). Porque ela atente grande parte do segmento econômico que depende do lago. (Entrevistado 1: Secretario Executivo da Alago)

Vale ressaltar que o processo de instabilidade dos reservatórios também está associado à matriz energética nacional que apesar de diversificada, priorizou os investimentos na produção de energia hidrelétrica, tendo atualmente um parque energético dependente dessa fonte.

Figura 13 – Cânions do lago de Furnas em Capitólio: região norte do lago é pouco afetada com a oscilação das águas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 14 – Rebaixamento do lago de Furnas na sua porção sul afeta o desenvolvimento do turismo nos municípios



Fonte: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/fotos/2013/01/seca-afasta-turistas-do-mar-de-minas.html#> (acesso em Fevereiro de 2017)

Nota-se que o deplecionamento do lago atinge diferentemente os municípios de Capitólio e Fama, ou seja, internamente o lago expressa sua dinâmica evidenciando as particularidades no processo de desenvolvimento do turismo nos municípios do entorno do lago.

Devido à profundidade do lago, a proximidade com a represa e ao seu relevo escarpado, Capitólio não tem sua paisagem bruscamente afetada, enquanto Fama mostra-se

mais vulnerável as oscilações e conseqüentemente maior é o impacto nos empreendimentos, tanto aqueles próximos às águas, quanto aos empreendimentos e comércios em geral que em momentos mais críticos são impactados pela redução do fluxo de visitantes. Pois como as alterações na paisagem devido ao recuo do lago recaem negativamente sobre a região, a divulgação das notícias pela mídia difunde um marketing negativo sobre os atrativos turísticos.

De acordo com Beni (2001, p. 248) o marketing tem o poder de influir sobre a motivação e atitude do indivíduo em relação à determinada destinação.

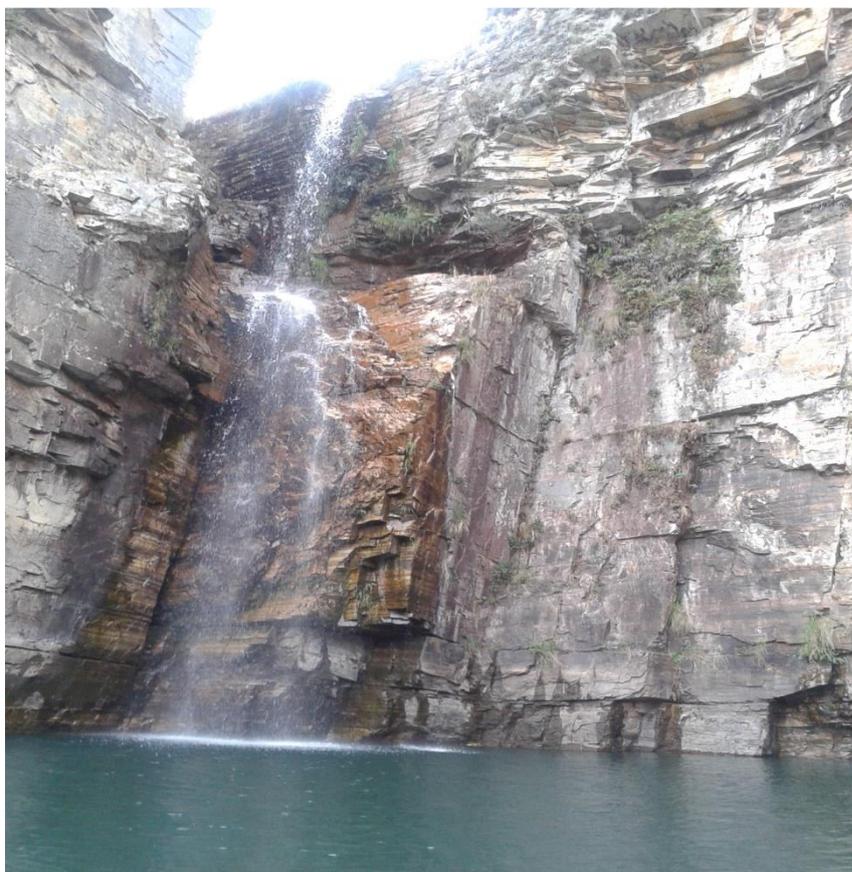
São as predisposições individuais quando se avaliam alguns símbolos, objetos, aspectos da destinação turística, pessoas e outros, de uma maneira positiva ou negativa, favorável ou desfavorável. Podem ser alteradas e através de estímulos de marketing mudadas, às vezes desfavoravelmente, em relação a certos núcleos receptores ou equipamentos receptivos. (BENI, 2001, p. 248).

Frente a estes apontamentos, verifica-se a complexidade e a dificuldade de pensar o desenvolvimento do turismo na região. Pois se de um lado existe uma dimensão da promoção desta atividade através dos discursos que enfocam o lago como atrativo central da oferta turística, por outro lado pesam os fatores que impedem um desenvolvimento linear, como no caso da instabilidade dos níveis de água em decorrência das crises hídricas, dos processos cíclicos naturais e principalmente da priorização da produção energética e a falta de diálogo entre os envolvidos neste processo.

Apesar da instalação física da usina estar situada em um ponto específico, o lago criado a partir da contenção das águas se espraia por grandes extensões, aumentando a área dos problemas, mas também possibilitando a apropriação das águas – o turismo por exemplos pode ser explorado por diversos municípios, como é o caso de Capitólio e Fama que singularmente tem no turismo níveis diferente de desenvolvimento, muito relacionado a fatores específicos como: a distância da barragem, relevo, organização em prol do desenvolvimento da atividade e etc.

Localizado no extremo norte do lago de Furnas, e contando com uma população de 8.648 habitantes, Capitólio é um dos principais municípios da região. Os cânions e o relevo escarpado configuram a paisagem junto ao lago de Furnas que se espraia por entre os paredões, propiciando um raro atrativo turístico nacional (Figura 15).

Figura 15 – Cânions do Município de Capitólio, MG



Fonte: Acervo do autor (2016)

Diferente de Fama que tem o desenvolvimento do turismo muito mais atrelado aos discursos da promoção do lago que na concretude e estruturação desta atividade, muito em decorrência da instabilidade do lago no seu território. Vale ressaltar que o processo de desenvolvimento do turismo em Capitólio tem sua gênese a partir da formação de um bairro as margens do lago no ano de 1978. O poder aquisitivo dos engenheiros e técnicos que chegavam à região nos primeiros anos de funcionamento da Usina fomentou a construção do bairro escarpas do lago, que serviria de base para a estruturação do turismo no município, como constatado em alguns relatos:

“Em 1978 começou a construção do bairro Escarpas do Lago, que foi onde começou o turismo mesmo. E assim, como na época não se registravam essas coisas, aí quando a gente foi estudar vimos como começou o turismo na cidade” (Entrevistada 2: Diretora do Departamento de Turismo de Capitólio)

“Foi em 1977, 1978. Foi quando começaram a lotear, que começaram a fazer os clubes. E de 1978 pra cá veio desenvolvendo cada vez mais, porque veio construindo as casas, e teve essa explosão de turismo depois. Foi aí que ficou

sendo considerado o Mar de Minas aqui. Tinha uma família que comprou uns terrenos e fizeram uns ranchos aqui, e um dos donos o Marcos Mendes queria fazer um lugar pra trazer os amigos, aí comprou onde é a Escarpas do Lago pra fazer uns terrenos, aí ele perdeu o controle. Começou a vir muita gente” (Entrevistado 8: F. S. Taxista do município de Capitólio)

O bairro Escarpas do Lago atualmente funciona como balneário, atraindo investimentos imobiliários, como segunda residência em loteamentos de alto padrão as margens do lago de Furnas (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Bairro Escarpas do Lago



Fonte: <http://www.escarpasdolago.org.br/galerias>. Acesso em 12 de Maio de 2017

Figura 17 – Bairro Escarpas do Lago



Fonte: <http://www.escarpasdolago.org.br/galerias>. Acesso em 12 de Maio de 2017

Mesmo nos períodos mais críticos, de crises hídricas, o rebaixamento do lago não afeta significativamente a paisagem do lago em Capitólio, entretanto, o marketing negativo que se faz devido ao rebaixamento abrupto em outros municípios, como aqueles situados na porção sul do lago é prejudicial à destinação como um todo, como evidencia a Entrevistada 2: Diretora do Departamento de Turismo de Capitólio:

“Olha, a gente não pode falar que não prejudica. Mas aqui em Capitólio nós temos o privilégio de estar tão próximo da usina e estamos numa região escarpada. E até tem estudos que se o lago chegar no volume morto ele ainda fica navegável aqui. Então, para o turismo isso não chega a prejudicar tanto. Mas como a região toda é afetada, acaba refletindo em nós também. Então, nessa última que nós tivemos, em 2014 e 2015, acontece que sai muita reportagem falando da baixa do lago. E essas reportagens são generalizadas e acabam influenciando aqui. Aí até a gente explicar pro pessoal que ainda dá pra navegar normalmente no lago aqui, então assim, acaba afetando um pouco sim.” (Entrevistada 2: Diretora do Departamento de Turismo de Capitólio)

Podendo ainda corroborar tal afirmativa com os apontamentos técnicos verificados no levantamento realizado pelo Plano de 1975. Nota-se, que por mais que o rebaixamento não atinja a orla turística de Capitólio, os impactos das crises hídricas recaem sobre a região como um todo, difundida principalmente por meio da mídia, que acaba por generalizar o contexto da crise afetando o fluxo de turistas na região.

Ainda sobre o rebaixamento do lago, a inexistência do diálogo entre a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A e o município demonstra o distanciamento da empresa com a realidade vivenciada pelos municípios da região, prevalecendo e sobrepondo os interesses setoriais sobre a questão do uso múltiplo das águas do lago e das demandas locais dos municípios do entorno:

“Não, não tem (diálogo). Aqui não tem nem planejamento pra isso (rebaixamento do lago). Ai quando começa o Prefeito tem que correr atrás. Isso daí é um grande problema. Referente a essa cota que é 769, nós estamos numa briga feia com o Governo Federal. O que eles falam é que o lago de Furnas foi criado pra gerar energia e mais nada, entendeu.” (Entrevistada 2: Diretora do Departamento de Turismo de Capitólio).

O mesmo descaso pode ser verificado na porção sul do lago de Furnas, por meio da fala do Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago. Ao ser questionado sobre a relação da ALAGO com a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. referente ao interesse regional em antever as ações da hidrelétrica, de modo que os municípios possam então se preparar para os

períodos de maior geração de energia em que afetam os níveis do lago e impactam sobre o turismo e outras atividades ligadas ao lago:

“A gente tem que estar sempre com o pratinho de pires na mão, pedindo, pedindo e pedindo [...]. Já tentamos estabelecer isso aí, mas nem a ONS planeja a longo prazo, eles não tem esse planejamento a longo prazo pra preparar o pessoal. Se divulgassem, fizessem uma campanha de mídia pra avisar, mas não tem isso.” (Entrevistado 1: Secretário Executivo da Alago)

O resultado dessa negligência para com os municípios pode ser visto por meio das transformações na paisagem (Figura 18). Durante o último período crítico da crise que assolou a região o rebaixamento do lago foi fortemente sentido no turismo, inviabilizando qualquer ação de desenvolvimento da atividade em Fama e nos municípios situados na porção sul do lago.

Figura 18 – Antiga linha férrea alagada: transformações e ressurgimento em meio à crise hídrica



Fonte: Acervo Família Ferreira, dezembro de 2014.

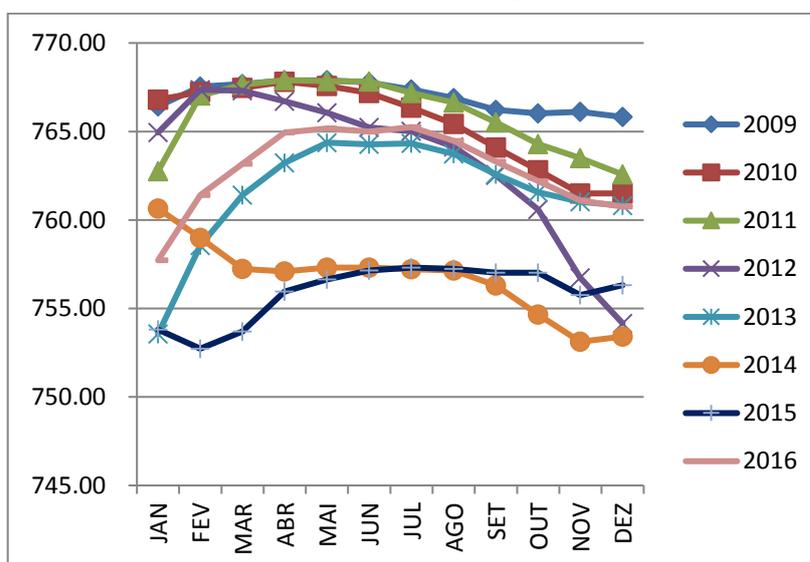
Analisando os níveis do lago de Furnas nos últimos ano, período que compreende o início da estiagem e os momentos mais críticos para a região, (Tabela 4 e Gráfico 1) pode-se verificar que o rebaixamento atingiu números alarmantes ficando próximo a cota mínima estabelecida para operacionalização da usina. Podendo melhor dimensionar o contexto vivenciado na região e o reflexo sobre os municípios.

Tabela 4 – Histórico do nível do lago de Furnas no período entre 2009-2016.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2009	766,42	767,54	767,69	767,89	767,89	767,77	767,38	766,88	766,22	766,02	766,11	765,82
2010	766,79	767,24	767,47	767,81	767,57	767,17	766,35	765,43	764,10	762,81	761,50	761,50
2011	762,75	767,03	767,64	767,90	767,85	767,82	767,17	766,64	765,51	764,29	763,49	762,57
2012	764,94	767,36	767,30	766,70	766,05	765,23	765,02	764,13	762,53	760,60	756,74	754,16
2013	753,56	758,55	761,40	763,23	764,37	764,27	764,32	763,73	762,58	761,57	761,03	760,81
2014	760,65	758,99	757,24	757,09	757,31	757,30	757,21	757,15	756,30	754,66	753,12	753,41
2015	753,80	752,73	753,70	755,96	756,65	757,15	757,31	757,23	757,02	757,02	755,75	756,32
2016	757,72	761,41	763,18	764,94	765,18	764,99	765,25	764,47	763,30	762,19	761,10	760,76

Fonte: Banco de dados do ONS (organizado pelo autor, 2017)

Gráfico 1 – Níveis do lago de Furnas no período entre 2009-2016



Fonte: Banco de dados do ONS (elaborado pelo autor, 2017)

A partir de 2012 pode-se constatar que os níveis do lago começam gradualmente a baixar, marcando 756,74 metros em novembro daquele ano. Desde então os níveis do lago ficaram em grande parte do período na casa dos 750 metros, apresentando uma recuperação somente a partir do mês de fevereiro de 2016.

Os anos mais críticos foram os de 2014 e 2015 em que o lago ficou em média 11 metros abaixo do seu padrão de normalidade, em alguns momentos ficando apenas 2 metros acima do seu limite mínimo (Tabela 5 e Gráfico 2).

Um ponto importante a se abordar é que mesmo nas menores marcações dos níveis do lago verificadas ao longo da crise hídrica, a UHE-Furnas continuou a operar independente de tais circunstâncias, agravando ainda mais a situação, pois respaldada pela cota de operação

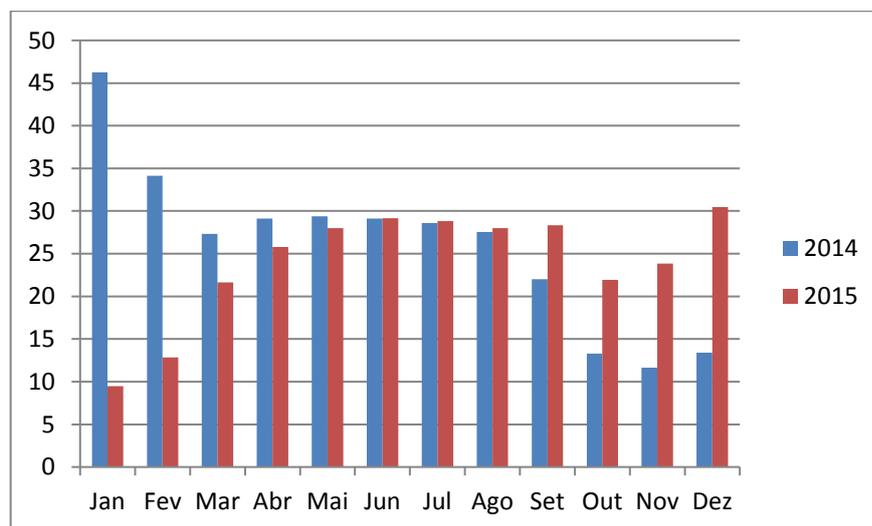
do lago (mínimo 750 e máximo 768) lhe é permitida a contínua geração de energia dentro destes limites estabelecidos.

Tabela 5 – Volume útil do reservatório de Furnas nos anos de 2014 e 2015

	2014	2015
Jan	46,26	9,46
Fev	34,14	12,86
Mar	27,31	21,64
Abr	29,11	25,79
Mai	29,37	28
Jun	29,11	29,16
Jul	28,61	28,81
Ago	27,55	28
Set	22	28,35
Out	13,29	21,95
Nov	11,64	23,84
Dez	13,41	30,48

Fonte: Banco de dados do ONS. Disponível em http://www.ons.org.br/historico/geracao_energia.aspx. Acesso em: 03 de Maio de 2017. (organizado pelo autor, 2017).

Gráfico 2 – Volume útil do reservatório de Furnas nos anos de 2014 e 2015



Fonte: Banco de dados NOS. Disponível em http://www.ons.org.br/historico/geracao_energia.aspx. Acesso em: 03 de Maio de 2017. (elaborado pelo autor, 2017).

Vale pontuar que o volume útil do reservatório (Tabela 5 e Gráfico 2) refere-se a sua utilização para geração de energia, ou seja, ainda conta com capacidade geradora mesmo nos

momentos mais críticos e impactantes sobre as demais atividades, como é o caso verificado do turismo no lago.

Os níveis estabelecidos para operação da UHE Furnas são prejudiciais à atividade do turismo, impactando principalmente sobre os empreendimentos localizados próximos ao lago, como hotéis, pousadas e restaurantes que utilizam da paisagem para potencializar seus fluxos, e mesmo pelo próprio marketing negativo desestabilizando as ações de investimento sobre o turismo no lago, devido ao recuo e instabilidade do mesmo (Figuras 19 e 20).

Figura 19 – Lago de Furnas em Fama (Maio de 2016)



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 20 – Lago de Furnas em Fama (Setembro de 2016)



Fonte: acervo do autor (2016)

Durante o campo foi possível constatar a instabilidade do lago e o impacto econômico sobre a atividade do turismo, como pode-se evidenciar pelas imagens acima. O recuo do lago, constatado empiricamente, reflete negativamente sobre os empreendimentos, principalmente os que se encontram na orla do lago.

“Aqui foi o seguinte, nós não vamos jogar a culpa no lago não. Nós ficamos três anos sem chuva... aí precisando de energia né, você sabe né. Crise é crise, quando ela vem ela derruba mesmo, é uma fatalidade. Mas pra gente se manter bonito mesmo, essa água tinha que estar cheia, aí ia ter todo dia embarcação circulando, ia ter mais fluxo de gente.” (Entrevistado 7: J.L.V.S. Proprietário de estabelecimento turístico em Fama)

Com baixas receitas e a oscilação dos valores do CFURH e dos *Royalties* de Itaipu, o turismo no lago apresenta-se como um potencial instrumento para geração de renda e empregos nestes municípios de pequeno porte, contudo tal alternativa esbarra na valoração desigual dos usos múltiplos das águas do lago de Furnas.

A exploração turística da paisagem do lago é integrada a valorização dos patrimônios e dos atrativos históricos e culturais dos municípios (Figuras 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27).

Contudo, alguns elementos diferenciam o turismo nos municípios analisados, principalmente referente à intensidade e fluxo.

Em Capitólio os cânions e os passeios de lanchas, chalana e escuna por entre os paredões e as quedas d'água que se formam por entre o relevo escarpado, assim como o mergulho guiado nas águas mais claras configuram os principais atrativos turísticos vinculados ao lago, em Fama verificou-se um fluxo de menor intensidade, os restaurantes e pousadas próximos à orla ditam o fluxo da atividade turística no município, mais precisamente nos finais de semana.

Percebeu-se também que em Fama o turismo é configurado principalmente por visitantes da microrregião e regiões próximas.

“Olha, hoje eu não posso reclamar não, porque de tanto a gente persistir, eu tenho movimento todo dia, não é grande coisa não, mas sábado e domingo triplica. Feriado vem bastante gente pra cá [...] A lei seca veio a prejudicar muitos comércios na região inteira, porque o taxi também fica caro. Onde fala que não tem bebida, que não pode beber, o cara fica na cidade dele.” (Entrevistado 7: J.L.V.S. Proprietário de estabelecimento turístico em Fama)

Diferente do que ocorre em Fama, o turismo em Capitólio atrai uma demanda de regiões mais distantes:

“O pessoal que começou a vir pra cá, vem do interior de Minas, de São Paulo, de Belo Horizonte. Agora tá explodindo muito aqui em Capitólio o pessoal do Rio de Janeiro, se você perceber as placas dos carros são tudo de Niterói, Cabo Frio... O pessoal tá vindo do Rio pra cá. Principalmente durante as Olimpíadas veio muita gente que não gosta de tumulto e tá dando uma sequência, muito gente do interior de São Paulo. Geralmente você tem assim... é gente de Ribeirão Preto, é essa parte do interior de São Paulo, essa parte que divide com Minas aqui, que é mais perto, e Belo Horizonte. Então assim, estão descobrindo mais. Você pega aí...até gente do interior de São José do Rio Preto.” (Entrevistado 8: F. S. Taxista do município de Capitólio)

São 279 km que ligam Capitólio a capital Belo Horizonte, o principal acesso se dá pela MG-050. Verificou-se e campo que a promoção do turismo de Capitólio é amplamente difundida, diferente do que ocorre em Fama que atrai principalmente turistas de municípios circunvizinhos. Os cânions formando imensos paredões que costeiam o lago e os passeios de

lanchas e chalanas em meio essa paisagem são os principais atrativos trabalhados por Capitólio.

Se o conjunto do relevo com o lago nestes municípios criaram paisagens singulares diferenciando o atrativo do lago em seus territórios, alguns outros elementos do conjunto arquitetônico e culturais assemelham-se nestes municípios, como as praças e igrejas, a morfologia e estrutura urbana e os costumes dos moradores. Estas características explanam uma dimensão singular aos municípios que compõem a região, ou seja, são traços das características da formação territorial, econômica e cultural de toda a região.

Ainda que os fluxos em relação à atividade do turismo os diferenciem, sobressalta-se a cultura regional, a articulação das paisagens do campo e da cidade, confluindo, entrelaçando-se, ou melhor interagindo e explanando nas formas e no tempo destes municípios de pequeno porte seus elementos identitários (Figuras 21, 22 e 23).

Figura 21 – Igreja de São Sebastião em Capitólio



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 22 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Fama



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 23 – Antigo casarão no centro de Capitólio



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 24 – Lago de Furnas em Fama



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 25 – Lago de Furnas em Fama



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 26 – Lago de Furnas em Capitólio



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 27 – Lago de Furnas em Capitólio



Fonte: acervo do autor (2016)

A verificação da inexistência de uma pasta que trate especificamente sobre o planejamento e desenvolvimento do turismo em Fama pela própria gestão local, pode ser vista como um indicador de alguns dos problemas contatados que pesam sobre o desenvolvimento desta atividade no município, como é o caso, por exemplo, da assistência aos proprietários vinculados à atividade turística.

“[...] não têm nem secretaria de turismo, não tem nada. A principal pergunta é: Porque uma cidade igual essa não tem uma equipe pra trabalhar pra trazer turismo pra cá. Infelizmente não temos, nós somos zero nisso. Mas na marra tá indo, nós estamos crescendo na marra.” (Entrevistado 7: J.L.V.S. Proprietário de estabelecimento turístico em Fama)

Percebeu-se que do ponto de vista da articulação entre o governo local e o trade, o turismo em Fama está muito mais atrelado ao discurso governamental, enquanto em Capitólio o trade do turismo tem uma aproximação com o Departamento de Turismo do município através de reuniões mensais, incentivo e principalmente por meio do planejamento municipal de turismo, importante instrumento para o desenvolvimento de turismo local.

“Aqui nós temos reunião mensal com os empresários do trade. Tem representante do artesanato, dos bares e restaurantes, hotéis, guias. Ai o plano municipal de turismo ele é trabalhado em conjunto, discutido com todo o grupo.” (Entrevistada 2: Diretora do Turismo de Capitólio)

De acordo com Lohmann (2008, p.193), “o planejamento é de extrema importância, pois é ele que conduzira o desenvolvimento turístico do local em que for aplicado. Sem este instrumento, os objetivos e as diretrizes de desenvolvimento não são claros”.

Assim, podemos apontar que a iniciativa governamental, a aproximação das relações com o trade e um planejamento de base local com foco sobre o turismo que integre os agente e atores envolvidos nesta atividade, com diretrizes específicas para atingir objetivos específicos da destinação, mostram-se como potenciais elementos a serem trabalhados para fomentar o desenvolvimento do turismo na região.

Através das entrevistas e dos campos realizados foi possível ter maior clareza sobre o desenvolvimento do turismo com base no lago e verificar a importância do turismo regionalmente para os municípios e principalmente para a população, assim como as relações e os conflitos decorrentes dos usos do lago.

O lago é o patrimônio da região, é a referência. O estudo da Espanha concluiu que é o maior potencial de turismo aquático do Brasil. Quer dizer, potencial ele tem, só não é ainda muito bem explorado. Têm muitas famílias que dependem diretamente e exclusivamente do lago, da piscicultura, da pesca artesanal mesmo, porque ainda tem muito pescador e pessoas que vivem de aluguel de barcos. As vezes a pessoa não tem nem o barco, mas vem o turista com o barco na carreta e ele vai lá e faz o serviço de pilotar, porque conhece o lago todinho. Leva pra pescar, sai com o pessoal. E tem as pousadas, os restaurantes, ao longo do lago tem milhares. Assim, temos muitas atividades, e se não tiver o mais o lago, as pessoas tem que mudar, deixar a atividade, fazer outra coisa. (Entrevistado 1: Secretário Executivo da ALAGO).

Tanto o município de Capitólio quanto o município de Fama tem o lago como um componente integrante do cotidiano. Seja por meio turismo, da piscicultura, do lazer, o lago de Furnas se faz presente por meio dos diversos usos concorrentes ou não, mas que atuam sobre o mesmo objeto.

Se o lago em sua gênese é marcado pelo descontentamento e rejeição da população da região pela invasão do território naquele momento, expulsando e desapropriando famílias inteiras, atualmente ele revela-se como sendo um componente integrante do território e do cotidiano desta mesma população.

O que antes era marcado pela negação agora buscam-se meios para faze-lo presente e estável, sua presença é sinal normalidade e sua ausência (rebaixamento) é sinal de preocupação, expressando a importância do lago atualmente.

CONCLUSÕES

A reestruturação produtiva e territorial é um processo que pode ter sua gênese fomentada por diversos fatores. De acordo com Soja (2013, p. 193) a reestruturação “evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoração e reconstrução”. No plano global, a reestruturação é marcada por profundas mudanças na ordem social estabelecida, tendo nas crises o fomento das transformações. Pode-se dizer que o mesmo ocorre em escala local e regional, contudo algumas particularidades emanam deste processo. Em escala local e regional, como é o caso visto nesta pesquisa, a reestruturação está condicionada pelas transformações em escala nacional, ou seja, a modernização e desenvolvimento do setor produtivo industrial e ao atendimento a uma demanda crescente urbana. As ações fomentadas sobre o território mineiro, decorrentes deste projeto nacional, levaram às profundas transformações do território.

Esta pesquisa objetivou analisar os processos que atuaram sobre um conjunto de municípios que a partir de um evento geográfico, que foi a construção da UHE-Furnas e consequentemente a formação do lago, passaram a assumir outra dinâmica na região.

Os impactos deste “acontecimento geográfico” reverberaram sobre o território, alterando fisicamente a configuração interna dos municípios devido ao alagamento de parte de seus territórios, contudo as transformações orientaram novas dinâmicas para os municípios e para a região.

Contudo, para dimensionar e se ter maior clareza sobre estas transformações decorrentes da formação do lago de Furnas, buscou-se nos elementos históricos os diferentes usos do território no sentido de verificar e clarificar o processo de reestruturação produtiva e territorial. Assim ao longo da trajetória histórica da região sul de Minas Gerais pode-se traçar uma linha com os diferentes usos e apropriação do território. Cada período marcado por um contexto e processos específicos que atuaram sobre a região, evidenciando suas particularidades.

Pode-se observar um jogo de forças entre as ações internas e externas que nortearam a trajetória dos municípios sul mineiros. Este jogo de forças historicamente atuou no sentido de fortalecer os interesses externos à região a partir de sua exploração, como é o caso visto ainda no século XIX, em que se buscou estruturar na região as bases viárias para atender às necessidades e o abastecimento do Rio de Janeiro, que acabou por fomentar e fortalecer o

desenvolvimento da cultura do café e instaurar uma funcionalidade regional com base nesta atividade. Momentos depois, o projeto de Furnas é implementado no sentido de suprir a demanda energética e alavancar o crescimento econômico a partir da expansão industrial nas décadas de 1950 e 1960, ativando novos usos e desencadeando relações conflituosas sobre o lago formado.

Neste sentido, em que as intencionalidades muitas vezes direcionadas por ações externas à região atuaram sobre as relações no território, pode-se destacar três principais momentos abordados nessa pesquisa e que corroboram para a compreensão do processo de reestruturação produtiva e territorial:

- i. A ocupação e a formação territorial da região sul de Minas Gerais e as ações empreendidas no final do século XIX para atender a demanda do abastecimento dos grandes centros e que acabou por estruturar as bases que possibilitaram a escoação dessa produção e também da especialização produtiva na cultura do café;
- ii. O contexto político e econômico nacional nas décadas de 1950 e 1960, pautado na modernização da economia nacional e desenvolvimento industrial, em que pesou sobre a região Sul de Minas servir de base para esse projeto, no qual se criou a UHE Furnas e conseqüentemente o lago, incitando as transformações no território e nas relações dos municípios, abrindo caminho para a reestruturação produtiva e territorial da região que teve sua tessitura alterada pelo alagamento de partes dos territórios de 34 municípios;
- iii. A nova dinâmica territorial da região pós-evento geográfico e as políticas de desenvolvimento apoiadas no turismo enquanto propulsor de um desenvolvimento local e regional em várias escalas governamentais que atuaram sobre a região do lago de Furnas difundindo o discurso do turismo e fomentando a apropriação do lago pelos municípios para essa prática.

Tais ações atuaram resultando em diferentes dinâmicas para a região ao longo do tempo, evidenciando um processo de reestruturação produtiva e territorial, no qual pode-se verificar também através dos elementos constatados nas entrevistas e nos campos realizados nos municípios de Capitólio e Fama.

A pesquisa possibilitou compreender que o processo de reestruturação produtiva e territorial ocorreria regionalmente, e pode ser compreendido como resultado das contradições da própria política de desenvolvimento nacional daquele momento. Apesar da dimensão e intencionalidade do projeto de Furnas estarem condicionadas a um processo de ordem global, se tratando do fato do objetivo da construção da UHE-Furnas em atender a um plano de desenvolvimento da indústria nacional e sanar uma possível crise energética que pairava sobre o Brasil, assim como fomentar as bases competitivas do Estado frente à economia global os principais impactos negativos recaíram sobre a região sul mineira, mais especificamente sobre os municípios que tiveram parte de seu território alagado.

Os municípios impactados pela criação do lago em 1963 viram-se negligenciados em relação a uma assistência efetiva e reparadora dos danos causados. Como evidenciado nas entrevistas, as reparações e ou indenizações não foram condizentes com as perdas sofridas pelas populações. As perdas de áreas cultiváveis, principalmente os cultivos de várzea, são indicadores das transformações que impactaram negativamente sobre os municípios, assim como as propriedades, como moradias e estabelecimentos, que ficaram submersas com a chegada das águas. Outro ponto que marcou profundamente as relações, mais precisamente no município de Fama, foi o desaparecimento da linha Férrea, marcando o fim de uma funcionalidade do município.

Uma reposta surgiu somente em 1975 com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas pelo Governo do Estado. No entanto, pouco se efetivou deste planejamento, contudo o levantamento das características gerais da região mais tarde contribuiria para direcionar as ações sobre o desenvolvimento da atividade do turismo com base no lago.

O surgimento da ALAGO no ano de 1993 e a estruturação de ações com base no desenvolvimento da atividade do turismo nos municípios limieiros estão atrelados aos discursos das políticas de desenvolvimento local que objetivavam fomentar a iniciativa dos municípios em encontrar suas potencialidades e ativar funcionalidades para equilibrar as contas públicas e aumentar suas receitas. O turismo surge no plano nacional como um potencial instrumento para o desenvolvimento. Como é o caso do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) de 1994, explanava sobre uma abordagem comunitária e participativa no fomento aos atrativos turísticos municipais assim como outras políticas que se seguiram sobre a região, tanto orientadas a nível nacional quanto estadual e local por meio de ações diretas das prefeituras e da ALAGO.

É aí que se verifica outra problemática. A falta de diálogo e articulação entre as propostas de turismo nas diferentes escalas atuaram e ainda atuam sobre o desenvolvimento da atividade do turismo na região. Visto ainda que as características internas da região, a dinâmica do lago e o uso concorrente das águas do lago, em que pesa a favor da geração de energia pela UHE-Furnas, atenuam o processo de instabilidade do turismo na região, evidenciando as particularidades do processo sobre o próprio território.

Foi possível constatar, que o lago atua e exerce um importante papel como articulador de uma dinâmica regional, expresso ainda pelas relações de poder que emanam dos conflitos resultantes dos usos diferenciais e antagonísticos que se fazem sobre ele.

De acordo com Raffestin (1993, p. 53) “Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”.

Nas décadas que se seguiram à formação do lago, o viés calcado sobre o discurso do desenvolvimento pelo turismo se intensificou institucionalmente e ganhou força por meio da organização local e regional em torno desta atividade. Esta política trilhou um caminho movido pelo esforço dos agentes e atores locais em operacionalizar as atividades do turismo com foco nos atributos do lago, contudo, notou-se a forte influência que os grandes planos e políticas de desenvolvimento pelo turismo exerceram e exercem sobre as gestões locais, geridos em níveis diferentes sobre o território.

A ideia central em promover os atributos de seu território, buscando relacionar a paisagem do lago, da cidade e do campo, são elementos pertinentes nas diretrizes das políticas de turismo nacional e estaduais, com ênfase sempre na promoção do “diferencial” do território.

Entretanto, é possível verificar os diferentes níveis de desenvolvimento desta atividade nos municípios que configuram a região do lago de Furnas. Este processo decorre singularmente em cada porção do território por onde se espalha o lago, evidenciando diferentes contextos e fatores que atuam sobre o desenvolvimento do turismo. Mas o que chama a atenção é que enquanto a construção do discurso turístico reforça a promoção do lago como atrativo basilar da região, a realidade expressa pelos conflitos decorrentes dos usos das águas do lago para a produção de energia elétrica atua negativamente sobre o desenvolvimento do turismo, evidenciando uma dinâmica contraditória entre o discurso e a

realidade regional, principalmente nos municípios distantes da barragem, que sofrem com as oscilações dos níveis de água.

Assim, pode-se dizer que o lago, na sua criação, adentrou ao cotidiano dos moradores como se estivesse se apropriando daquelas terras, se fazendo presente. Respaldo por intencionalidades políticas e econômicas, em que o planejamento fora pensado no âmbito do potencial crescimento industrial nacional concentrado nos grandes centros. O lago rapidamente se instala sobre o território, de início, um intruso, avassalador, expulsando e transformando, impondo o início de uma nova configuração, mas aos poucos passando a integrá-lo, sendo apropriado pelas populações, criando novas formas e relações sobre o território e fomentando novos usos.

Pode-se verificar que mesmo com uma Política Nacional de Recursos Hídricos que estabeleceu o uso múltiplo das águas e a criação de uma agência reguladora para operacionalizar, controlar e avaliar os instrumentos desta política, ou seja, fazer cumpri-la, verificou-se a existência de uma valoração dissimétrica entre os usos da água no lago de Furnas. As cotas estabelecidas visam atender a prioridade de geração de energia elétrica frente aos demais usos, sendo a atividade do turismo uma das mais afetadas.

A oscilação dos níveis de água do lago em decorrência dos períodos críticos naturais é atenuada ainda mais devido à operacionalização da UHE-Furnas. As cotas estabelecidas para sua operação na geração de energia é invariável independente do contexto natural que recaia sobre a região e mesmo afete as águas do lago. Os níveis do lago foram dimensionados para atender a demanda energética, as atividades subsequentes que se instalaram no lago, como é o caso do turismo, são reconhecidas por lei e mesmo pelas políticas de desenvolvimento que por meio do discurso buscam promover tal funcionalidade, contudo tais atividades são impactadas com o modelo conflituoso dos usos das águas que impera na região.

Assim, nota-se que o lago, além de assumir um papel no desenvolvimento do turismo, ele também é um objeto de conflito na região, em que o papel da ANA em garantir o uso das águas do lago em equidade entre os usuários é anulado frente a interesses setoriais.

A precarização do diálogo entre os agentes e atores envolvidos no conflito atenua a resolução dos problemas. A falta de um aviso prévio sobre o rebaixamento dos níveis de água do lago pelos órgãos responsáveis e a carência de um planejamento específico em atender estas demandas e a resolução das problemáticas referentes a este processo reverberam um

campo ainda desconhecido sobre a realidade que envolve os usos múltiplos das águas dos reservatórios no Brasil, que se enquadram neste contexto.

Este quadro vislumbrado na região sul de Minas Gerais incita para a necessidade de ações no intuito de reduzir os impactos sobre as atividades, como no caso o turismo. Faz necessária a ampliação dos diálogos incorporando as demandas locais, como as problemáticas vinculadas à instabilidade do lago, e fazer cumprir a equidade nos usos das águas, atentado para o papel de cada atividade na região.

Portanto, é necessário estabelecer uma valoração adequada para as atividades que utilizam das águas do lago, e que atenda as reais necessidades dos envolvidos. É de conhecimento que determinar um valor que satisfaça e atenda aos interesses de todos é algo bastante difícil, entretanto é essencial repensar os atuais níveis estabelecidos.

As experiências vivenciadas nos anos anteriores evidenciam esta problemática, principalmente se olharmos os impactos negativos sobre a atividade do turismo, por exemplo, em que os municípios situados na extremidade sul do lago de Furnas viram o lago recuar e em alguns pontos até mesmo sumir.

A reformulação dos papéis das instituições vinculadas a esta temática no sentido de reconhecer o problema e orientar as tomadas de decisões é essencial para trazer a tona a dimensão do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para Una Teoría de los Estudios Territoriales**, in MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(orgs.) *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ALMEIDA, Candido Mendes de (1818-1881). **Atlas do Império do Brazil Compreendendo as Respectivas Divisões Administrativas, Eclesiásticas, Eleitorais e Judiciárias**: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do instituto Philomaphico, 1868. Disponível em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>>> Acesso em: 28 de Fevereiro de 2016.

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Sesmarias e Terras Devolutas**. Revista de Informação Legislativa, v. 40, n. 158, p. 309-307, abril/junho, 2003.

ANA. **O Turismo e o Lazer e sua Interface com o Setor de Recursos Hídricos**. Ministério do Meio Ambiente: Agência Nacional de Águas – Cadernos de Recursos Hídricos: Brasília, 2005.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Turismo e Dinâmica Territorial no Eixo Brasília-Goiânia**. 447 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geografia. Uberlândia-MG, 2008.

BECKER, Bertha K. **Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil**. Revista Caderno Virtual de Turismo. V. 1, n. 1, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional**: planejamento integrado e sustentável do turismo. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 10, n. 1, Maio, 1999.

_____. **Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 17, n. 1, Maio, 2006.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª Edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BENKO, Georges. **A Recomposição dos Espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, n. 2, p. 7-12, Março, 2001.

BERNARDES, Lysia. **Política Urbana**: uma análise da experiência brasileira. Análise e Conjuntura, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 83-119, Jan/Abr. 1986.

BERNARDES, Maria Elisa Brandão. **Relatório de Processamento de Construção do Planejamento Estratégico para o Destino Turístico Lago de Furnas**. Fundação Dom Cabral (FDC) / Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) Outubro, 2008.

BLAZZO, Pedro Paulo. **Campo e Rural, Cidade e Urbano:** distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. Anais: 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento.** Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1955.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo.** Ministério do Turismo: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2013.

CAMPOS, Neio; KRAHL, Mara Flora Lottici. **Territorialidade:** elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In STEINBERGER, M. (org). Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais. Marília Steinberger et al. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil:** 1930-1970. São Paulo: Global; Ed.Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CANO, Wilson. **Ensaio Sobre a Crise Urbana do Brasil.** Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

CAPITÓLIO. Prefeitura Municipal. Site Oficial da Prefeitura de Capitólio (MG). Disponível em: <<http://www.capitolio.mg.gov.br/pg.php?id=9>> Acesso em: 26 de Abril de 2016.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 11, p. 53-75, outubro de 1998.

CATÃO, R. C.; REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. **Interações Espaciais:** Uma reflexão temática. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 231-239, Set. 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo:** Prática Social de Apropriação e de Dominação de Territórios. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraisges de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2016. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas.**3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

_____. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território, ano IV, n. 6, p. 43-53, Jan./Jun. 1999.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E.B. (org.). **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local.** In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M.

(Orgs.). Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. João Pessoa: Editora Universitária da UFBP, 2012.

COSTA, Everaldo Batista da. **Contribuição à Leitura Interescalar do Turismo:** resgate dos princípios lógicos da geografia. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs.). Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. João Pessoa: Editora Universitária da UFBP, 2012.

COSTA, Maria Teresa Valente; REIS, Rui Lopes. **Turismo e Desenvolvimento Local.** Revista Lusíada. Economia e Empresa, Lisboa, n. 8, 2008.

COTRIM, John. **A Barragem de Furnas:** chave de uma grande solução para um grande problema. Cemig: Belo Horizonte, 1955.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil:** território usado, território negligenciado. Revista Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, Jul./Dez. 2005.

ELETROBRAS. **Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.** Diretoria Financeira: Superintendência de Planejamento Financeiro e Orçamentos. Dezembro, 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Reestruturação Econômica e Nova Economia Política da urbanização do Ceará.** Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, Maio/Agosto, 2013.

EMBRATUR. **Diretrizes do PNMT.** Brasília, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria. **Papéis e Dinâmicas das Pequenas Cidades e a Construção de uma Temática de Pesquisa.** In: ENDLICH, Ângela Maria; MENDES, César Miranda (Orgs.). Construindo o Saber Geográfico. Maringá: Eduem, 2011.

ENDRES, Ana Valéria. **Políticas de Turismo, Desenvolvimento e o Papel do Estado:** cenários e inquietações. Revista: Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina. Vol. 5, n. 1 (1), Agosto/Dezembro de 2008.

FAMA. Prefeitura Municipal. Site oficial da Prefeitura Municipal de Fama-MG. Disponível em: << <http://www.fama.mg.gov.br/portal/> >> Acesso em: 17 de Abril de 2017.

FILETTO, Ferdinando. **Trajeto História do Café na Região Sul de Minas Gerais.** 2000. 133 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tropas do Exército deslocam-se para garantir a ordem em Furnas.** Jornal Folha de São Paulo, 18 de Janeiro de 1963. Acesso em: 09 de Dezembro de 2016. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1963/01/18/2/>>

FOLHA DE SÃO DE PAULO. **Turismo na Seca:** estiagem histórica espanta visitantes e deixa rastro de abandono em cidades de São Paulo e de Minas Gerais ante atrativas por causa de suas represas. Jornal Folha de São Paulo, 14 de Dezembro de 2015, Caderno Cotidiano,

B6. Acesso em: 02 de Março de 2017. Disponível em:<
<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=nivel+do+lago+de+furnas&site=&periodo=acervo&x=15&y=13>>

FRANCO, Hiansen Vieira. **Fama: subsídios para sua história.** Pouso Alegre, Minas Gerais: Grafcenter, 2008.

FREDERICO, Samuel. **Formação Territorial de Minas Gerais.** In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2009, São Paulo. Anais do II Encontro Nacional do Pensamento Geográfico, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias.** Fortaleza: Revista Mercator, n. especial, p. 75-81, Dez. 2010.

FRESCA, Tânia Maria. **A Dinâmica Funcional da Rede Urbana do Oeste Paulista: Estudo de Caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista.** Florianópolis, SC, 1990, 282 P. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1990.

FRESCA, Tânia Maria. **Redefinição dos Papéis das Pequenas Cidades na Rede Urbana do Norte do Paraná.** In: ENDLICH, Ângela Maria e ROCHA, Márcio Mendes (orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá, Editora da UEM, 2009.

FURNAS. **Como Tudo Começou: 1957-1967.** Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337, Fevereiro, 2007.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O Debate Sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil.** Curitiba, UFRP, Revista Espaço Geográfico em Análise, n. 21, p. 51-77, 2011.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova Des-Ordem Mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo.** Fortaleza: Revista Mercator, v. 12, n. especial (2), p. 103-112, Set. 2013.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; ANJOS, Francisco Antonio dos. **Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60.** Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, RS, 2010.

IBGE. **Estimativa da População dos Municípios Brasileiros com Data de Referência em 1º de Julho de 2014.** Nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>> acesso em: 18 de novembro de 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2011. Disponível em << <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>> acesso em: 13 de novembro de 2015.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** Diretoria de Geociências (DGC) - Departamento de Geografia (DEGEO): Rio de Janeiro, volume 1, 1990.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, volume XXIV, 1958.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, volume XXV, 1959.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por Que Construí Brasília.** Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa. **A Implementação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG) e suas Repercussões:** estudo sobre a territorialização de políticas públicas. Campinas, SP, 2010, 116 P. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, UNICAMP, 2010.

LOCARNO, Leonardo; BAHIA, Eduardo Trindade; FERREIRA, Wanyr Romero. **Estudo da Sustentabilidade do Desenvolvimento Turístico em Reservatórios de Hidroelétricas.** Revista Reuna: Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 11-31, 2008.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETO, Alexandre. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MACEDO, Roberto. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: Betty Lafer (org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, p. 51-68, 1987.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico.** São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da Formação Territorial do Brasil.** Vitória: Revista Geografares, n. 2, p. 105-113, Jun. 2001.

MOREIRA, Ruy. **O Marxismo e a Geografia.** Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, ano 6, n. 11, p. 21-34, 2004.

MOURA, Rosa. Qual o Papel dos Pequenos Municípios na Escala Local do Desenvolvimento. In: ENDLICH, Ângela Maria e ROCHA, Márcio Mendes (orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá, Editora da UEM, 2009.

MINAS GERAES. **Fala Que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por Occasião da Instalação dos Trabalhos da Segunda Sessão da Vigésima Primeira Legislatura,** Dirigio o Illm. E Exm. Sr. Conselheiro Capistrano de Bandeira de Mello, Presidente da Mesma Província em 17 de Agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro, 1877. Disponível em: << http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais>> Acesso em: 03 de Março de 2016.

MINAS GERAES. **Mensagem Dirigida Pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro em sua Quarta Sessão Ordinaria da**

Terceira Legislatura, no Anno de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1902.

MINAS GERAIS. **Resumo Executivo do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas.** Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; Alago. Belo Horizonte, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Esporte Lazer e Turismo do Estado de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado para o Lago de Furnas.** Gerc Inartur Associats (Barcelona) / ALAGO / SELT-MINAS GERAIS. Projeto Técnico: Barcelona 1996.

MINAS GERAIS. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas.** Tennessee Valley Authority / SICT / Furnas Centrais Elétricas S.A. Belo Horizonte, 1975.

NORONHA, Isa Musa de. **Uma Vida na Linha.** Belo Horizonte, Gráfica e Editora BH, 2005.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as Definições de Turismo da OMT:** uma contribuição à História do Pensamento Turístico. Anais: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade do Estado do Ceará-CE (UECE), Setembro de 2014.

PEREIRA, Cadmila Arislene, et al. **Metodologia para Elaboração/Revisão dos Planos Diretores Participativos.** Anais: IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. São Paulo, Dezembro de 2006.

REVISTA ACILAGO. Guia Acilago: Roteiro das Cidades do Lago de Furnas. Ano I, n. 01, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo.** São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Ed. USP, 2008b.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** 1. Ed., 2. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento.** In: DRESCH, Jean Et Al. Reflexões Sobre a Geografia. São Paulo: AGB, 1980.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Luara Lázaro Gomes dos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos. **Regionalização do Turismo no Brasil e a Descentralização do Turismo no Estado de Sergipe:** o caso do roteiro cidades históricas. Anais: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, Maio de 2012.

SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. Administrando Conflitos: o caso do lago de Furnas. In: Marco Aurélio Vasconcellos de Freitas (Org.). **Estado das Águas no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.

SANT'ANNA, Fernanda da Silva. **Educação Patrimonial e a Formação do Turista Cidadão**: um estudo de caso sobre o projeto re(vi)vido êxodos. Brasília, 2015. 131 P. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, 2015.

SETUR. **Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/circuitos/ferramenta_planejamento/orientacoes-para-o-planejamento-e-gestao-municipal-do-turismo-setur-mg-2014.pdf> Acesso em 16 de Março de 2017.

SILVA, José Francisco Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova Economia, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SILVA, Paulo Sergio. **A Teoria e a Prática na Elaboração de Projetos Turísticos**: reflexo no desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs.). Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. João Pessoa: Editora Universitária da UFBP, 2012.

SMITH, Neil, **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reestruturação do espaço na teoria social. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. **Reestruturação Econômica, Reestruturação Urbana e Cidades Médias**. Belo Horizonte: Anais do XII Seminário Internacional da RII em BH, 2012. Disponível em: <<<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g6/reestruturacao%20economica,%20reestruturacao%20urbana%20e%20cidades%20medias.pdf>>> acesso em: 18 de Out. de 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006a.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 3, n. 5, 2006b.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. **Cidades Médias**: Elos do Urbano-Regional e do Público-Privado. In: Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

SILVA, Paulo F. Jurado; HESPANHOL, Rosângela Ap. Medeiros. Relação **Cidade-Campo e Urbano-Rural**: contribuição para a análise geográfica do projeto cinturão verde de Ilha Solteira, São Paulo e para o Programa Vilas Rurais em Lerroville, Paraná, Brasil. Revista GeoAtos, Presidente Prudente, n. 11, v. 2, Jul-Dez, p. 33-48, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Nem Tudo é Urbano**. Ciência e Cultura, v. 56, n. 02, p.26-29, 2004.

VEIGA, **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. Anais XXIX Encontro Nacional de Economia, ANPEC, dezembro de 2001. Disponível em << <http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2001>>> Acesso em 07 de Fevereiro de 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e Ruralidade**: relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD/MAD, 2001 (Disponível em:<www.nead.com.br/> Acesso em 11 de março de 2016).

Legislação:

BRASIL. **Constituição da Rep. Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de Antonio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 29ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar nº 62 de 28 de Dezembro de 1989**. Estabelece normas sobre o cálculo, entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp62.htm> Acesso em 06 de Setembro de 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273p. (série fontes de referência. Legislação; n. 49)

_____. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 58, de 1961**. Constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas e suas repercussões, consequentes do represamento dos Rios Grande e Sapucaí, com a construção de usina da Central Elétrica de Furnas S/A. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamardosdeputados-58-23-agosto-1961-319921-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 05 de Setembro de 2016.

_____. Lei nº 11.771 de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>> Acesso em 18 de Abril de 2016.

_____. Lei nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:<< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>> Acesso em 18 de Abril de 2016.

_____. Decreto Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 de Abril de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Tabela 6 – População Total, Estimativa, Área Municipal e Densidade Demográfica dos Municípios Analisados.

	Municípios	População 2010	População Estimada 2015	Área da Unidade Territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km)
1	Vargem Bonita	2.163	2.213	409,888	5,28
2	Fama	2.350	2.423	86,024	27,32
3	Camacho	3.154	3.109	223,001	14,14
4	Ribeirão Vermelho	3.826	4.026	49,251	77,68
5	Aguanil	4.054	4.370	232,091	17,47
6	Espírito Santo do Dourado	4.429	4.670	263,879	16,78
7	Cana Verde	5.589	5.737	212,721	26,27
8	Divisa Nova	5.763	6.031	216,955	26,56
9	Córrego do Fundo	5.790	6.207	101,112	57,26
10	São José da Barra	6.778	7.270	314,253	21,57
11	São João Batista do Glória	6.887	7.341	547,908	12,57
12	Santana da Vargem	7.231	7.349	172,444	41,93
13	Serrania	7.542	7.796	209,27	36,04
14	Capitólio	8.183	8.612	521,802	15,68
15	Pimenta	8.236	8.655	414,969	19,85
16	Juruiaia	9.238	10.125	220,353	41,92
17	Coqueiral	9.289	9.461	296,163	31,36
18	Ipuíuna	9.521	10.038	298,195	31,93
19	Conceição da Aparecida	9.820	10.302	352,521	27,86
20	Congonhal	10.468	11.464	205,125	51,03
21	Cristais	11.286	12.317	628,434	17,96
22	Campo do Meio	11.476	11.856	275,426	41,67
23	Ilicínea	11.488	12.217	376,341	30,53
24	Monte Belo	13.061	13.444	421,283	31
25	Alterosa	13.717	14.434	362,01	37,89
26	Areado	13.731	14.740	283,124	48,5

	Municípios	População 2010	População Estimada 2015	Área da Unidade Territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km)
27	Cabo Verde	13.823	14.298	368,206	37,54
28	Guapé	13.872	14.407	934,345	14,85
29	Candeias	14.595	15.108	720,512	20,26
30	Botelhos	14.920	15.324	334,089	44,66
31	Nova Resende	15.374	16.429	390,152	39,41
32	Poço Fundo	15.959	16.775	474,244	33,65
33	Alpinópolis	19.630	18.488	454,751	40,66
34	Perdões	20.087	21.239	270,657	74,22
35	Paraguaçu	20.245	21.384	424,296	47,71
36	Carmo do Rio Claro	20.426	21.338	1.065,69	19,17
37	Muzambinho	20.430	21.017	409,948	49,84
38	Campestre	20.686	21.392	577,843	35,8
39	Itapeçerica	21.377	22.109	1.040,52	20,54
40	Eloi Mendes	25.220	27.268	499,537	50,49
41	Nepomuceno	25.733	26.897	582,553	44,17
42	Campos Gerais	27.600	28.879	769,504	35,87
43	Piumhi	31.883	34.075	902,468	35,33
44	Boa Esperança	38.516	40.287	860,669	44,75
45	Machado	38.688	41.368	585,958	66,03
46	Guaxupé	49.430	51.911	286,398	172,59
47	Campo Belo	51.544	54.076	528,225	97,58
48	Três Pontas	53.860	56.649	689,794	78,08
49	Formiga	65.128	68.040	1.501,92	43,36
50	Alfenas	73.774	78.712	850,446	86,75
51	Lavras	92.200	100.243	564,744	163,26
52	Varginha	123.081	132.353	395,396	311,29

Fonte: IBGE (2010; 2015). Elaborado pelo autor.

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Secretário Executivo da
Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO MG**

Nome:

Cargo:

Tempo de atuação no cargo:

1. Quando a ALAGO foi criada? Qual o contexto que levou à sua criação?
2. Quantos municípios fazem parte da associação? Quais os critérios para associação?
3. Qual o papel da Associação para a região? Em que segmentos a Associação atua?

Sobre o Início da Atividade Turística na Região

4. Quais foram as primeiras ações e políticas de turismo para a região do lago de Furnas?

Ações sobre o turismo no lago de Furnas

5. Sobre as políticas de turismo para a região, como é pensada a questão do lago de Furnas?
6. Na sua percepção o turismo no lago de Furnas vem crescendo nos últimos anos?
 - quais os pontos que alavancam o crescimento?
 - os pontos críticos (negativos) para o desenvolvimento dessa atividade?
7. As crises hídricas e os períodos de secas na região impactam sobre o desenvolvimento das atividades desenvolvidas em torno do Lago?
8. Houve alguma ação referente aos problemas do rebaixamento do lago? (verificar as escalas de governo)
9. Como se dá a relação entre a ALAGO e a Central Elétrica de Furnas S.A em relação aos usos do Lago?

10. Na atualidade, quais são as ações voltadas para incentivar o desenvolvimento turístico na região? (Plano municipal e/ou regional de turismo/ Calendário turístico/ Site de Promoção Turística Regional, parcerias)

11. Em sua opinião, qual a relação do lago para o desenvolvimento local e regional?

Royalties / CFURH

12. Todos os municípios associados recebem os Royalties? (CFURH- Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos).

Perspectivas

13. Quais são as perspectivas para o turismo no lago de Furnas para os próximos anos? Você vê um engajamento das demais prefeituras no que se refere à política de desenvolvimento do turismo no lago?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Diretora do Departamento de Turismo do Município de Capitólio - MG

Nome:

Cargo:

Tempo de atuação no cargo:

Sobre o início da atividade turística no município

1. Quais foram as primeiras ações no desenvolvimento do turismo no município?

Ações sobre o turismo no município

2. Existe algum planejamento para o desenvolvimento do turismo no município? Se sim, você poderia explicar sobre?

3. Existe alguma cooperação ou articulação entre departamentos de turismo de outros municípios no sentido de pensar o lago como um todo, compartilhar experiências e etc.?

4. Sobre as políticas de turismo do município, como é pensada a questão do lago de Furnas?

5. Na sua percepção o turismo no lago de Furnas vem crescendo nos últimos anos?

- quais os pontos que alavancam o crescimento?

- os pontos críticos (negativos) para o desenvolvimento dessa atividade?

6. Em relação às crises hídricas e o rebaixamento dos níveis do lago, você acha que o município é afetado?

7. Existe um diálogo entre Furnas e o município, ou alguma manifestação da empresa alertando o município sobre futuros rebaixamentos?

8. Qual a importância do lago de Furnas para o município?

Royalties / CFURH

9. Sobre os royalties, qual a importância para o município?

Sobre a infraestrutura do turismo

10. Em relação à qualidade dos serviços (estabelecimentos e as demandas do município):

11. Sobre o relacionamento do departamento com os empresários do trade:

Perspectivas

12. Quais são as perspectivas para o turismo no município para os próximos anos? Você vê um engajamento das demais prefeituras no que se refere à política de desenvolvimento do turismo no lago?

**APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Moradores / Proprietários
ou Empregados em Estabelecimentos Turísticos**

Município:

Nome: (opcional)

Idade:

Sobre as Transformações

1. Há quanto tempo reside no município? E na região?
2. Você presenciou ou tem familiares que presenciaram a criação do lago de Furnas? (relatar se possível)
3. Qual a sua percepção na época em relação à criação do lago?
4. Você e/ou familiares foram impactados com a criação do lago? (Se sim, ver se houve o recebimento de algum tipo de compensação ou reparação pela Empresa Furnas).
5. Qual a relação do lago de Furnas no seu dia a dia? Você costuma utilizar o lago?

Sobre o Turismo

6. Você poderia relatar quais foram os primeiros momentos que se começou a falar do turismo no lago?
7. Qual sua percepção atual referente ao turismo no município? (qualidade, serviços, acessibilidade)
8. No seu cotidiano, você tem contato com os turistas que vêm para cidade? (através de pedidos de informação, atendimentos, etc.).
9. Em sua opinião, quais os fatores críticos/problemáticos para o desenvolvimento do turismo no município? (verificar a questão do rebaixamento)